



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Filipe Christian Gonçalves Matos

**O relato da informação não financeira  
pelas empresas cotadas na Euronext  
Lisboa: uma abordagem aos objetivos de  
desenvolvimento sustentável**



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Filipe Christian Gonçalves Matos

**O relato da informação não financeira  
pelas empresas cotadas na Euronext  
Lisboa: uma abordagem aos objetivos de  
desenvolvimento sustentável**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Contabilidade

Trabalho realizado sob a orientação da professora  
**Doutora Lídia Cristina Alves Morais de Oliveira**

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos. Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada. Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### *Licença concedida aos utilizadores deste trabalho*



**Atribuição-Compartilha Igual**

**CC BY-SA**

<https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

Este trabalho representa a concretização de um grande desafio pessoal, o qual só foi possível, com o apoio de todos aqueles que contribuíram para a sua realização.

A todos manifesto o meu reconhecimento e gratidão.

À minha orientadora, Professora Doutora Lídia Oliveira, a quem agradeço os conselhos e comentários construtivos e a disponibilidade com que sempre se apresentou ao longo da realização deste trabalho.

Aos meus amigos, pela motivação transmitida ao longo do tempo.

À minha família, verdadeiro pilar da minha vida, que agradeço de forma especial, pelo apoio e confiança que me facultaram em todos os momentos.

## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

# **O relato da informação não financeira pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa: uma abordagem aos objetivos de desenvolvimento sustentável**

## **RESUMO**

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) refletem os grandes desafios que a comunidade global enfrenta na tentativa de atingir as ambições do desenvolvimento sustentável. Neste quadro, as empresas são vistas como tendo um papel fundamental na concretização dos ODS.

Inserido no âmbito do paradigma positivista, o estudo investiga quais os fatores que explicam a abordagem aos ODS, que fatores influenciam o seu nível de relato voluntário e de que forma estão a ser relatados, sendo usada uma amostra de 37 empresas cotadas na Euronext Lisboa, no período de 2016 a 2018.

Do ponto de vista teórico, as motivações são enquadradas tendo em conta as perspetivas da teoria da legitimidade, da teoria dos *stakeholders* e da teoria institucional, a partir do pressuposto de que o processo de divulgação dos ODS e os fatores envolvidos nessa prática podem ser compreendidos combinando as referidas perspetivas teóricas.

Usando a análise do modelo *logit*, os resultados sugerem que a dimensão das empresas e a existência de um comité de sustentabilidade atuam como fatores explicativos para a divulgação dos ODS. Através da análise ao modelo de regressão linear múltipla, os resultados mostram que as maiores empresas, com um comité de sustentabilidade e que relatam em conformidade com a estrutura da *Global Reporting Initiative* (GRI) estão mais comprometidas com os ODS, ao evidenciarem um nível de divulgação superior. A sua divulgação ocorre, fundamentalmente, nos relatórios não financeiros autónomos. Porém, constatou-se pouca consistência na forma como as empresas divulgam os ODS, que pode ser justificada pela falta de uma estrutura formal de relato dos ODS.

O estudo oferece evidências empíricas sobre potenciais fatores explicativos para as empresas adotarem e implementarem a divulgação dos ODS como parte do seu relato não financeiro, contribuindo para uma maior compreensão do papel que o setor empresarial pode desempenhar para a concretização da Agenda 2030.

**Palavras-chave:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Informação não financeira; relato; Euronext Lisboa; fatores explicativos.

## **Non-financial Reporting by Companies listed on Euronext Lisbon: an approach to Sustainable Development Goals**

### **ABSTRACT**

The sustainable development goals (SDGs) reflect the major challenges that the global community faces in trying to achieve sustainable development ambitions. Within this framework, business is seen as having a key role in achieving the SDGs.

Based on the positivist paradigm, the study investigates which factors explain the approach to the SDGs, which factors influence their level of voluntary reporting and how the SDGs are being reported, using a sample of 37 companies listed on Euronext Lisbon, from 2016 to 2018.

From the theoretical point of view, the motivations are framed taking into account the perspectives of legitimacy theory, stakeholders theory and institutional theory, based on the assumption that the SDGs disclosing process and the factors involved in this reporting can be understood by combining these theoretical perspectives.

Using logit model analysis, the results suggest that company size and the existence of a sustainability committee act as explanatory factors for SDG disclosure. Through multiple linear regression model analysis, the results suggest that larger companies, with a sustainability committee and that report according to the Global Reporting Initiative (GRI) framework are more committed to the SDGs by showing a higher level of disclosure of SDGs. SDGs reporting occurs primarily in standalone non-financial reports, but little consistency was found in the way companies disclose the SDGs, which can be explained by the lack of an SDGs reporting framework.

The study provides empirical evidence on potential explanatory factors for companies to adopt and implement SDGs disclosure as part of their non-financial reporting, contributing to a greater understanding of the role the companies can play in achieving the 2030 Agenda.

**Keywords:** Sustainable Development Goals; non-financial information; reporting; Euronext Lisbon; explanatory factors.

## ÍNDICE

<b>RESUMO</b> .....	<b>iv</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>v</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	<b>vii</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b> .....	<b>vii</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b> .....	<b>ix</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
1.1. Justificação do tema.....	2
1.2. Objetivos do estudo e questões de partida .....	3
1.3. Contributos esperados da investigação .....	3
1.4. Estrutura do trabalho .....	4
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	<b>6</b>
2.1. Desenvolvimento sustentável e os objetivos de desenvolvimento sustentável .....	6
2.2. Relato não financeiro .....	15
2.2.1. O papel da Global Reporting Initiative.....	19
2.2.2. O desafio do Relato Integrado .....	23
2.2.3. A Diretiva n.º 2014/95/UE .....	31
2.2.4. O Decreto-Lei n.º 89/2017 .....	33
2.3. Estudos anteriores: uma análise detalhada .....	35
2.3.1. Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável .....	35
2.3.2. Sobre a divulgação não financeira e seus potenciais fatores explicativos .	40
2.4. Enquadramento teórico: teorias subjacentes.....	49
2.5. Em resumo.....	53
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>55</b>
3.1. Perspetiva da Investigação .....	55
3.2. Opções metodológicas .....	56
3.2.1 O Design da Investigação .....	56
3.2.2. Relatórios utilizados.....	59
3.2.3. Análise Documental, Análise de Conteúdo e Grelha de Análise .....	59
3.3. Caracterização da amostra.....	63
3.4. Em resumo.....	66
<b>4. ESTUDO EMPÍRICO</b> .....	<b>67</b>
4.1. Definição das hipóteses.....	67
4.1.1 Fatores ao nível da empresa .....	67
4.1.2 Fatores ao nível do governo de sociedade .....	69



4.1.3 Fatores ao nível do relato .....	72
4.2. Definição das variáveis .....	75
4.2.1 Variáveis dependentes.....	75
4.2.2 Variáveis independentes.....	76
4.2.3 Variáveis de controlo .....	78
4.3. Análise e discussão dos resultados .....	79
4.3.1 Informação sobre os ODS: como é divulgada? .....	79
4.3.2 Estatísticas descritivas.....	86
4.3.3 Estudo 1 – Análise do Modelo Logit.....	90
4.3.4 Estudo 2 – Análise do Modelo de Regressão Linear Múltipla .....	94
4.4. Em resumo.....	99
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>100</b>
5.1. Principais Conclusões .....	100
5.2. Contributos.....	103
5.3. Limitações.....	104
5.4. Sugestão de investigação futura .....	104
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>111</b>
APÊNDICE A – Exemplo de divulgação dos ODS.....	111

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .....	9
Figura 2. Os cinco passos do <i>SDG Compass</i> .....	13
Figura 3. Visão Geral das Normas GRI.....	20
Figura 4. Conceptualização do processo de criação de valor .....	29
Figura 5. Desenho do processo de investigação .....	57

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Resumo dos estudos empíricos sobre o relato não financeiro e os ODS.....	46
Tabela 2. Grelha de Análise.....	61
Tabela 3. Seleção da Amostra .....	64
Tabela 4. Classificação do setor de atividade das entidades incluídas na amostra.....	64

Tabela 5. Documentos recolhidos para observação .....	65
Tabela 6. Hipóteses por estudo.....	74
Tabela 7. Variáveis independentes .....	78
Tabela 8. Número de empresas que fazem menção aos ODS por ano.....	79
Tabela 9. Relatórios usados para menção aos ODS .....	80
Tabela 10. Objetivos de desenvolvimento sustentável priorizados .....	82
Tabela 11. Estatísticas descritivas .....	87
Tabela 12. Resultados do Modelo 1 de Regressão <i>Logit</i> .....	91
Tabela 13. Resultados do Modelo Logit (Regressão <i>robust</i> ) para o Estudo 1 .....	93
Tabela 14. Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla para o Estudo 2.....	94
Tabela 15. <i>Variable Inflation Factor</i> (VIF) .....	95
Tabela 16. Resultados do Modelo de Regressão linear múltipla (Regressão <i>robust</i> ) para o Estudo 2.....	96
Tabela 17. Resultados estatísticos obtidos por teste às hipóteses de investigação .....	99

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEO – *Chief Executive Officer*

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CSC – Código das Sociedades Comerciais

CVM – Código dos Valores Mobiliários

GRI – *Global Reporting Initiative*

IIRC – *International Integrated Reporting Council*

<IR> – *International Framework*

ODS – Objetivos de desenvolvimento sustentável

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PwC – *PricewaterhouseCoopers*

UE – União Europeia

UNGC – *United Nations Global Compact*

WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*

*“Sê a mudança que queres ver no mundo”*

(Mahatma Ghandi)



## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Justificação do tema

Numa altura em que a população de todo o mundo ainda sofre os efeitos das diversas crises económicas, em que assistimos a grandes crises humanitárias, em que as alterações climáticas são cada vez mais evidentes, é necessário que todos assumamos o nosso papel no mundo que partilhamos. O desenvolvimento sustentável deixou de ser uma escolha, passando a ser uma imposição que deve envolver toda a sociedade na criação de uma economia sustentável, com a colaboração de todas as empresas, enquanto motores da economia e pelo impacto que têm na sociedade. Assim, em tempos em que a preocupação com o desenvolvimento sustentável se intensifica, espera-se que o setor empresarial adote práticas cada vez mais sustentáveis em termos económicos, sociais e ambientais, tomando ações mais conscientes e pensando nas futuras gerações (Mio *et al.*, 2020).

É com base neste contexto, que o fenómeno emergente do relato de informação não financeira ganhou particular destaque ao longo da última década (Stolowy & Paugam, 2018). Diversas organizações empresariais em todo o mundo começaram esse relato, reconhecendo ser fundamental a existência de uma cultura empresarial assente em princípios claros de responsabilidade social, promovendo a integração de preocupações de carácter social e ambiental nas suas operações e estratégias de gestão. Essa tendência culmina no reconhecimento e consciencialização de que a integração de aspetos ambientais, sociais e de governo societário nos processos de tomada de decisão podem resultar em novas oportunidades de negócio e ter um reflexo direto na criação de valor económico para as empresas (Brooks & Oikonomou, 2018).

Um dos aspetos através dos quais as empresas se podem diferenciar em relação aos seus relatórios não financeiros é a adoção de estruturas e suportes de comunicação emergentes, como a *Global Reporting Initiative* (GRI) e o relato integrado, ou sob o mote dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) (Rosati & Faria, 2018).

Como tal, as empresas podem desempenhar um papel fundamental na consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável em todo o mundo. Contextualmente, a implementação dos ODS pode funcionar como um instrumento vital para o planeamento,

mensuração e comunicação dos seus esforços para o desenvolvimento sustentável (Rosati & Faria, 2018). No entanto, a divulgação dos ODS pelas empresas ainda é pouco investigada na literatura e, por sua vez, ainda não está claro quais são os fatores que podem influenciar o relato dos ODS (Rosati & Faria, 2019).

Existem alguns estudos sobre a adoção dos ODS nos relatórios não financeiros em Portugal (ver, por exemplo, PwC, 2018). No entanto, são escassos os trabalhos sobre o grau de envolvimento das empresas relativamente aos ODS e de como estas os atendem no âmbito do seu relato. Há, portanto, uma clara necessidade de escrutinar este emergente fenómeno e que justifica o desenvolvimento desta investigação.

Essa tarefa é, portanto, assumida nesta dissertação, que propõe estudar a prática emergente de se abordarem os ODS, como elemento fundamental no relato de informação não financeira, num grupo representativo de empresas cotadas em bolsa.

## **1.2. Objetivos do estudo e questões de partida**

A investigação pretende identificar os fatores que justificam a opção das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa de abordar os ODS no relato empresarial, os fatores que influenciam o nível de divulgação de informação acerca dos ODS, bem como compreender como é que essas empresas estão a relatá-los.

Nesse sentido, com base na realidade das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, pretende-se responder às seguintes questões de partida:

- Quais os fatores que explicam a abordagem aos ODS no relato empresarial?
- Quais os fatores que influenciam o nível de relato voluntário acerca dos ODS?
- Como é que as empresas estão a relatar a informação relativa aos ODS?

## **1.3. Contributos esperados da investigação**

Este estudo propõe-se identificar os fatores que influenciam a abordagem aos ODS efetuada pelas principais entidades cotadas em Portugal. Investigar fatores específicos, nomeadamente ao nível da empresa (como tamanho e o setor de atividade), ao nível do governo das sociedades (abordando a implementação de um comité para questões da sustentabilidade e diferentes características do conselho de administração) e ao nível do

relato (analisando a adoção de relatórios de informação não financeira autónomos e da estrutura da *GRI*), subjacentes à divulgação de informação empresarial acerca dos ODS, pode ser relevante para outras partes interessadas, como académicos, autoridades ambientais, organizações não-governamentais, organizações internacionais e sociedade em geral, comprometidas com a concretização dos ODS.

Adicionalmente, ao longo do trabalho, analisam-se as tendências do relato não financeiro para, paralelamente, aferir de que modo as principais iniciativas se posicionam para promover as práticas orientadas para os ODS. Com isto, pretende-se contribuir para uma maior compreensão dos papéis, desafios e efeitos que essas iniciativas colocam sobre as empresas para a operacionalização dos ODS.

Deste modo, pretende-se contribuir para a literatura teórica e empírica acerca do relato não financeiro, sob o mote dos ODS, aprofundando o nível de conhecimento deste tema emergente no contexto do mercado regulamentado português.

#### **1.4. Estrutura do trabalho**

A presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. Posteriormente a este capítulo introdutório, o capítulo 2 apresenta a revisão de literatura, que inicia com o desenvolvimento sustentável e ODS, abordando de seguida o relato não financeiro. Consequentemente, são explorados os principais referenciais de relato a nível internacional, nomeadamente o da *GRI* e o Relato Integrado. Adicionalmente, são explorados os recentes desenvolvimentos em matéria do relato não financeiro preconizados pela União Europeia e apresentada uma revisão de estudos sobre o tema. O capítulo encerra com o enquadramento teórico, no qual são apresentadas as teorias subjacentes ao fenómeno em estudo.

O capítulo 3 descreve a metodologia usada para responder às questões de partida. É apresentada a perspetiva de investigação seguida, bem como as opções metodológicas adotadas, nomeadamente, os métodos utilizados para recolher e analisar os dados, e a seleção da população e amostra utilizadas.

O capítulo 4 apresenta o estudo empírico, onde são definidos um conjunto de hipóteses e variáveis, e apresentada a análise e a discussão dos resultados.



Por último, no capítulo 5 são apresentadas as principais conclusões e as respostas às questões de partida, bem como as limitações e pistas para investigação futura.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Esse capítulo apresenta a literatura relativa à temática dos ODS, as principais tendências do relato não financeiro, os estudos teóricos sobre o tema com foco nos potenciais fatores explicativos da abordagem aos ODS e da divulgação de informação não financeira, e o *framework* teórico enquadrador do fenómeno em estudo.

### 2.1. Desenvolvimento sustentável e os objetivos de desenvolvimento sustentável

As crescentes preocupações com as consequências sociais e ambientais das atividades das empresas aumentaram de forma considerável a pressão sobre as empresas para serem mais responsáveis e transparentes. Como parte central de uma agenda de desenvolvimento global, o desafio do desenvolvimento sustentável exige a todos o reconhecimento dos impactos ambientais, económicos e sociais, obrigando governos, empresas, sociedade civil e outras organizações a proceder de forma a salvaguardar todas estas questões (Cabaço *et al.*, 2017).

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou forma na Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento, através do relatório *Brundtland*, um documento intitulado “*Our Common Future*”. De acordo com este relatório, o desenvolvimento sustentável é o modelo de desenvolvimento que dá resposta às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades (Imperatives, 1987).

Desde então, o conceito tem sofrido algumas mutações e o seu enquadramento deve ter em consideração os impactos económicos (ligados à rentabilidade, como por exemplo, preocupação em gerar valor para os acionistas e obter benefícios económicos), sociais (ligados às pessoas, como por exemplo, a preocupação entre o desenvolvimento do negócio e a população) e ambientais (ligados ao planeta, como por exemplo, limitações de crescimento e esgotamento de recursos impostas pela capacidade do ambiente de atender às necessidades futuras (Christofi *et al.*, 2012).

Para atender a este fenómeno, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem exercido um papel essencial no trabalho contínuo em apoiar os países a superar os desafios atuais e futuros da sustentabilidade (Bebbington & Unerman, 2018).

No entender da ONU (2020), para o desenvolvimento sustentável ser alcançado, é fundamental conjugar o crescimento económico, a inclusão social e a proteção ambiental. A interseção destes três princípios, por parte das empresas, pode estabelecer quais as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável e resulta na consciencialização de que esses três pilares nos processos de tomada de decisão podem derivar na criação de valor económico (Brooks & Oikonomou, 2018). O equilíbrio e a harmonização destes três pilares tridimensionais vão ao encontro da base do conceito *Triple Bottom Line*, o qual sugere que as empresas não precisam, apenas, de se envolver em comportamentos sociais e ambientalmente responsáveis, mas também, que ganhos financeiros positivos podem ser obtidos no processo (Gimenez *et al.*, 2012). Nesse sentido, a sustentabilidade não deve ser vista como um custo para os negócios, mas como uma oportunidade de se sustentar a longo prazo através da gestão de riscos, que inclui elementos ambientais, sociais e de governo societário (Christofi *et al.*, 2012).

Ao longo dos tempos, as Nações Unidas têm proposto acordos relacionados com o desenvolvimento sustentável, assumindo a liderança no desenvolvimento de ações específicas que visam criar as condições para formas de desenvolvimento equitativas e ambientalmente sustentáveis (Bebbington & Unerman, 2018). A vinculação ao desenvolvimento sustentável ficou evidenciado nas diversas conferências realizadas, tais como: Estocolmo em 1972, Rio em 1992, Joanesburgo em 2002, Rio+20 em 2012 e Nova Iorque em 2015, constatando-se que todas elas foram cruciais para a discussão e reflexão da questão ambiental ajustada ao desenvolvimento sustentável (Bebbington & Unerman, 2018).

O destaque, porém, vai para a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 objetivos e baseados em 169 metas, aprovada pelos líderes mundiais, a 25 de setembro de 2015, na cimeira em Nova Iorque (Bebbington & Unerman, 2018). A Agenda 2030 vem substituir os objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM), pelos mais ambiciosos e abrangentes ODS, que pressupõem a sua integração nas políticas, processos e ações desenvolvidas à escala mundial, nas dimensões económica, social e ambiental (ONU, 2015).

Com o surgimento dos ODS, a prossecução desses objetivos deixou de estar sobretudo circunscrita aos países em desenvolvimento, passando a exigir de todos os países esforços em prol da erradicação da pobreza e da privação, do crescimento inclusivo das economias, da proteção ambiental e da promoção da paz e da boa governação (ONU, 2015). Como tal, a finalidade passa por uma abrangência de dimensão universal, ou seja, a exigência do comprometimento de todos os países e setores da sociedade, e não apenas nos países em desenvolvimento, como era o caso dos ODM, no período entre 2000 e 2015 (ONU, 2015).

De acordo com a ONU (2015), a incorporação da Agenda 2030 nas estratégias, planos e políticas são articuladas por áreas temáticas, identificadas enquanto 5P's, nomeadamente:

- Pessoas – com foco na determinação em erradicar a pobreza e a fome, em todas as suas formas e dimensões, e garantir que todos possam realizar o seu potencial no respeito da dignidade e igualdade, num ambiente saudável;
- Prosperidade – impondo-se a garantia de que todos possam desfrutar de uma vida próspera e de plena realização pessoal, assegurando que o desenvolvimento económico, social e tecnológico ocorra em harmonia com a natureza;
- Planeta – reforçando a convicção da necessidade de se proteger o planeta da sua degradação, através de padrões sustentáveis de consumo e produção, da gestão sustentável dos recursos naturais e de medidas urgentes para se combater as alterações climáticas, atendendo às necessidades das gerações presentes e futuras;
- Paz – traduzida na determinação de se promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, e recordando que não pode haver desenvolvimento sustentável sem paz, nem paz sem desenvolvimento sustentável;
- Parcerias – mobilizando-se os meios necessários para a implementação da Agenda 2030 por meio de uma Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável revitalizada, baseada num espírito de solidariedade global fortalecida, focada em particular nas necessidades dos mais pobres e vulneráveis e com a participação de todos os países, todas as partes interessadas e todas as pessoas. A figura 1 ilustra os 17 objetivos, o que eles representam e seus símbolos oficiais.

## Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: ONU (2020)



Tratando-se de uma agenda universal, assente em 17 objetivos e 169 metas a implementar, os ODS abordam aspetos diferentes que convergem pelo facto de serem essenciais para a viabilidade de uma sociedade sustentável. Sucintamente, os 17 ODS propõem-se a:

- 1) Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- 2) Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e a melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
- 3) Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- 4) Garantir uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- 5) Alcançar a igualdade de género e capacitar todas as mulheres e raparigas.
- 6) Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- 7) Garantir o acesso à energia fiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos.
- 8) Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo, e o trabalho digno para todos.
- 9) Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

10) Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

11) Tornar as cidades e os povoadamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12) Garantir padrões de produção e de consumo sustentáveis.

13) Tomar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.

14) Conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável.

15) Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir as florestas de forma sustentável, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e estancar a perda de biodiversidade.

16) Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

17) Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Desde o início do lançamento dos ODS que existe o reconhecimento de que a participação ativa do setor privado na Agenda 2030 através da implementação dos ODS seria apenas bem-sucedida com envolvimento e contribuições significativas provenientes das empresas (ONU, 2015; Schramade, 2017; Pederson, 2018; Rosati & Faria, 2018; Ike, 2019). Nesse sentido, as empresas posicionam-se como parte fundamental no caminho para um futuro sustentável e assumem-se como catalisadoras para o alcance das metas dos ODS (PwC, 2018). Além disso, a ênfase colocada na contribuição do setor privado para o alcance dos ODS representa uma oportunidade para que as empresas demonstrem o seu compromisso com práticas mais éticas e responsáveis (Scheyvens *et al.*, 2016).

Nesse contexto, o estudo de Topple *et al.* (2017) consistiu na verificação do envolvimento das empresas multinacionais com o desenvolvimento sustentável, através dos ODS, através de uma análise de 112 empresas que operam na região do Sudeste Asiático. Os resultados mostraram que os compromissos das multinacionais com padrões e diretrizes internacionais de sustentabilidade (como os padrões da GRI) tiveram uma influência fundamental nas suas práticas de sustentabilidade. Consequentemente, o estudo exploratório

sugeriu que é através do uso desses padrões e diretrizes internacionais de sustentabilidade que a divulgação dos ODS pode ser maximizada. Um dos destaques deste estudo atende ao facto de as evidências terem mostrado que as empresas multinacionais, como as empresas-mãe, estão a passar as suas práticas de negócios sustentáveis para empresas filiais em países em desenvolvimento. Como tal, a inclusão dos ODS pode demonstrar ser possível colmatar o fosso entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, e fornecer um caminho para práticas mais sustentáveis (Topple *et al.*, 2017).

Na verdade, a agenda de desenvolvimento sustentável não é nova para as empresas que têm integrado políticas de sustentabilidade nas suas iniciativas de responsabilidade empresarial, predominantemente, através dos relatórios de sustentabilidade (Rosati & Faria, 2019). Contudo, o relato de informações relacionadas aos ODS é ainda um fenómeno incipiente, que provavelmente se desenvolverá mais no futuro, de acordo com a atenção que os ODS recebem das partes interessadas e da sociedade em geral (Rosati & Faria, 2018). Além disso, Rosati e Faria (2019) argumentam que o relato não financeiro e o relatório de sustentabilidade, em particular, apresentam-se como um importante guia de sustentabilidade de uma empresa e, como tal, os compromissos no âmbito da divulgação de informação não financeira atuam como catalisador para a integração dos ODS nas empresas. Por outro lado, a ação dos Estados pode igualmente impor às empresas uma maior responsabilidade social e ambiental através da promulgação de legislação apropriada (Scheyvens *et al.*, 2016).

Ainda que não sejam exigências legais, os ODS têm causado impacto nas estratégias e ações das empresas, de acordo com o estudo elaborado pela PwC (2019), que analisou os relatórios anuais e de sustentabilidade de mais de 700 empresas cotadas em bolsa, referentes a 31 países. O estudo sugere que os administradores das empresas estão efetivamente a dar maior atenção aos ODS e que cerca de 72% das empresas já os mencionam. Contudo, apesar de os ODS fazerem parte de debates empresariais globais desde o seu lançamento e do aumento do número significativo de empresas comprometendo-se com os ODS, é sinalizada a existência de uma lacuna entre as intenções expressas das empresas e a sua capacidade de incorporar os ODS nos relatórios, na estratégia e nas ações que dizem respeito à condução dos negócios (PwC, 2019).

As lacunas identificadas na sua implementação podem ser explicadas pela falta de consciencialização e capacidade técnica, novidade e complexidade dos ODS, falta de coerência de políticas e planeamento integrado, ausência de uma estrutura eficaz para a priorização de metas, conveniência política, falta de compromisso com os ODS, além de inexistente formação técnica adaptada aos ODS (Allen *et al.*, 2018).

Por outro lado, de acordo com o estudo “*The Decade to Deliver – A call to business action*”, realizado pela *Accenture Strategy* com o Pacto Global das Nações Unidas, a contribuição das empresas para a implementação dos ODS está ainda aquém do esperado (Accenture, 2019). O estudo, publicado em 2019, baseia-se nos testemunhos de mais de 1000 *Chief Executive Officers* (CEO), de 21 setores de atividade e 99 países e cerca de 1600 respostas de líderes empresariais ao inquérito da implementação dos ODS. O estudo conclui que apenas 21% dos CEO acreditam que as empresas estão a desempenhar um papel importante na contribuição para os ODS e que menos de metade (48%) está a integrar soluções sustentáveis nas suas atividades comerciais. Apesar do enorme progresso e inovação desde o acordo sobre os ODS, em 2015, as incertezas socioeconómicas, geopolíticas e tecnológicas dos últimos anos desviaram os CEO dos seus esforços para criar soluções mais sustentáveis, desaproveitando o potencial proporcionado pelos ODS (Accenture, 2019). O estudo destaca, ainda assim, pontos positivos para as empresas ao apontar que cerca de 99% dos CEO entrevistados afirmam que a sustentabilidade é crítica para o sucesso futuro da organização e 81% das empresas indicaram estar a tomar medidas para progredir no cumprimento dos ODS.

Atendendo ao papel significativo que o setor empresarial pode desempenhar na concretização das ambições aplicadas aos ODS, o *United Nations Global Compact* (UNGC - Pacto Global da ONU), o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e a GRI desenvolveram uma nova iniciativa conjunta, o *SDG Compass* (Guia dos ODS, em português), um guia prático para apoiar e orientar as empresas sobre como podem alinhar a sua estratégia e medir e gerir a sua contribuição para os ODS (GRI, UNGC & WBCSD, 2015). O objetivo principal é fornecer às empresas a possibilidade de medir e relatar as questões de sustentabilidade e permitir que o setor empresarial contribua para os objetivos enquanto capitalizam uma série de benefícios, como a identificação de oportunidades de negócios futuros e o fortalecimento da relação com os *stakeholders* (GRI *et al.*, 2015).



Nesse sentido, o *SDG Compass* oferece às empresas orientações para explicar de que forma os ODS afetam os negócios, disponibilizando ferramentas e conhecimentos para posicionar a sustentabilidade no centro da estratégia (GRI *et al.*, 2015). Para isso, o guia apresenta cinco passos que ajudam as empresas a maximizar a sua contribuição para os ODS, conforme se exibe na seguinte figura:

**Figura 2. Os cinco passos do *SDG Compass***  
**Fonte: GRI *et al.* (2015, p.7)**



Estes cinco passos são baseados no reconhecimento da responsabilidade de todas as empresas em cumprir a legislação relevante, no respeito por padrões internacionais mínimos e no tratamento prioritário de todos os impactos negativos sobre os direitos humanos (GRI *et al.*, 2015).

Especificamente, de acordo com GRI *et al.* (2015), os cinco passos são tratados em cada secção e descritos do seguinte modo:

- Compreender os ODS – Inicialmente as empresas recebem auxílio na familiarização com os ODS, ou seja, assume-se como primeiro passo a importância das empresas se familiarizarem aos ODS e compreender as oportunidades e responsabilidades que eles representam para o seu negócio.

- Definir prioridades – Como segundo passo, as empresas são incentivadas a definir as suas prioridades com base numa avaliação dos seus impactos positivos e negativos, atuais e potenciais sobre os ODS, ao longo da sua cadeia de valor, a fim de aproveitar as oportunidades de negócio mais importantes pelos ODS e reduzir os riscos. Assim, este passo estabelece como as empresas podem definir prioridades ao focarem-se em três ações abrangentes: mapear a cadeia de valor para identificar as áreas de impacto; selecionar indicadores e recolher dados; e definir as suas prioridades.
- Definir objetivos – Neste passo, a definição de objetivos é essencial para o sucesso dos negócios e ajuda a fomentar, em toda a organização, prioridades partilhadas e um melhor desempenho. Ao alinhar os objetivos da empresa com os ODS, a administração pode demonstrar o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. Consequentemente, a definição de objetivos assenta diretamente nos resultados da avaliação do efeito e da definição de prioridades definidos no passo anterior, e assume-se como essencial para um bom desempenho. Este passo consiste em quatro ações: definir o âmbito dos objetivos e selecionar os indicadores-chave de desempenho; definir uma base e selecionar o tipo de objetivo; estabelecer o nível de ambição; e anunciar o compromisso com os ODS.
- Integração – A integração da sustentabilidade no negócio principal e ao nível do governo de sociedade, e a incorporação das metas de desenvolvimento sustentável em todas as atividades da empresa são vistas como a chave para atingir as metas estabelecidas. Neste passo, identifica-se a forma como as empresas podem integrar os ODS através das seguintes ações: ancorar os objetivos de sustentabilidade no negócio; incorporar a sustentabilidade em todas as funções; e constituir parcerias.
- Reportar e comunicar – Por fim, os ODS permitem às empresas reportar informações acerca do desempenho para um desenvolvimento sustentável, utilizando indicadores comuns e definindo um conjunto de prioridades partilhadas. Neste passo são definidas as ações necessárias em termos de reporte e comunicação: reporte e comunicações eficazes e comunicar o desempenho nos ODS.

Como tal, não obstante os ODS representarem um grande desafio para as empresas, exigem que a transformação dos desafios em oportunidades apenas se concretize através da compreensão bem estruturada sobre as implicações dos novos objetivos para o negócio (GRI

*et al.*, 2015). Além disso, integrar a avaliação dos ODS no relato não financeiro é essencial para as empresas que pretendam, efetivamente, compreender de que forma estão a cumprir estes objetivos e metas (PwC, 2018).

## **2.2. Relato não financeiro**

A definição do conceito de relato não financeiro tem sido alvo de diversas abordagens na literatura recente (Erkens *et al.*, 2015; Stolowy & Paugam, 2018). O estudo de Erkens *et al.* (2015) reuniu uma grande amostra de artigos e os autores verificaram que na sua grande maioria são utilizados conceitos subjacentes, ao invés de descreverem o conceito em si. De acordo com isso, os relatórios não financeiros ou a informação não financeira são terminologias que estão inter-relacionadas (Stolowy & Paugam, 2018), subjacentes (Erkens *et al.*, 2015) e estão ligadas ao desenvolvimento sustentável (Dienes *et al.*, 2016).

De facto, são diversas as denominações usadas para fazer referência ao relato não financeiro na forma do relatório não financeiro, tais como, relatório de sustentabilidade, relatórios de responsabilidade social empresarial, demonstração não financeira ou relato integrado (Stolowy & Paugam, 2018). Apesar de todos serem frequentemente tratados de forma intercambiável, no caso, por exemplo, dos relatórios de sustentabilidade, a ênfase está na menção dos aspetos ambientais, sociais e económicos, enquanto os relatórios de responsabilidade social empresarial destacam o aspeto de responsabilidade social (Stolowy & Paugam, 2018). Contudo, a falta de uma definição consistente é uma das razões apontadas como prováveis para a dificuldade inerente à identificação de medidas de desempenho social e ambiental (Erkens *et al.*, 2015) e para a heterogeneidade dos canais de comunicação (Stolowy & Paugam, 2018).

Historicamente, o relato não financeiro por parte das empresas evoluiu como resultado do crescimento económico, da regulação ambiental, da pressão por justiça e equidade social (Christofi *et al.*, 2012) e do aumento no interesse por parte dos *stakeholders* pelos aspetos relacionados com a sustentabilidade (PwC, 2018). A UE (2014) refere que o propósito da divulgação de informações não financeiras é promover mudanças em direção a uma economia global sustentável, combinando lucratividade a longo prazo com justiça social e proteção ambiental. Como tal, a tendência é que os indicadores tradicionais e puramente

financeiros que ignoram as questões não financeiras, não sejam mais suficientes para os *stakeholders* e parecem ser menos relevantes num tempo em que as questões sociais e ambientais são primordiais (Kılıç & Kuzey, 2017). Nesse sentido, o protagonismo dos relatórios não financeiros assenta numa mudança de pensamento no modo como se percebe o valor de uma organização, expandindo a restrita visão financeira para incluir assuntos ambientais e sociais (Brooks & Oikonomou, 2018).

A crescente atenção das empresas às dimensões social e ambiental, também associada às crises e escândalos financeiros globais ocorridos em meados deste século, corroeram a confiança na integridade das atividades organizacionais e na confiabilidade das divulgações das empresas (Kolk, 2010). Para mitigar essa tendência, os relatórios não financeiros têm sido utilizados pelas empresas como um instrumento que lhes possibilita aumentar a transparência das informações ambientais e sociais, e de se apresentar como socialmente responsáveis (Sierra-García *et al.*, 2018). Isso leva a que a verdadeira medida de sucesso para as empresas não esteja somente ligada à dimensão económica, cujo objetivo é a maximização do lucro, mas também à responsabilidade social, comportamento ético e iniciativas ambientais, conforme refletido nos relatórios não financeiros (Brooks & Oikonomou, 2018). Ou seja, parece emergir a convicção e a consciência social de que a sustentabilidade empresarial é essencial para o sucesso das empresas.

Assim, os relatórios que incorporam informação não financeira são uma importante ferramenta de gestão e espera-se deles informações abrangentes, comparáveis, transparentes e confiáveis sobre o desempenho de sustentabilidade da empresa (UE, 2014). Essa incorporação é vista como essencial para melhorar a responsabilidade e a transparência em relação às partes interessadas, com o objetivo de identificar riscos de sustentabilidade e aumentar a confiança dos investidores e consumidores (UE, 2014). Como tal, o relato eficaz vai mais além do que um simples meio de comunicação e evoluiu para uma ferramenta poderosa e estratégica utilizada para criar confiança e apoiar a criação de valor, estimular o desenvolvimento organizacional, apoiar os processos de tomada de decisão, atrair investimento e envolver os *stakeholders* (GRI, 2020).

A mudança gradual do paradigma do relato das empresas resultou, em simultâneo, no aumento do interesse que este relato e o que a sua informação constitui (Vukić *et al.*, 2018). Esse interesse generalizado concretiza-se, no caso das empresas, nas relações que

estas mantêm com os *stakeholders*: por um lado, a nível interno, no âmbito das políticas referentes a recursos humanos, saúde e segurança no trabalho e gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais; por outro, a nível externo, no âmbito das relações com as comunidades locais, os clientes e fornecedores, os acionistas e investidores, e ainda no respeito pelos direitos humanos e na atenção global pelo meio ambiente (Vukić *et al.*, 2018). Nesse sentido, na implementação de um processo que permita integrar preocupações sociais, ambientais, éticas, de direitos humanos nas suas operações comerciais, em estreita colaboração com os seus *stakeholders*, as empresas devem ter em conta dois pressupostos: o reconhecimento de que dependem dos seus *stakeholders* com algum tipo de participação na cadeia de valor (Fernandez-Feijoo *et al.*, 2014); e a convicção de que a gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais gera eficiências operacionais e maior competitividade (UE, 2014).

Um dos grandes desafios que se coloca é encontrar o equilíbrio entre a complexidade da informação não financeira disponibilizada nos relatórios e as expectativas das partes interessadas (De Villiers *et al.*, 2014). Nesse sentido, é fundamental que haja uma compreensão e uma reflexão sobre o que relatar e como relatar (Manes-Rossi *et al.*, 2018). Essa reflexão é necessária, pois ainda prevalece algum ceticismo e desconfiança sobre as empresas, nomeadamente no conteúdo da informação não financeira (Lock & Seele, 2016). Além disso, tem-se criado exigências acrescidas sobre esse conteúdo, que passam pela introdução de informações tanto positivas como negativas (Manes-Rossi *et al.*, 2018). Isso é relevante, uma vez que as empresas são frequentemente acusadas de omitir as negativas e apresentar apenas as positivas, ou seja, relatam determinadas atividades de sustentabilidade quando percebem que daí pode advir um benefício económico derivado da melhoria da reputação, redução de custos de capital ou alívio da pressão pública (Dienes *et al.*, 2016). A expectativa é a de que as empresas passem a abordar os impactos positivos e negativos, de uma forma clara e equilibrada, bem como abordem as questões mais relevantes e materiais para os seus negócios, avaliando os temas materiais para identificar os impactos relevantes a serem destacados nos relatórios não financeiros (UE, 2017).

Verifica-se que, à medida que os relatórios não financeiros evoluem, novos problemas vão surgindo, pondo em causa a qualidade e a credibilidade dos relatórios (Michelon *et al.*, 2015). O problema poderá não ser a falta de informação, mas sim a qualidade

de informação que é publicada e dada a conhecer aos *stakeholders* de uma entidade (Venturelli *et al.*, 2019). Em resposta às expectativas das diversas partes interessadas, as organizações têm adotado uma variedade de estratégias para aumentar a credibilidade dos relatórios de sustentabilidade, como é o caso da verificação da informação por parte de entidades independentes externas (Kolk & Perego, 2010). Alguns estudos relataram evidências empíricas de um efeito positivo da verificação externa de relatórios de sustentabilidade sobre sua credibilidade e confiabilidade (Kolk & Perego, 2010; Branco *et al.*, 2014). O caráter voluntário dessa garantia externa é, de acordo com Kolk e Perego (2010), um fator determinante que interfere na tomada de decisão das empresas que procuram aumentar a confiabilidade dos seus relatórios e melhorar a sua reputação.

Além disso, dois novos conjuntos de estruturas de relatórios que têm vindo a despertar a atenção e a ganhar destaque, são os *standards* da GRI e a abordagem ao relato integrado do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) (PwC, 2018). Se por um lado, a adoção das diretrizes e, posteriormente, dos padrões da GRI fornece uma estrutura de princípios e orientações, juntamente com uma lista de divulgações e indicadores-chave de desempenho, para uso voluntário por organizações no relato de seu desempenho de sustentabilidade (Sierra-García *et al.*, 2018), a iniciativa do IIRC lançou um *framework* de relato integrado, que combina o relato de sustentabilidade com o relato anual de gestão num relato integrado, que visa permitir criar um melhor e mais eficiente relato, envolver os *stakeholders*, criar confiança, melhorar a performance e criar valor para a organização (IIRC, 2013).

Através desse alinhamento, ambas as iniciativas fornecem uma estrutura de padronização para medir, monitorizar e promover a gestão do desempenho das empresas e seu impacto na sociedade, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade da informação e da comunicação com os *stakeholders* (Manes-Rossi *et al.*, 2018). Estas iniciativas são um instrumento utilizado pelas organizações no âmbito de uma melhoria do seu desempenho ambiental, social e económico, e contribuem para uma comunicação mais abrangente e clara, evitando que o impacto dos relatórios se torne ineficaz ou mesmo negativo perante os *stakeholders* (Manes-Rossi *et al.*, 2018).

Para além desses dois referenciais utilizados, a divulgação dos ODS rapidamente ganhou força nos relatórios (Bebbington & Unerman, 2018). As empresas foram colocadas na linha da frente e têm sido vistas como tendo um papel central no apoio à sua realização,

através do contributo que o seu relato confere. A importância de uma maior consciencialização dos ODS e aquilo que eles podem oferecer para a melhoria do relato não financeiro está em desenvolvimento e a sua integração pode estabelecer uma nova fase no relato não financeiro (Bebbington & Unerman, 2018).

No seguimento será dada importância às orientações internacionalmente reconhecidas para o reporte de sustentabilidade, tais como as disponibilizadas pela GRI e pelo IIRC para o relato integrado, dada a sua relevância para as empresas (PwC, 2018). A repercussão dos novos diplomas relativos à divulgação não financeira serão também alvo de análise.

### 2.2.1. O papel da Global Reporting Initiative

A GRI é uma organização sem fins lucrativos com sede em Amesterdão, Holanda, cuja missão é ajudar as empresas, governos e outras organizações a compreender e comunicar o impacto dos negócios em questões críticas sobre a sustentabilidade, as alterações climáticas, os direitos humanos, o governo societário e o bem-estar social, de forma a criar vantagens sociais, ambientais e económicas para todos (GRI, 2000).

O relato não financeiro, conforme promovido pela GRI, é a prática de uma organização relatar publicamente os seus impactos económicos, ambientais e sociais e, consequentemente, as suas contribuições – positivas ou negativas – para a meta do desenvolvimento sustentável (GRI, 2020). O objetivo apresentado pela GRI (2015) é de ajudar os relatores a elaborar relatórios não financeiros relevantes, que incluam informações confiáveis, relevantes e padronizadas para que as empresas avaliem oportunidades e riscos a partir desses impactos para a melhor tomada de decisão.

A primeira versão das diretrizes GRI (G1) foi lançada em 2000, representando a primeira estrutura global para relatórios de sustentabilidade. A segunda (G2), terceira (G3) e quarta versão (G4) foram lançadas em 2002, 2006 e 2013, respetivamente. À medida que a procura e aceitação dos relatórios que seguiam as normas da GRI cresciam continuamente, as versões iam sendo revistas e aperfeiçoadas, permitindo fornecer uma estrutura mais flexível, requisitos mais claros e linguagem mais simples (GRI, 2015). Em 2016, a GRI fez a

transição do fornecimento de diretrizes para a definição dos primeiros padrões globais para relatórios de sustentabilidade, nomeadamente, os padrões da GRI (*GRI Standards*).

Conforme apresentado pela GRI (2020), existem duas opções para a elaboração de um relatório em conformidade com as suas orientações: Essencial e Abrangente.

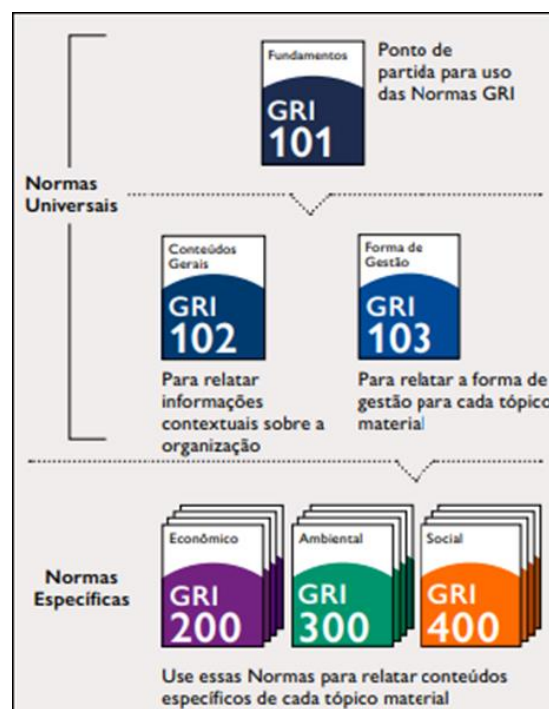
A opção Essencial indica que um relatório contém o mínimo de informações necessárias para entender a natureza da organização, os seus tópicos materiais e impactos a eles relacionados, e como tais impactos são geridos.

A opção Abrangente parte da opção Essencial, sendo exigida a divulgação de informações adicionais e uma abordagem mais ampla sobre a estratégia, ética e governo da organização. A aplicação de qualquer destas opções não reflete a qualidade das informações no relatório, mas o grau de aplicação dos padrões GRI. Dessa forma, a empresa deverá escolher a opção que melhor atenda às suas necessidades e satisfaça as necessidades de informação dos seus *stakeholders* (GRI, 2020).

Os *GRI Standards* são compostos por três normas universais e complementados por normas específicas, direcionadas para os tópicos materiais relacionados - económicos, ambientais ou sociais, conforme se apresenta na imagem seguinte:

**Figura 3. Visão Geral das Normas GRI**

Fonte: GRI (2020, p. 3)





De acordo com a GRI (2020), estas normas são estruturadas como um conjunto de normas individuais inter-relacionadas, caracterizam-se pela sua universalidade e foram desenvolvidas fundamentalmente para serem usadas juntas, para ajudar qualquer organização a elaborar um relatório de sustentabilidade, com o foco nos tópicos materiais. Acrescenta-se que o relato de sustentabilidade, baseado nestas normas, deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata das contribuições positivas e negativas de uma organização para o objetivo do desenvolvimento sustentável (GRI, 2020).

O desenvolvimento de uma abrangente e confiável estrutura para relatórios não financeiros, como a da GRI, assenta numa mudança de paradigma, já que antes do desenvolvimento desse padrão, as divulgações dos relatórios de formato não financeiro eram baseadas em estruturas que não eram globalmente aceites (Kuzey & Uyar, 2017).

Para garantir a qualidade no relato de sustentabilidade com base nas normas da GRI, é fundamental a aplicação dos Princípios de Relato (GRI, 2020). Os princípios estão divididos em dois grupos: princípios para a definição do conteúdo do relatório e princípios para definição da qualidade do relatório.

Os princípios para a definição do conteúdo do relatório dizem respeito a: inclusão dos *stakeholders*; contexto da sustentabilidade; materialidade e completude. O seu objetivo é ajudar as organizações a decidir qual o conteúdo a incluir no relatório, levando em conta as atividades e impactos da organização e atendendo às necessidades e expectativas dos *stakeholders* (GRI, 2020).

Os princípios para definição de qualidade do relatório consubstanciam-se na exatidão, equilíbrio, clareza, comparabilidade, confiabilidade e tempestividade. Neste caso, o objetivo é assegurar a qualidade das informações relatadas, apresentando-as de forma adequada e suficientemente detalhada para que os *stakeholders* possam avaliar o desempenho da organização relatora (GRI, 2016).

A integração destes princípios é, no entender da GRI (2020), fundamental para garantir a qualidade da informação ao longo do processo de elaboração do relatório não financeiro.

Porém, os resultados do estudo de Diouf e Boiral (2017), que investigou as perceções dos *stakeholders* perante os princípios para a definição de qualidade do relatório, referidos

anteriormente, demonstraram que esses princípios não foram ainda substancialmente aplicados na prática. Os principais problemas observados estão relacionados com a divulgação de informações excessivamente gerais e irrelevantes, a dificuldade de analisar o desempenho no longo prazo, a determinação de metas quantitativas para os anos seguintes e nas diferenças nas unidades utilizadas para quantificar alguns indicadores. Contudo, os autores notam que, não obstante essas limitações, a GRI representa uma ferramenta importante para a padronização dos relatórios, já que fornece a consistência e, fundamentalmente, a comparabilidade da informação.

Por outro lado, existem evidências na literatura que comprovam que o uso das orientações da GRI para a elaboração dos relatórios não financeiros constitui um fator importante na melhoria da qualidade da informação (Kolk & Perego, 2012), afeta positivamente a credibilidade dos relatórios (Vigneau *et al.*, 2015; Lock & Seele, 2016), promove a adoção de práticas mais sustentáveis por parte das empresas (del Mar Alonso-Almeida *et al.*, 2014; Vigneau *et al.*, 2015) e é considerado o melhor padrão para fornecer informações úteis à tomada de decisão para os investidores (Lock & Seele, 2016).

Como tal, os padrões da GRI tornaram-se os mais utilizados e confiáveis padrões de relatórios no mundo da sustentabilidade, alcançando uma posição global (PwC, 2018). Isso é evidenciado no estudo da PwC (2018), que demonstra que das 250 maiores organizações do mundo, 92% relatam seu desempenho em sustentabilidade e 74% usam os padrões GRI para fazê-lo. Em Portugal, Gomes *et al.* (2015) também destacaram que as diretrizes da GRI eram o padrão dominante nos relatórios publicados pelas empresas.

Em sentido contrário, Demir *et al.* (2017) colocam limitações quanto ao seu impacto, até ao momento, no verdadeiro progresso em direção a práticas comerciais mais justas e sustentáveis. Já Michelon *et al.* (2015) argumentam que a mera adoção das diretrizes da GRI pode não resultar diretamente num aumento da transparência, porque as empresas podem apenas aumentar a extensão do relato, em detrimento do aumento da qualidade da informação. O aumento da extensão de informação contida neste tipo de relatórios, nomeadamente, sobre os impactos, práticas e políticas sociais, ambientais e económicas de uma entidade relatora pode, devido ao nível de detalhe do relatório, levar a uma sobrecarga de informação e à dificuldade por parte dos leitores em relacionar sistematicamente toda essa informação (De Villiers *et al.*, 2014).

Além disso, o desafio de as empresas relatarem aspetos negativos, em particular, pode pôr em risco a imagem e reputação da empresa, se percebida pelas partes interessadas como não estando alinhada com as normas e valores da sociedade (Hahn & Lulfs, 2014). Consequentemente, pode levar as empresas a focarem-se nos aspetos positivos e ofuscar os negativos (Diouf & Boiral, 2017). Neste contexto, o estudo de Hahn e Lulfs (2014) identificou uma série de estratégias de legitimação utilizadas pelas empresas, no âmbito do relato voluntário, sobre os aspetos negativos. A análise mostrou que algumas estratégias não são adequadas para fornecer uma visão real do desempenho não financeiro de uma empresa, uma vez que essas estratégias visam alterar as perceções dos *stakeholders*, em vez de alterar os processos e práticas organizacionais.

A GRI está incorporada em políticas económicas internacionais ajustadas a um comprometimento com os ODS e tem desenvolvido iniciativas para impulsionar a ação das empresas para a sua realização (GRI, 2019). No entender da GRI (2019), para a divulgação dos ODS é crucial o estabelecimento de dados padronizados que sejam comparáveis ao longo do tempo e com outras empresas, utilizando estruturas de divulgação reconhecidas internacionalmente, como as Normas GRI.

Além do já referido anteriormente *SDG Compass*, a GRI tem demonstrado o seu contributo para a operacionalização dos ODS, fornecendo às empresas diversas publicações de guias e orientações sobre como elas podem alinhar as suas estratégias, e ajudando-as a medir e gerir a sua contribuição para a realização dos ODS (GRI, 2019).

Assim, desde o lançamento dos ODS, que a GRI fomenta a sua inclusão no relato não financeiro, permitindo que as empresas contribuam positivamente para os ODS, posicionando-se como a estrutura capaz de oferecer o que as empresas precisam para implementar e avaliar sua contribuição para os ODS (GRI, 2019).

### 2.2.2. O desafio do Relato Integrado

Nos últimos anos, as empresas têm demonstrado crescentes preocupações pelo facto do relato financeiro tradicional não fornecer informações úteis e suficientes para atender às necessidades de informação de uma variedade de partes interessadas (Flower, 2015; Izzo *et al.*, 2020b).

O relato integrado afasta-se do modelo de negócios fragmentado e baseado em modelos em que cada parte do relatório está sob responsabilidade de uma unidade que não entende a informação gerada por outra e não se comunica com ela, para adotar a forma integrada, participativa e com o envolvimento da alta gestão, o chamado pensamento integrado.

Atendendo a essas circunstâncias, o relato integrado, que combina num único relatório divulgações financeiras e não financeiras do desempenho de uma empresa, pretende ajudar as empresas a conectar os dois tipos de informação, fornecendo uma melhor visão sobre o processo de criação de valor e funcionando como um instrumento de comunicação para as partes interessadas (Sierra-García *et al.*, 2015). A necessidade de reporte de dados não financeiros já foi identificada por empresas e investidores, em que na maior parte dos casos é disponibilizada em relatórios autônomos como o relatório de sustentabilidade, porém estes não permitem obter uma perspectiva global das operações da empresa, a compreensão do desempenho da empresa como um todo, ou seja, uma análise global e integrada (Sierra-García *et al.*, 2015).

Houve, portanto, a necessidade de as empresas adotarem alternativas para responderem ao desafio do desenvolvimento sustentável, relacionando a estratégia, os riscos e as oportunidades, com a gestão do desempenho financeiro e com aspectos ambientais, sociais e de governo (Adams, 2017).

A abordagem ao relato integrado para a preparação de relatórios que integram informação financeira e não financeira tem como objetivo divulgar informações concisas, relevantes e estratégicas (IIRC, 2013), para favorecer a gestão integrada, a comunicação interna e a prestação de contas (De Villiers *et al.*, 2014). O relato integrado representa uma evolução nos processos de comunicação e gestão organizacional em que a organização deve adotar o pensamento integrado, isto é, deve considerar o relacionamento existente entre um conjunto de fatores que afetam a capacidade de uma organização gerar valor ao longo do tempo, inclusive os capitais utilizados ou afetados pela organização (IIRC, 2013). Estes capitais incorporam seis categorias: capital financeiro, produtivo, intelectual, natural, humano e social e de relacionamento (IIRC, 2013). A ideia básica é que o relato elaborado de forma integrada indique como as empresas, através das suas atividades, criam valor, medido pelo aumento ou diminuição do valor dos capitais referidos (Flower, 2015). Logo, enquanto o relato integrado

é uma abordagem para preparação do relatório organizacional por meio do pensamento integrado da organização, o relatório integrado é o documento resultante desse processo (IIRC, 2013).

Um relatório integrado é definido pelo IIRC (2013) como um documento conciso sobre como a estratégia, a gestão, o desempenho e as perspectivas de uma organização, que é influenciada pelo seu ambiente externo, levam à geração de valor no curto, médio e longo prazo. Desta forma, espera-se que o relatório integrado explique como uma organização gera valor ao longo do tempo, focando os seus negócios e atividades no longo prazo, substituindo o curto prazo, frequentemente responsável pelas críticas aos relatórios financeiros (De Villiers *et al.*, 2017). A sua intenção passa por descrever a dependência da empresa em relação a diferentes recursos, seus relacionamentos e impacto sobre eles, melhorar a capacidade dos investidores em avaliar a visão sobre o futuro das empresas e com isso criar soluções para superar as críticas repetidas aos relatórios desenvolvidos de acordo com os modelos tradicionais (De Villiers *et al.*, 2017).

Apesar do seu caráter voluntário, o relato integrado ganhou considerável destaque desde a formação do IIRC, em 2010 (De Villiers *et al.*, 2014). O IIRC é uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas e definidores de padrões, profissionais da área da contabilidade e organizações não governamentais (ONG), que reforçou o seu reconhecimento internacional em 2013, após a publicação da primeira estrutura para relatórios integrados, denominada como *<IR> Framework* (IIRC, 2013). O modelo apresentado nesse documento apresenta as linhas orientadoras do relato integrado e o objetivo declarado é estabelecer princípios orientadores e elementos-chave que regem o conteúdo de um relatório integrado, bem como explicar os conceitos fundamentais que o sustentam.

O IIRC (2013) definiu sete princípios base, que informam o conteúdo e a forma como a informação é comunicada, descritos da seguinte forma:

- 1) Foco na estratégia e orientação para o futuro: o relato integrado deve conter informação sobre a estratégia da organização e sobre a forma como contribui para a capacidade de a empresa criar valor no curto, médio e longo prazo; bem como a sua utilização e efeitos nos capitais da empresa.

2) Conectividade da informação: deve ser apresentada uma imagem global que mostre a conectividade, interligação e interdependência entre os fatores que afetam a capacidade de a empresa criar valor ao longo do tempo.

3) Relação com *stakeholders*: deve conter uma visão da natureza e da qualidade das relações que a organização mantém com as suas principais partes interessadas, incluindo como e até que ponto a organização entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades.

4) Materialidade: deve relatar o que de maneira significativa afeta a capacidade de a organização criar valor no curto, médio e longo prazo.

5) Concisão: um relatório integrado deve ser conciso e excluir informação excessiva.

6) Confiança e Plenitude: todos os assuntos positivos e negativos devem ser espelhados de uma forma equilibrada e sem erros.

7) Coerência e Comparabilidade: a informação apresentada deve ser coerente no tempo e de forma a poder ser comparável com a das outras organizações na medida do que é materialmente relevante para a capacidade da empresa criar valor ao longo do tempo.

Estes princípios básicos aplicam-se de forma individual e coletiva durante o processo de elaboração e apresentação de um relatório integrado, à semelhança dos elementos do conteúdo (IIRC, 2013). Os elementos de conteúdo são apresentados como perguntas para as empresas responderem, através da aplicação dos princípios básicos, determinando que informação deve ser relatada e como ela é relatada. De acordo com IIRC (2013), os elementos de conteúdo são:

1) Visão global e ambiente externo: o que faz a organização e quais são as circunstâncias em que opera?

2) Gestão: como a estrutura da gestão da organização apoia a capacidade de criação de valor no curto, médio e longo prazo?

3) Modelo de negócio: quais os *inputs*, atividades de valor acrescentado e *outputs* pelas quais a organização cria valor no curto, médio e longo prazo?

4) Riscos e Oportunidades: quais são os riscos e oportunidades específicos que afetam a capacidade da organização de gerar valor no curto, médio e longo prazo, e como a organização lida com eles?

5) Estratégia e alocação de recursos: para onde a organização pretende ir e como tenciona chegar lá?

6) Desempenho e resultados: qual foi o desempenho da empresa face à sua estratégia e quais são os impactos no que respeita aos efeitos sobre os capitais?

7) Visão futura: que oportunidades, riscos, desafios e incertezas a organização vai provavelmente enfrentar perseguindo a sua estratégia e quais são as implicações potenciais para o seu modelo de negócio e futuro desempenho e resultados?

8) Bases de Preparação e Apresentação: como a organização determina os temas a incluir no relatório integrado e como são quantificados ou avaliados?

9) Questões gerais do relato: materialidade, capitais, tempo e detalhe da informação.

Estes elementos de conteúdo representam as categorias de informação requeridas para inclusão num relatório integrado, estão fundamentalmente vinculados entre si, não se excluem mutuamente e a apresentação em forma de perguntas possibilita, no caso de serem respondidas, tornar as suas inter-relações óbvias (IIRC, 2013). Assim, considera-se importante que o relatório integrado seja definido de forma flexível, permitindo a cada empresa divulgar de acordo com o seu contexto e dos temas que considere materialmente relevantes, sem estar sujeita a um formato estabelecido.

O foco nas necessidades de informação dos investidores foi criticado por vários autores, incluindo De Villiers *et al.* (2014) e Flower (2015), que argumentam que o IIRC, através do seu framework para o relato integrado, abandonou os objetivos iniciais de relato de sustentabilidade ao assumir que o planeamento de estratégias futuras para a criação de valor são os acionistas e investidores. Essa mudança significa que o público-alvo da informação contida nos relatórios integrados agora é substancialmente diferente daquele dos relatórios de sustentabilidade. Enquanto os relatórios de sustentabilidade independentes visam fornecer informações sociais, ambientais e económicas aos seus *stakeholders*, os relatórios integrados focam-se na apresentação de informações relacionadas à avaliação de riscos,

concentrando-se na criação de valor para os investidores e atendendo principalmente às necessidades de informação dos acionistas (De Villiers *et al.*, 2017).

Segundo Flower (2015), a criação de valor dirige-se aos investidores e não valor para a sociedade, pois o conteúdo do relatório integrado é essencialmente direcionado para os investidores. Para o autor, o <IR> não impõe às empresas a obrigação de relatar os danos provocados a entidades externas à empresa, em que não haja impactos subsequentes sobre a empresa e, portanto, o valor deve ser interpretado de acordo com os seus interesses. Porém, a falta de critérios objetivos para identificar as principais partes interessadas relega tal tarefa ao livre escrutínio dos gestores das empresas e, como tal, em algumas circunstâncias, a criação de valor dos investidores pode estar em conflito com os interesses da sociedade (Flower, 2015). O autor dá a entender que, embora o IIRC reconheça a existência de partes interessadas que não sejam investidores e procure dar a impressão que leva em consideração as suas necessidades, essa prática funciona apenas como um meio de garantir a prosperidade futura da empresa. Para Adams (2015), o foco no valor para a sociedade não acontecerá nos relatórios integrados, a menos que seja visto como alinhado com o valor para os investidores.

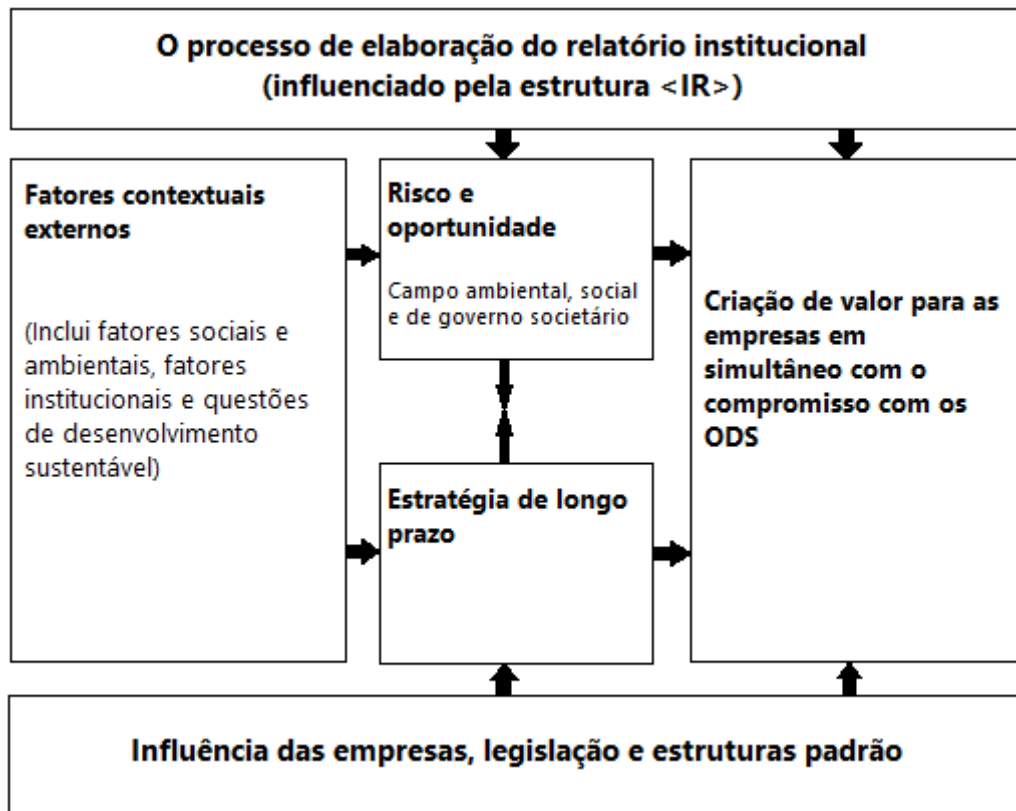
No que concerne ao enquadramento entre o relato integrado e os ODS, o trabalho de Adams (2017) oferece uma base conceptual que atende à estrutura do IIRC para a integração dos ODS no modelo de negócios e estratégia da organização.

Atendendo a um contexto de uma dinâmica organizacional, em que o relato integrado, com sua visão mais ampla de criação de valor, maximizou o pensamento integrado e a consciência da interconexão das questões de desempenho social, ambiental e financeiro (Adams (2017), a seguinte figura apresenta o desenvolvimento do relatório institucional de acordo com o <IR>:



Figura 4. Conceptualização do processo de criação de valor

Fonte: Adaptado de Adams (2015, p. 20)



De acordo com Adams (2017), a conceptualização do processo de criação de valor, ilustrada na figura 4, pode ser considerada em três partes:

1) Os fatores contextuais externos cada vez mais incluem riscos e oportunidades de desenvolvimento sustentável, que são colocados nas perspectivas internas das empresas para o desenvolvimento e execução da estratégia de longo prazo. Do ponto de vista do autor, os fatores contextuais externos incluem cada vez mais os riscos de desenvolvimento sustentável e as oportunidades no desenvolvimento de cumprir a estratégia de longo prazo. Isso está dependente de: capacidade da estratégia de uma organização para responder aos riscos e oportunidades ao nível ambiental, social e de governo para criar valor; e desenvolvimento do processo dificultado ou facilitado pelas empresas, pela legislação, padrões e estruturas.

2) A capacidade da estratégia a ser implementada exige que a organização responda aos riscos e oportunidades de divulgação ambiental, social e de governo societário para criar valor. Essa implementação passa pelos indivíduos e pela liderança, especialmente se eles

aceitam uma visão mais holística do valor e até que ponto o seu enquadramento cognitivo lhes permite incorporar isso na tomada de decisões.

3) O processo é dificultado ou facilitado por processos de relatórios organizacionais e práticas de governo do conselho e os regulamentos, códigos e estruturas que os influenciam.

Adicionalmente, o estudo de Adams (2017) oferece a estrutura para contribuir com os ODS por meio do relato integrado através do processo de criação de valor, que envolve um processo de cinco etapas:

1) Compreensão sobre as questões de desenvolvimento sustentável relevantes para o ambiente externo da organização;

2) Identificação de questões materiais de desenvolvimento sustentável que influenciam a criação de valor;

3) Desenvolvimento de estratégias para contribuir com os ODS por meio do modelo de negócios;

4) Desenvolvimento do pensamento, conectividade e governança de forma integrada;

5) Preparação do relatório integrado.

Com base nesta proposta, alinhar as abordagens de negócios aos ODS com os relatórios integrados pode redirecionar os fluxos de investimento para maximizar a criação de valor e aumentar o conhecimento do impacto das atividades de negócios no desenvolvimento sustentável. Paralelamente, pode ajudar as organizações a reduzir o risco, identificar oportunidades e entregar soluções e tecnologias inovadoras de longo prazo para abordar o desenvolvimento sustentável (Adams, 2015).

A conectividade entre o relato integrado e a abordagem por parte das empresas aos ODS foi analisada por Izzo *et al.* (2020b) com o objetivo de avaliar a divulgação dos ODS. O estudo demonstrou que entre 134 empresas analisadas, 95 (71%) divulgaram os ODS no seu relato integrado. Essas descobertas, no entender dos autores, apoiam a alegada relevância do relato integrado para incorporar informações sobre os ODS, em simultâneo com o contraste com o facto de se posicionarem como tendências muito recentes que geralmente requerem tempo para serem colocadas em prática pelas empresas.

Baseando-se nessas considerações e, apesar da sua elevada complexidade prática, o relato integrado pode representar a tela para essa mudança em direção ao crescimento sustentável destinado a reduzir riscos, aumentando os benefícios tanto do sistema económico quanto para as empresas, permitindo a criação de novas oportunidades para a inovação, melhoria de reputação e ganhos de eficiência (Izzo *et al.*, 2020a).

### 2.2.3. A Diretiva n.º 2014/95/UE

O relato de informação não financeira trata-se de uma tendência recente, ao contrário do relato de informação financeira, que é uma prática comum e que faz parte das obrigações legais de todas as empresas. Se até aqui a adoção de divulgação da informação não financeira era voluntária, por iniciativa das próprias entidades, a publicação da Diretiva n.º 2014/95/UE, de 22 de outubro de 2014, do Parlamento Europeu e do Conselho sobre informações não financeiras e diversidade, marcou o início de uma nova fase, já que impôs a obrigatoriedade da sua divulgação a determinadas entidades. A informação solicitada inclui políticas, riscos, desempenho ambiental e social, assim como medidas destinadas aos empregados, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e promoção da diversidade de género no conselho de administração das empresas (UE, 2014).

A Diretiva faz parte do aumento no volume de regulamentações e normativas que pretendem mais responsabilidade empresarial e maior transparência em questões ambientais, sociais e de governo (Vukić *et al.*, 2018). Por sua vez, insere-se no contexto de estratégias da UE, na qual se reconhece que a divulgação de informação não financeira é um elemento chave na prestação dos seus compromissos por parte das empresas e para a geração de um clima de confiança (UE, 2014). Além disso, o objetivo é de promover a harmonização dos relatórios, tornando-os mais abrangentes e reforçar a coerência da informação divulgada (Manes-Rossi *et al.*, 2018).

De acordo com Manes-Rossi *et al.* (2018), a divulgação obrigatória é necessária, porque a publicação voluntária de um relatório de informação não financeira dificulta a comparabilidade e deixa espaço significativo para práticas simbólicas que podem colocar em risco a sua credibilidade. Além disso, a divulgação quando opcional pode levar a uma variação substancial da extensão e natureza dessa informação (Brooks & Oikonomou, 2018).

Este novo diploma declara que a divulgação de uma demonstração não financeira contribui de forma significativa para a análise do desempenho das empresas e do seu impacto na sociedade, a identificação dos riscos de sustentabilidade e para o reforço da confiança dos investidores e consumidores (UE, 2014). O estudo de Hahn e Kühnen (2013) vai nesse sentido, na medida em que os autores constataram que o relato de informação não financeira promove benefícios potenciais para as empresas, como a melhoria da transparência, o aumento da reputação e do próprio valor da empresa. Muserra *et al.* (2020) destacam que a nova legislação aumentou a consciência dos administradores sobre a responsabilidade que cada empresa tem não só para com os seus acionistas, mas também para com a sociedade em geral. Para os autores, essa consciência por parte do conselho de administração é apontada como fundamental para disseminar práticas empresariais responsáveis. Dessa forma, concluíram que a Diretiva tem potencial para ser uma verdadeira reforma institucional e não uma mera mudança administrativa, que apoiará a transparência da informação e a transição para modelos de negócios sustentáveis.

O impacto das novas exigências de divulgação de informação não financeira decorrentes da transposição da Diretiva tem sido alvo de diversas pesquisas. Relativamente, à influência que causou no conteúdo dos relatórios, nomeadamente, na quantidade e qualidade da informação obrigatoriamente divulgada, o estudo de Sierra-García *et al.* (2018) revelou que cerca de 97% das empresas espanholas cotadas no IBEX-35 publicavam informações não financeiras num relatório autónomo antes da transposição da Diretiva e que a percentagem diminuiu para 80% após a sua transposição em 2017. Por sua vez, Hąbek e Wolniak (2016) mostraram que a divulgação não financeira obrigatória pode ter um impacto positivo na qualidade do relato não financeiro.

O seu impacto foi também alvo de investigação por Venturelli *et al.* (2019), em países como o Reino Unido e Itália. Na comparação do seu efeito entre os dois países, verificou-se que as empresas do Reino Unido apresentavam já a sua informação não financeira de acordo com as exigências da Diretiva, bem como, a um nível de qualidade superior, quando comparadas com as empresas de Itália. Tal observação pode dever-se ao facto de o Reino Unido ter adotado a regulamentação antes da Itália, o que leva a pressupor que os países com regulamentação anteriormente aplicada tendem a apresentar um relato de qualidade superior à dos países sem regulamentação. Com efeito, a sua aplicação em países em que o

relato não financeiro ainda não é uma prática tão comum pode ser uma oportunidade para as empresas melhorarem a qualidade da informação não financeira (Venturelli *et al.*, 2019).

Salienta-se, ainda, que se espera que a Diretiva possa desempenhar um papel positivo no incentivo às políticas sustentáveis das empresas e, assim, dar uma contribuição fundamental para o cumprimento dos ODS (ONU, 2015).

#### 2.2.4. O Decreto-Lei n.º 89/2017

O Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, transpõe para Portugal a Diretiva n.º 2014/95/UE. O Decreto impõe às grandes empresas que sejam de interesse público e às entidades de interesse público que sejam empresas-mãe de um grupo económico, cujo número médio de trabalhadores seja, em cada um dos casos superior a 500, a obrigação de incluir no seu relatório de gestão uma demonstração não financeira para uma boa compreensão da evolução, desempenho, posição e impacto das suas atividades. Essas empresas passaram, assim, de forma obrigatória a apresentar anualmente uma demonstração não financeira, incluída no relatório de gestão ou num relatório separado a publicar em conjunto com o relatório de gestão, a partir de 2017.

Em Portugal, para efeitos de delimitação do conceito de grandes empresas e de grandes grupos segue-se o estipulado no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, em que a noção de grandes empresas corresponde a entidades que excedam, pelo menos, dois dos três limites seguintes (limites que devem reportar-se ao período imediatamente anterior):

- Total do balanço: 20.000.000 euros;
- Volume de negócios líquido: 40.000.000 euros;
- Número médio de empregados durante o período: 250.

As entidades qualificadas como entidade de interesse público são definidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro:

- a) Os emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado;
- b) As instituições de crédito;
- c) As empresas de investimento;

- d) Os organismos de investimento coletivo sob forma contratual e societária, previstos no regime geral dos organismos de investimento coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro;
- e) As sociedades de capital de risco, as sociedades de investimento em capital de risco e os fundos de capital de risco, previstos no Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março;
- f) As sociedades de investimento alternativo especializado e os fundos de investimento alternativo especializado, previstos no Regime Jurídico do Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 de março;
- g) As sociedades de titularização de créditos e os fundos de titularização de créditos;
- h) As empresas de seguros e de resseguros;
- i) As sociedades gestoras de participações sociais, quando as participações detidas, direta ou indiretamente, lhes confirmam a maioria dos direitos de voto nas instituições de crédito referidas na alínea b);
- j) As sociedades gestoras de participações sociais no sector dos seguros e as sociedades gestoras de participação de seguros mistas;
- k) Os fundos de pensões;
- l) As empresas públicas que, durante dois anos consecutivos, apresentem um volume de negócios superior a 50 000 000 euros, ou um ativo líquido total superior a 300 000 000 euros.

Desta forma, a sustentabilidade passou a ser uma obrigação, esperando-se que as empresas portuguesas não ignorem a necessidade de produzir e comunicar informação não financeira no âmbito dos seus relatórios de gestão anuais ou num relatório autónomo. Segundo o Decreto-Lei:

Caso seja requerida às empresas a elaboração de uma demonstração não financeira, essa demonstração pode conter, no que diz respeito às questões ambientais, pormenores relativos aos impactos atuais e previsíveis das atividades das empresas no ambiente, e, se adequado, na saúde e na segurança, na utilização de energias renováveis e/ou não renováveis, nas emissões de gases com efeito de estufa, na utilização da água e na poluição atmosférica. No tocante às questões sociais e relativas

aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens e não discriminação, as informações fornecidas na demonstração podem dizer respeito à aplicação das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho, às condições de trabalho, ao diálogo social, ao respeito pelo direito dos trabalhadores, à informação e à consulta, ao respeito pelos direitos sindicais, à saúde e à segurança no trabalho, ao diálogo com as comunidades locais, e/ou às ações realizadas com vista a assegurar a proteção e o desenvolvimento dessas comunidades, às medidas adotadas no âmbito da promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos trabalhadores, bem como o exercício dos direitos de proteção na parentalidade. No que diz respeito aos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno, a demonstração não financeira poderá incluir informações relativas à prevenção da violação dos direitos humanos e/ou aos instrumentos utilizados no combate à corrupção e ao suborno.

Este diploma constituiu um desafio para as empresas, em particular para aquelas que ainda não divulgavam este tipo de informação, tendo em consideração, a sua aplicabilidade nos exercícios anuais que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2017, ou seja, aos relatórios publicados em 2018. Mesmo no caso das empresas que já publicavam informação não financeira, o Decreto-Lei n.º 89/2017 implicou a necessidade de aprofundar algumas áreas, como a identificação e gestão de riscos e a formalização e monitorização de políticas nas várias áreas de relato definidas pelo diploma (PwC, 2018).

## **2.3. Estudos anteriores: uma análise detalhada**

### **2.3.1. Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

O crescente e significativo impacto do desenvolvimento sustentável levou à necessidade de procurar, desenvolver e implementar práticas organizacionais e contabilísticas para atender à agenda dos ODS. Esse interesse leva naturalmente ao desenvolvimento de um conjunto de análises, avaliações e publicações científicas, para a identificação e compreensão dos vínculos para a implementação de relatórios eficazes através de práticas organizacionais e contabilísticas relevantes para atender aos ODS (Bebbington & Unerman, 2018).

O estudo de Bebbington e Unerman (2018) elucida e reforça quais os papéis que a contabilidade pode desempenhar na consecução dos ODS e explora o papel do mundo dos

negócios. O objetivo do estudo foi estabelecer e promover o papel da contabilidade na implementação dos ODS. Para atender aos seus objetivos, os autores apresentaram três elementos a ter em conta pelos profissionais da área da contabilidade e pelos próprios investigadores. Os elementos apresentados foram: o desenvolvimento de relatórios organizacionais que devem ter em conta o contexto dos ODS; as pesquisas sobre esta temática dos ODS devem considerar os estudos anteriores relativamente a questões sociais, ambientais e de desenvolvimento sustentável, no sentido em que estas questões podem ser moldadas e transformadas pelo ímpeto dos ODS; e a oportunidade que os ODS fornecem para os investigadores e fundamentalmente para as empresas contribuírem substancialmente para o desenvolvimento sustentável. Por fim, o estudo destaca que a investigação académica é necessária para ajudar a entender como as iniciativas contabilísticas relacionadas aos ODS estão a ser realmente praticadas.

No entanto, há uma escassez de estudos sobre a aplicação dos ODS ao nível das empresas e ainda não está claro quais os fatores que podem operacionalizar e atingir os objetivos através do setor empresarial (Rosati & Faria, 2019). Embora todos os ODS sejam considerados de igual importância, cabe a cada empresa interpretar e priorizar sua implementação. Esse debate é fundamental para compreender se as organizações podem desempenhar um papel relevante no avanço da agenda de desenvolvimento sustentável, através da integração dos ODS nas suas estratégias e operações e no desenvolvimento de soluções inovadoras para enfrentar os desafios globais do desenvolvimento sustentável (Bebbington & Unerman, 2018).

A investigação de Haywood e Boihang (2020) teve como objetivo analisar a divulgação inicial dos ODS, no período 2016 a 2018, pelas 100 maiores empresas, cotadas na bolsa de valores de Joanesburgo, da África do Sul. Constataram que são as empresas dentro dos setores primários (associados a atividades de mineração, petróleo e gás, florestal, produtores de alimentos etc.), ou seja, setores de atividade social e ambientalmente sensíveis que parecem estar a priorizar os ODS. Constataram que alguns setores terciários (por exemplo, o setor financeiro - bancos, seguros, empresas de investimento, etc.) também estão envolvidos nos objetivos, enquanto outros (por exemplo, empresas do setor da saúde) ainda estão aquém da contribuição que podem oferecer. Os três ODS mais priorizados pelas empresas foram, respetivamente, o ODS 3 (saúde de qualidade), ODS 4 (educação de



qualidade) e ODS 6 (água potável e saneamento). Apesar do relatório integrado ser uma exigência legal na África do Sul para as empresas cotadas em bolsa, os autores mostraram que as empresas continuam a publicar relatórios não financeiros autónomos, sendo precisamente nestes que os ODS são mais divulgados. Embora as empresas já se estejam a comprometer com os ODS, para Haywood e Boihang (2020), o papel que as empresas têm desempenhado deve melhorar substancialmente se o setor privado pretender efetivamente atuar como um veículo para o cumprimento dos ODS.

Também voltado para o setor privado, um dos estudos mais recentes sobre o estado da relação entre os relatórios das empresas e os ODS é o *Creating a strategy for a better world* da PwC (2019). O estudo analisou os relatórios financeiros e não financeiros publicados por 1141 grandes empresas de 31 países, divididas por sete setores de atividades. A análise permitiu constatar que 72% das empresas mencionaram os ODS nas suas publicações, predominantemente nos relatórios de sustentabilidade. Verificou-se também que os objetivos estão a chegar ao topo da gestão, pois na declaração do CEO ou do Presidente, mais de um quinto (21%) fez menção específica aos ODS (em 2018 era de apenas 13%). Nos diferentes setores de atividade constatou-se que as empresas dos serviços financeiros lideram na abordagem aos ODS, enquanto o setor de saúde mostrou-se como tendo menor propensão para mencionar os ODS nos seus relatórios. Dos 17 ODS a atingir verificou-se ainda que o ODS 8 (emprego digno e crescimento económico) é o objetivo mais priorizado entre as empresas analisadas. No entanto, embora haja um reconhecimento geral da importância dos objetivos, o estudo conclui que não existe uma compreensão suficiente sobre as ações e práticas concretas para a implementação dos ODS, que pode significar que o esforço e o investimento não estão a ser direcionados para onde são mais necessários (PwC, 2019).

Por outro lado, apenas alguns estudos tentaram avaliar quais os fatores que motivam a integração dos ODS em relatórios não financeiros. A maioria dos estudos analisados dizem respeito a pesquisas recentes, não só pelo facto dos ODS serem um fenómeno emergente, mas também devido ao interesse exponencial dos investigadores sobre o potencial da contribuição dos ODS na procura do desenvolvimento sustentável.

Rosati e Faria (2019) baseiam-se nas evidências anteriores da literatura sobre sustentabilidade empresarial para levantar várias hipóteses sobre a relação entre fatores

institucionais e a abordagem aos ODS em relatórios de sustentabilidade. O estudo realizado considera um conjunto de fatores institucionais pertencentes a seis sistemas institucionais diferentes e baseia-se em dados de 2.413 relatórios de sustentabilidade publicados por organizações localizadas em 90 países diferentes. Os seis sistemas institucionais relacionados com a divulgação dos ODS atenderam às políticas e leis nacionais, economia e finanças, sociedade e cultura, tecnologia e inovação, educação e trabalho e sustentabilidade. Fatores relacionados com o sistema político e jurídico (inserido nas políticas e leis nacionais), a vertente económico-financeira (economia e finanças) e a tecnologia e inovação não mostraram diferenças significativas entre as organizações que relatam os ODS e aquelas que não o fazem. No entanto, os resultados mostraram que as organizações que relatam os ODS têm maior probabilidade de estar localizadas em países com níveis mais elevados de vulnerabilidade às mudanças climáticas, em países com elevados gastos na educação e em países caracterizados por culturas mais indulgentes, igualitárias e por leis de proteção ao emprego.

Rosati e Faria (2018) estudaram a relação entre a adoção dos ODS nos relatórios de sustentabilidade e uma série de fatores organizacionais. Os autores, atendendo às características das organizações analisadas, agruparam os fatores em três dimensões: (1) tamanho da empresa e desempenho económico e intangibilidade; (2) compromisso de sustentabilidade e garantia externa; e (3) atributos de governo societário. O estudo baseado em dados de uma amostra de 408 empresas de todo o mundo, mostrou que a abordagem aos ODS está relacionada com um maior tamanho da empresa (por norma, grandes empresas, com marcas mais sensíveis que pretendem proteger) e um maior nível de ativos intangíveis (em que mais competências podem ser usadas para incluir os ODS). Os resultados demonstraram ainda que um maior compromisso com estruturas de sustentabilidade, uma garantia externa, uma parcela maior de diretores do sexo feminino e um conselho de administração mais jovem influenciam positivamente a divulgação dos ODS.

O estudo de van der Waal e Thijssens (2020) teve como objetivo explorar o terreno do envolvimento organizacional sobre os ODS, através dos relatórios de sustentabilidade das 2000 maiores empresas, tendo em conta a avaliação da revista *Forbes*. Os autores fornecem uma descrição quantitativa do estado atual do envolvimento sobre os ODS, que contribui para um entendimento inicial sobre a decisão das empresas cotadas em bolsa envolverem-se num

compromisso com o objetivo de criar valor para o bem comum, já que, por norma, essas empresas são, principalmente, orientadas para os acionistas (van der Waal & Thijssens, 2020). Os fatores associados a essa decisão sugeridos no estudo foram o tamanho da empresa, várias características do relatório de sustentabilidade, associação ao Pacto Global, classificação de sustentabilidade, país e indústria. Os resultados mostram que os fatores como o compromisso com outras iniciativas relacionadas à sustentabilidade (tais como a GRI, IIRC e Pacto Global) e as características do país aumentam a probabilidade de relatórios com menção aos ODS. Além dos fatores institucionais, fatores como o tamanho da empresa mostraram estar positiva e significativamente relacionados com o facto de uma empresa mencionar os ODS no seu relatório de sustentabilidade. No entanto, para os autores, os resultados mostraram que o envolvimento empresarial com os ODS ainda é limitado, pois constatou-se que as empresas ainda hesitam em dedicar atenção aos ODS e avaliar o seu significado para o desenvolvimento de uma estratégia.

Por sua vez, Pizzi *et al.* (2020) investigaram os efeitos relacionados com a transposição da Diretiva 2014/95/UE, analisando os determinantes ao nível da empresa, ao nível da governação e ao nível dos relatórios empresariais sobre os ODS. Assim, o estudo assentou na análise dos relatórios não financeiros de 153 entidades italianas. Os resultados alcançados mostraram uma relação positiva entre o relato dos ODS e vários fatores organizacionais, como a presença de conselheiros independentes no conselho, experiência com relatórios não financeiros e extensão do relatório. Os autores verificaram ainda que as empresas que operam em setores sensíveis estão mais interessadas em divulgar informações sobre sua contribuição para os ODS. Concluíram ainda que existe uma assimetria entre empresas financeiras e empresas não financeiras na abordagem aos ODS. Enquanto que nas empresas não financeiras o principal fator para a menção aos ODS foi a experiência adquirida anteriormente sobre a temática das questões da sustentabilidade, nas empresas financeiras a adoção das diretrizes da GRI foi considerada o fator determinante.

Ao nível do governo societário, o estudo de Martínez-Ferrero e García-Meca (2020) explora os mecanismos internos do governo de sociedade como fatores determinantes para uma empresa atender aos ODS. Através de uma amostra de 365 empresas cotadas em mercados regulados europeus no período de 2016 a 2017, o artigo investiga se fatores

internos de governo societário como a independência do CEO, a composição do conselho e a participação em reuniões do conselho têm impacto sobre a divulgação dos ODS. Os resultados sugerem que a não dualidade do CEO e a independência do conselho atuam como determinantes da contribuição de uma empresa para a Agenda 2030. Sugerem, ainda, que o desenvolvimento sustentável e o compromisso com os ODS, refletidos nos relatórios de sustentabilidade têm mais probabilidade de existir em organizações caracterizadas por um forte governo de sociedade.

### 2.3.2. Sobre a divulgação não financeira e seus potenciais fatores explicativos

Foram igualmente observados um conjunto de estudos que tratam a divulgação não financeira e os seus potenciais fatores explicativos, sendo que nesta secção é dada a importância aos estudos que servirão para sustentar o presente trabalho.

Para analisar a divulgação não financeira e os fatores explicativos a investigação de Dienes *et al.* (2016) fornece uma revisão sistemática, com base numa amostra de 33 estudos, sobre os determinantes dos relatórios de sustentabilidade. São abrangidos 14 estudos de países asiáticos, 12 europeus, 11 norte americanos, 1 africano e 4 na Oceânia, sendo que 9 desses estudos abordam mais que um continente. Os fatores explicativos mais comuns e usados em todos os estudos analisados na revisão sistémica foram: tamanho da empresa; rentabilidade; estrutura de capital; visibilidade da comunicação social; estrutura de governo de sociedade; estrutura de propriedade e idade da empresa. A revisão sugere que o tamanho da empresa, a visibilidade da comunicação social e a estrutura de propriedade são os fatores mais influentes na divulgação de relatórios de sustentabilidade, enquanto que no âmbito do governo de sociedade a existência de um comité apresentou uma relação positiva. Em contrapartida, outros fatores como a rentabilidade, estrutura de capital, idade da empresa ou composição do governo de sociedade não mostraram uma tendência clara nem relação significativa.

A revisão de literatura de Hahn e Kühnen (2013) incide sobre 178 artigos publicados entre 1999 e 2011 que analisam os principais determinantes internos e externos da divulgação de relatórios de sustentabilidade e seus impactos na adoção, extensão e a qualidade dos relatórios não financeiros. Paralelamente, fornecem um referencial teórico que abrange a

teoria da legitimidade, dos *stakeholders* e da teoria institucional. Apesar da análise dos efeitos de um conjunto alargado de fatores, a maioria dos estudos observados destacaram o tamanho da empresa, a visibilidade da empresa e o setor de atividade como os fatores que mostraram influenciar positivamente essa divulgação. Por outro lado, determinantes como a existência de um comité de sustentabilidade, lucratividade e a adoção de relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI mostraram resultados inconsistentes.

O estudo de Branco *et al.* (2014) teve como objetivo compreender os fatores que influenciam a verificação externa dos relatórios de sustentabilidade em Portugal. Atendendo tanto a empresas cotadas em bolsa como a empresas não cotadas, no período de 2008 a 2011, foram investigados fatores como o tamanho, setor de atividade, rendibilidade, endividamento, tipo de propriedade ou e estarem ou não cotadas. Os autores concluíram que o tamanho, o estatuto de estar cotada, o setor de atividade, a rendibilidade e o endividamento influenciam a decisão de assegurar a garantia dos seus relatórios não financeiros, ao contrário do tipo de propriedade. Além disso, os autores constataram que apesar das empresas cotadas mostrarem mais estabilidade na emissão de relatórios de sustentabilidade, elas mostraram-se menos propensas em assegurar a garantia dos seus relatórios.

Tal como no estudo anterior, Kuzey e Uyar (2017) investigaram os fatores que impactam a adoção de verificação externa em relatórios de sustentabilidade. Adicionalmente, investigaram também os fatores que influenciam os relatórios de sustentabilidade baseados na GRI e quais os níveis de aplicação (qualidade) dos relatórios de sustentabilidade. Aplicado no contexto das empresas da Turquia, os resultados indicaram que as empresas de setores de transformação são mais propensas a elaborarem relatórios não financeiros. Verificou-se que o fator tamanho mostrou ser um determinante positivamente significativo na divulgação de relatórios de sustentabilidade. Quanto aos restantes fatores, o setor de atividade mostrou influenciar positivamente o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade, ao contrário da rendibilidade e da estrutura de propriedade que não mostraram ser estatisticamente significativos.

Partindo também de uma amostra de entidades cotadas da Turquia, Kiliç e Kuzey (2017), através de um estudo longitudinal (2004-2015), investigaram os fatores que motivam a publicação de um relatório não financeiro autónomo. As evidências obtidas sugerem que o

tamanho, o setor de atividade, a rendibilidade e a existência de um comitê de sustentabilidade atuam como determinantes da publicação de um relatório de sustentabilidade. Adicionalmente, constataram que todas as empresas elaboraram o relatório de acordo com a estrutura da GRI, o que para Kiliç e Kuzey (2017) é demonstrativo que se trata da estrutura mais amplamente aceita pelas empresas turcas.

Sierra-García *et al.* (2018) analisaram as tendências do relato não financeiro, identificando qual a relação de fatores como o tamanho, o setor de atividade, a existência de um comitê de sustentabilidade e a divulgação de informações em relatórios de sustentabilidade na divulgação das empresas espanholas cotadas na IBEX-35, sob o contexto das alterações legislativas produzidas pela Diretiva 2014/95/UE. Os autores constataram que as empresas de setores sensíveis (principalmente as empresas de petróleo e de gás) apresentavam uma relação positiva e estatisticamente significativa.

A investigação de Venturelli *et al.* (2019) teve como objetivo analisar a qualidade do relato não financeiro atendendo a fatores como tamanho, a experiência, o tipo de relatório, a adoção da GRI, a garantia externa e o setor de atividade. A análise abrangeu 343 empresas cotadas do Reino Unido e Itália, possibilitando estabelecer comparações entre os dois países. A evidência empírica obtida permitiu concluir que o tamanho da empresa, o tipo de relatório e a adoção da GRI estão positivamente relacionados com a qualidade do relatório não financeiro. Contudo, o efeito do setor de atividade não representou um impulsionador para aumentar o nível de qualidade para a empresa. Adicionalmente, os autores constataram que as empresas do Reino Unido apresentam um nível mais elevado comparativamente às empresas de Itália. Assim, de acordo com esses resultados, os autores rematam que a introdução da Diretiva poderia ser uma oportunidade para as empresas e países (como a Itália) de melhorar a qualidade da sua informação não financeira.

Atendendo igualmente a empresas cotadas do Reino Unido, Michelon *et al.* (2015) analisaram a influência de fatores ao nível do relato como a adoção da GRI ou a emissão de um relatório independente na qualidade dos relatórios de sustentabilidade empresarial. Contrariamente a Venturelli *et al.* (2019), os resultados indicaram não haver uma relação estatisticamente significativa entre a adoção da estrutura da GRI e o nível da qualidade da divulgação, apesar de constatarem uma associação estatisticamente positiva entre a adoção da GRI e a comparabilidade e precisão da informação não financeira. A emissão do relatório

não financeiro autónomo demonstrou igualmente não ser um fator explicativo da qualidade presente nos relatórios.

A influência do governo das sociedades no relato não financeiro tem também sido abordada por vários autores, seja na influência que os seus mecanismos exercem na qualidade dos relatórios de sustentabilidade (Amran *et al.*, 2014), seja na associação entre uma maior diversidade de género e o aumento de divulgação de aspetos sociais e ambientais (Arayssi *et al.*, 2016; Cucari *et al.*, 2018) ou na influência que a composição do conselho de administração coloca na divulgação do desenvolvimento sustentável (Jizi, 2017).

Amran *et al.* (2014) analisaram a influência dos mecanismos de governo da sociedade e da responsabilidade social empresarial para a qualidade dos relatórios de sustentabilidade de 113 empresas da região da Ásia – Pacífico. A análise é especificamente sobre o impacto que a composição do conselho de administração (dimensão do conselho, independência e diversidade de género) e a adoção de estratégias de sustentabilidade têm sobre a qualidade dos relatórios de sustentabilidade. Os principais resultados mostraram que a independência do conselho e a proporção de mulheres no conselho de administração não têm uma associação significativa. As evidências relacionadas com a adoção de estratégias de sustentabilidade, como a colaboração com ONG e a existência de um comité de sustentabilidade, mostraram estar positivamente associadas à divulgação de relatórios de sustentabilidade com qualidade. De acordo com Amran *et al.* (2014), os resultados ilustram a importância de ter a estratégias organizacionais eficientes, que podem contribuir positivamente para a qualidade do relato não financeiro e com isso fortalecer a sua legitimidade.

Arayssi *et al.* (2016) e Jizi (2017) focaram-se nas características do conselho de administração. Os resultados dos estudos mostram-se similares relativamente ao facto de a participação feminina nos conselhos afetar positivamente o relato não financeiro, seja nos relatórios de sustentabilidade empresarial (Jizi, 2017) ou no âmbito das questões sociais, ambientais e de governo societário (Arayssi *et al.*, 2016), ao contrário de Cucari *et al.* (2018), que não evidenciaram essa relação. Por sua vez, as evidências de Jizi (2017) sugerem ainda que a independência do conselho e a frequência das reuniões do conselho estão positiva e significativamente relacionadas com a divulgação de informação não financeira, bem como

aumentam a sua legitimidade. Por sua vez, a dualidade do CEO não evidenciou qualquer relação.

Apresenta-se de seguida, por ordem cronológica, uma tabela resumo com os estudos empíricos mais relevantes sobre o relato não financeiro e os ODS, as respetivas variáveis e os principais resultados obtidos.





**Tabela 1. Resumo dos estudos empíricos sobre o relato não financeiro e os ODS**

<b>Estudo</b>	<b>País</b>	<b>Período</b>	<b>Amostra</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Variáveis independentes</b>	<b>Relação</b>
Amran <i>et al.</i> (2014)	Vários Países	2010	113 empresas	Índice de avaliação de credibilidade do relatório de sustentabilidade	Dimensão do conselho Independência do conselho Mulheres no conselho Comité de sustentabilidade Colaboração com ONG	Sem relação Sem relação Sem relação Positiva Positiva
Branco <i>et al.</i> (2014)	Portugal	2008-2011	69 empresas	Relatório com verificação externa	Tamanho da empresa Empresas cotadas Setor de atividade Lucratividade Alavancagem	Positiva Sem relação Positiva Positiva Negativa
Jizi (2017)	Reino Unido	2007-2012	Empresas cotadas	Divulgação de Responsabilidade Social Empresarial	Dimensão do conselho Independência do conselho Dualidade do CEO Mulheres no conselho	Sem relação Positiva Sem relação Positiva
Kiliç e Kuzey (2017)	Turquia	2004-2015	Empresas cotadas	Relatório de sustentabilidade	Tamanho da empresa Setor de atividade Lucratividade Alavancagem Comité de Sustentabilidade	Positiva Positiva Positiva Negativa Positiva

<b>Estudo</b>	<b>País</b>	<b>Período</b>	<b>Amostra</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Variáveis independentes</b>	<b>Relação</b>
Rosati e Faria (2018)	Vários Países	2016	408 empresas	Abordagem aos ODS (variável dicotómica)	Tamanho da empresa Desempenho económico Compromisso de sustentabilidade Verificação externa Mulheres no conselho Idade média do conselho	Positiva Sem relação Positiva Positiva Positiva Positiva
Sierra-García <i>et al.</i> (2018)	Espanha	2016-2017	Empresas cotadas	Índice de conteúdo de Demonstrações não financeiras	Tamanho da empresa Setor de atividade Comité Tipo de relatório	Positiva Positiva Negativa Positiva
Rosati e Faria (2019)	Vários Países	2016	2413 empresas	Abordagem aos ODS (variável dicotómica)	Política e Lei Economia e Finanças Sociedade e Cultura Tecnologia e Inovação Educação e Trabalho Sustentabilidade	Sem relação / Negativa Sem relação / Negativa Positiva / Sem relação Sem relação Positiva / Sem relação Positiva / Sem relação
Venturelli <i>et al.</i> (2019)	Itália/Reino Unido	2016	343 empresas cotadas	Grelha de avaliação sobre o modelo de negócios	Tamanho da empresa Experiência Tipo de relatório Adoção GRI Garantia externa Setor de atividade	Positiva Negativa Positiva Positiva Positiva Sem relação

<b>Estudo</b>	<b>País</b>	<b>Período</b>	<b>Amostra</b>	<b>Variável dependente</b>	<b>Variáveis independentes</b>	<b>Relação</b>
Martínez-Ferrero e García-Meca (2020)	Vários Países	2016-2017	365 empresas cotadas	Abordagem aos ODS	<p>Não dualidade do CEO</p> <p>Independência do CEO</p> <p>Composição do conselho</p> <p>Participação reuniões do conselho</p>	<p>Positiva</p> <p>Positiva</p> <p>Positiva</p> <p>Sem relação</p>
Pizzi <i>et al.</i> (2020)	Itália	2018	153 empresas de interesse público	Índice de divulgação dos ODS	<p>Empresas cotadas</p> <p>Empresas financeiras</p> <p>Tamanho da empresa</p> <p>Setor de atividade</p> <p>Dimensão do conselho</p> <p>Membros independentes do conselho</p> <p>Mulheres no conselho</p> <p>Comité de sustentabilidade</p> <p>Adoção GRI</p> <p>Tipo de relatório</p>	<p>Positiva</p> <p>Negativa</p> <p>Positiva</p> <p>Positiva</p> <p>Sem relação</p> <p>Positiva</p> <p>Sem relação</p> <p>Positiva</p> <p>Positiva</p> <p>Negativa</p>
van der Waal e Thijssens (2020)	Vários Países	2016-2017	2000 empresas cotadas	Abordagem aos ODS (variável dicotômica)	<p>Tamanho</p> <p>Adoção GRI</p> <p>Adoção IIRC</p> <p>Verificação externa</p> <p>Pacto Global</p>	<p>Positiva</p> <p>Positiva</p> <p>Positiva</p> <p>Positiva</p> <p>Positiva</p>

#### **2.4. Enquadramento teórico: teorias subjacentes**

Para uma melhor compreensão do fenómeno do relato não financeiro, com particular enfoque na adoção dos ODS por parte das empresas cotadas, é importante apresentar o enquadramento teórico que o sustenta, assim como teorias que procuram explicar a sua ocorrência.

O tema do relato não financeiro e das motivações subjacentes à divulgação de informação não financeira tem sido abordada sob diferentes visões e formas (Hahn & Kühnen, 2013). Este estudo segue a estrutura teórica proposta por Fernando e Lawrence (2014), que expõe e integra as características convergentes da teoria da legitimidade, da teoria das partes interessadas e da teoria institucional. Os autores sugerem que o referencial teórico não deve abranger apenas uma teoria para explicar a divulgação de informação social e ambiental, uma vez que a integração de mais que uma teoria, possibilita uma maior compreensão e mais completa visão sobre a temática do relato não financeiro, sob vários contextos, como no caso particular dos ODS.

A perspetiva da teoria da legitimidade relaciona-se com a responsabilidade económica, social e ambiental, não só como uma necessidade das empresas, mas como uma exigência da sociedade da qual fazem parte (Deegan, 2002). Como tal, sob esta perspetiva, as empresas procuram que as suas divulgações voluntárias possam indiretamente impactar o meio ambiente e a sociedade em geral, por considerarem que tal é seu dever moral e social (Deegan, 2002). O enquadramento dos ODS estabelece-se nesse contexto, pois assume-se como uma prática opcional, de natureza voluntária.

Por outro lado, a fim de melhorar a sua legitimidade, as empresas podem abster-se de divulgar informações negativas nos seus relatórios, aumentar as informações positivas ou negativas e até mesmo reduzir essa informação se acharem que isso ajudará a manter ou aumentar o nível de legitimidade (Fernando & Lawrence, 2014). Consequentemente, as entidades podem usar o relato não financeiro como uma das estratégias, para passar a imagem de que estão a agir dentro dos limites e das normas da sociedade em que atuam (Fernando & Lawrence, 2014), bem como para diminuir a sua exposição a pressões sociais e políticas (Cho & Patten, 2007). Como tal, as empresas usam a comunicação com os seus

*stakeholders* como uma forma de gerir a sua legitimidade, em que o seu relato funciona como um canal de contacto unilateral entre as empresas e os diferentes *stakeholders* (Silva, 2020).

Desse ponto de vista, a teoria dos *stakeholders* ou das partes interessadas fornece percepções semelhantes à teoria da legitimidade, no sentido em que a divulgação voluntária de informações não financeiras pode ser utilizada pelas empresas para atender às necessidades e exigências dos *stakeholders* em relação ao seu desempenho social e ambiental (Fernando & Lawrence, 2014). Além disso, atender às expectativas das diversas partes interessadas, que incluem fornecedores, clientes, funcionários, governo e sociedade em geral, aumenta diretamente a necessidade de as empresas relatarem informações não financeiras (Hahn & Kühnen, 2013). De acordo com essa perspetiva, o estudo de Pizzi *et al.* (2020) argumenta que as empresas estão interessadas em contribuir para os ODS para satisfazer os interesses dos seus *stakeholders* e serem reconhecidas como responsáveis face à sua orientação para os ODS, e, por outro lado, para poderem dessa forma obter vantagem competitiva sobre as empresas concorrentes.

A teoria institucional atende a práticas e normas institucionais que são indiretamente influenciadas pelas partes interessadas, em que, pela adoção dessas práticas, as empresas ganham em troca legitimidade da sociedade (Fernando & Lawrence, 2014). De acordo com esta perspetiva, pressões sociais, políticas e económicas externas e internas influenciam as estratégias das empresas e a tomada de decisão organizacional, pois as empresas procuram adotar práticas legítimas ou legitimar as suas práticas na visão de outras partes interessadas (Fernando & Lawrence, 2014). Portanto, as organizações podem ganhar ou reforçar a legitimidade como consequência de pressões institucionais (Izzo *et al.*, 2020b). Isso inclui a promoção de três mecanismos de isomorfismo institucional, nomeadamente, o isomorfismo coercitivo, mimético e normativo (DiMaggio & Powell, 1983).

Relativamente ao isomorfismo coercitivo, ele decorre de pressões formais (regulamentos, leis) e informais, exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas da sociedade em que estão inseridas (DiMaggio & Powell, 2005). Além disso, podem resultar de uma resposta a um conjunto de pressões, como as regulamentações governamentais ou as regulações ambientais para o controlo de poluição (DiMaggio & Powell, 2005). Como exemplo, Venturelli *et al.* (2019) efetuaram uma análise preliminar sobre a Diretiva da UE e os seus impactos potenciais, isto é, os efeitos de novas

formas de regulamentação sobre os relatórios não financeiros. De forma holística, concluíram que a pressão institucional, por meio de nova legislação, que resulta em isomorfismo coercitivo, tende a influenciar a qualidade da informação não financeira divulgada, pois constataram que o Reino Unido apresentava nível de qualidade superior em comparação com a Itália. No entender dos autores isso devia-se sobretudo ao facto do Reino Unido ter adotado medidas de regulamentação sobre a informação não financeira, antes de Itália. No mesmo sentido, também o estudo da PwC (2018) constatou que países com forte regime regulamentar revelam uma qualidade de relato mais madura em comparação com outros países, o que sugere que a existência de algum compromisso, ao nível institucional, pode ter efeitos e resultados positivos no relato não financeiro (PwC, 2018). No estudo de Pizzi et al. (2020), as pressões institucionais, introduzidas pela nova Diretiva resultaram efetivamente num aumento significativo de informação não financeira, induzida pela divulgação de carácter obrigatório em detrimento da divulgação voluntária. Essa pressão institucional resulta no isomorfismo coercitivo, isto é, a ocorrência de mecanismos específicos em termos legais que favorecem um determinado comportamento (Fernando & Lawrence, 2014). Portanto, a divulgação voluntária de informações sobre ODS, em contextos caracterizados por regulação não financeira, pode representar um impulso para aumentar a abrangência de informação não financeira (Manes-Rossi *et al.*, 2018).

Por sua vez, o isomorfismo mimético envolve organizações que tentam imitar as práticas de outras organizações, principalmente para obter vantagem competitiva em termos de legitimidade, isto é, as organizações tendem a tomar como modelo outras organizações, em resposta à incerteza que a rodeia (DiMaggio & Powell, 2005). Em particular, os fundamentos teóricos propostos por DiMaggio e Powell (2005), reiteram que a imitação de comportamentos que se presumem como bem-sucedidos e globalmente aceites fazem parte de um processo isomórfico, e que na generalidade das organizações, existe uma tendência para a homogeneidade organizacional. A exploração de comportamentos miméticos foi verificado por Perez-Batres *et al.* (2011), que constataram que os mecanismos miméticos estão vinculados à adoção de iniciativas de desenvolvimento sustentável. Segundo DiMaggio & Powell (2005), a adoção de determinadas práticas ou estruturas organizacionais está mais apoiada na universalidade de tais processos miméticos do que propriamente na sua eficiência concreta.

Por fim, o isomorfismo normativo relaciona-se com as pressões normativas de práticas comuns para a adoção de práticas institucionais específicas (DiMaggio & Powell, 2005; Fernando & Lawrence, 2014), e assenta na profissionalização, em termos da definição de normas e condições de trabalho (DiMaggio & Powell, 2005). A relação entre o isomorfismo normativo com os relatórios não financeiros é baseada na premissa de que as organizações respondem às pressões de seus ambientes institucionais e adotam estruturas e/ou procedimentos que são socialmente aceites como sendo a escolha organizacional adequada. Consequentemente, sob o mecanismo de isomorfismo normativo, várias iniciativas internacionais têm criado impactos naquilo que tem sido a integração da responsabilidade social e ambiental no setor empresarial. A adoção do referencial da GRI, do IIRC ou de sistemas de gestão ambiental podem nesse sentido funcionar como um movimento indutor ao aparecimento do isomorfismo ao incentivarem as empresas a abordarem os ODS (van der Waal & Thijssens, 2020).

Embora, por um lado, o resultado dos mecanismos de isomorfismo implique que as organizações sejam muito semelhantes, aquelas que usam esses processos podem melhorar sua posição no mercado, fazendo com que seus negócios sejam percebidos como desejados pelos diferentes organismos e pelas diversas partes interessadas (Fernando & Lawrence, 2014). Por outro lado, em organizações que procuram aumentar a sua própria legitimidade, podem utilizar iniciativas (como os ODS) para se vincularem ao desenvolvimento sustentável (Perez-Batres *et al.*, 2011). Por outro lado, García-Sánchez *et al.* (2020) observaram que as empresas líderes na implementação dos ODS são aquelas que se localizam em países com maiores pressões institucionais de carácter coercitivo e normativo e que atuam em setores sujeitos a fortes forças miméticas em termos da divulgação de informação não financeira.

Contudo, a aplicação das diferentes teorias no âmbito dos ODS ainda é limitada e, consequentemente, os quadros teóricos aplicados para analisar o relato não financeiro também se aplicam à divulgação dos ODS (Rosati & Faria, 2018).

Assim, partindo do pressuposto de que a divulgação de uma empresa é significativamente influenciada por pressões institucionais (contexto) e pelas partes interessadas, para a obtenção de legitimidade, e que as diferentes teorias não devem ser vistas como perspectivas concorrentes, mas sim como abordagens complementares para



compreender as decisões do relato não financeiro, o estudo procura investigar empiricamente o debate emergente sobre a divulgação dos ODS pelas empresas cotadas na Euronext Lisboa.

## **2.5. Em resumo**

Este capítulo, dedicado à revisão de literatura, iniciou a discussão sobre o desenvolvimento sustentável e a implementação dos ODS da Agenda 2030, retratando o papel e os desafios das práticas emergentes no contexto do relato não financeiro e sinalizando a repercussão da regulamentação obrigatória originada pela Diretiva n.º 2014/95/UE, na União Europeia, e pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, em Portugal.

O foco, contudo, está nos impactos dos ODS e, particularmente, no papel que as empresas desempenham nesse processo. A Agenda 2030 marcou uma nova era de consciencialização, responsabilidade e responsabilização para as empresas. Como tal, os estudos anteriores retratam o estado e os efeitos que os ODS têm preconizado no mundo empresarial, permitindo aferir os resultados obtidos.

Atendendo que se trata de um tema emergente, os estudos dizem respeito a publicações recentes, ainda que se verifique um aumento gradual dessas publicações, demonstrativo do interesse global que os ODS têm causado. Importa notar que, apesar desse crescimento, trata-se de uma prática voluntária e, portanto, destacaram-se as pesquisas que permitem identificar e compreender quais os fatores que motivam essa prática.

Do ponto de vista teórico, as motivações são enquadradas tendo em conta as perspetivas da teoria da legitimidade, dos *stakeholders* e institucional, a partir do pressuposto de que o processo de divulgação dos ODS e os fatores envolvidos dessa prática podem ser compreendidos no âmbito das referidas perspetivas teóricas, fornecendo os referenciais e argumentos úteis para o desenvolvimento da temática em estudo.

A generalidade dos estudos analisados salienta a convicção de que os ODS fortalecem a cultura da sustentabilidade ambiental e social nas empresas e podem tornar as empresas mais eficientes, responsáveis, transparentes e mais competitivas (Bebbington & Unerman, 2018). Contudo, a sua implementação ainda está aquém do esperado (PwC, 2019; Haywood e Boihang 2020; van der Waal & Thijssens, 2020).

Constitui um enorme desafio para as empresas contribuírem construtivamente para os ODS. Existem ainda várias barreiras para as empresas atuarem como um agente de desenvolvimento sustentável, muitas vezes apoiadas pelo choque entre o modelo de negócios dominante, baseado no planeamento financeiro de curto prazo e uma agenda secundária de planeamento de longo prazo com objetivos sociais, económicos e ambientais (Scheyvens *et al.*, 2016).

Após a revisão de literatura, o capítulo seguinte é dedicado à metodologia.

### **3. METODOLOGIA**

A presente investigação pretende identificar os fatores que justificam a opção das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa de abordar os ODS no relato empresarial, os fatores que influenciam o nível de divulgação de informação acerca dos ODS, bem como compreender como é que essas empresas estão a relatá-los.

Nesse sentido, pretende-se responder às seguintes questões de partida:

- Quais os fatores que explicam a abordagem aos ODS no relato empresarial?
- Quais os fatores que influenciam o nível de relato voluntário acerca dos ODS?
- Como é que as empresas estão a relatar a informação relativa aos ODS?

Na sequência da revisão de literatura efetuada, com ênfase nos ODS, este capítulo explica a abordagem metodológica usada nesta dissertação. Assim, inicialmente, descreve-se a perspetiva de investigação e justificam-se as opções metodológicas assumidas, e, por fim, caracteriza-se a população e amostra utilizadas.

#### **3.1. Perspetiva da Investigação**

Considerando a temática em estudo, as perguntas de partida delineadas e os objetivos propostos, torna-se relevante que a presente investigação adquira um carácter empírico, sendo realizada no âmbito do paradigma positivista.

Segundo a posição epistemológica, assume-se a adoção de uma filosofia de investigação positivista, que defende que o conhecimento deverá ser científico, compreendendo, por conseguinte, a necessidade de identificar o modo mais eficaz e objetivo possível na recolha de informação sobre a realidade em estudo, assim como a importância de o investigador se abstrair dos seus valores pessoais durante a recolha dos dados, conduzindo a investigação com base em proposições teoricamente estabelecidas, de forma a eliminar potenciais elementos com capacidade de enviesar o estudo (Malhotra & Birks, 2007).

Na presente investigação é ainda adotado o método dedutivo, utilizado em estudos de carácter positivista e que compreende o processo através do qual o investigador identifica uma área de pesquisa no contexto de um quadro teórico estabelecido que é utilizado como elemento norteador da investigação, sendo elaboradas hipóteses de trabalho que o investigador verifica com recurso a dados recolhidos, permitindo que teste a sua teoria de

acordo com a aceitação ou rejeição das hipóteses delineadas, sendo que, ao testar a sua teoria num novo contexto, o investigador procura contribuir para o desenvolvimento de conhecimento na área em estudo (Malhotra & Birks, 2007).

Deste modo, é possível concluir de forma sucinta que esta se trata de uma investigação inserida no paradigma positivista, realizada com recurso ao método dedutivo e que adota uma abordagem quantitativa.

## **3.2. Opções metodológicas**

### **3.2.1 O Design da Investigação**

Tendo em consideração que se pretende estudar a divulgação dos ODS por parte das empresas cotadas na Euronext Lisboa no período de 2016 a 2018, torna-se pertinente justificar estas opções.

O período de análise considerado é justificado pelo objetivo de se pretender desenvolver um estudo que, adotando uma abordagem longitudinal, permita uma análise à evolução do nível de relato das entidades no âmbito da divulgação dos ODS.

Como reportado anteriormente, os ODS foram uma iniciativa que teve o seu lançamento em 2015. Desse modo, o período a analisar inicia-se no ano 2016, dado que é partir desse ano que as empresas puderam divulgar efetivamente os 17 objetivos nos seus relatórios institucionais. Consequentemente, o Decreto-Lei n.º 89/2017 veio exigir a publicação de informação não financeira a determinadas empresas, entre elas as cotadas (entidades integrantes da população do estudo), na divulgação relativa aos exercícios posteriores a 1 de janeiro de 2017. Como tal, espera-se que haja um aumento gradual do número de empresas que estejam alinhadas com os ODS.

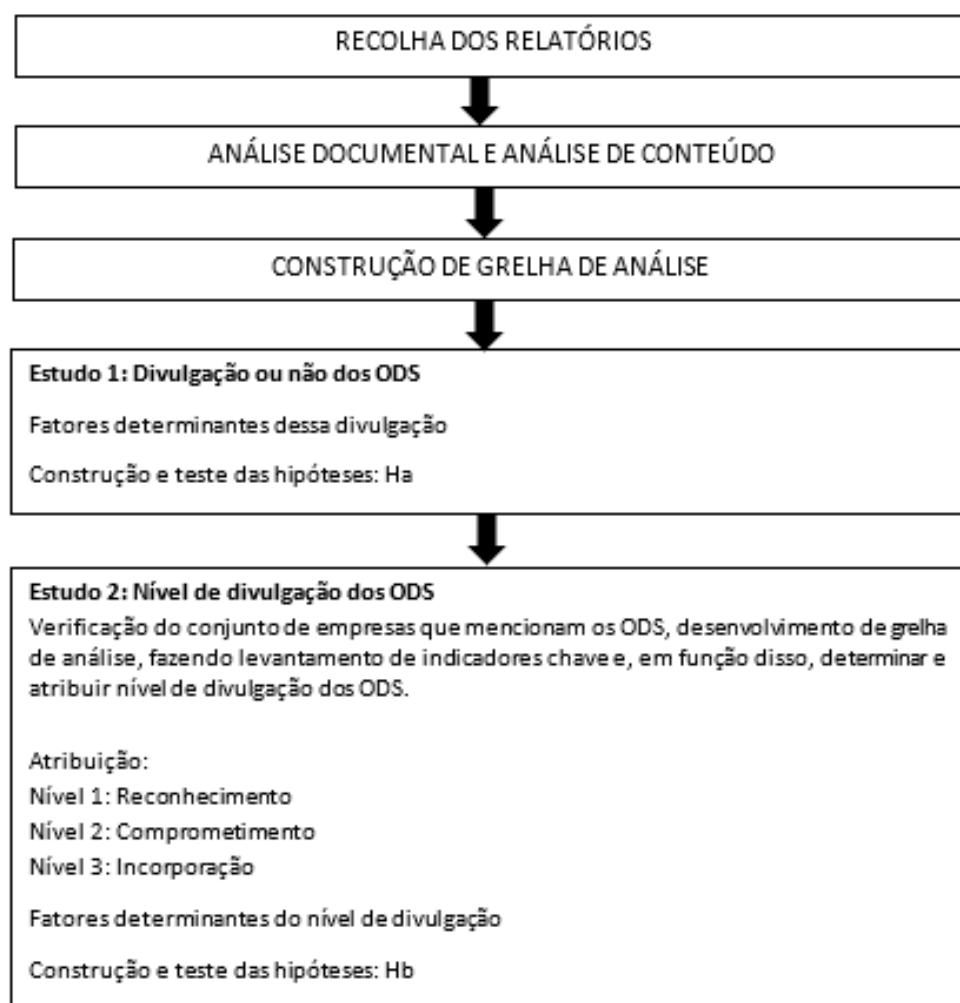
Optou-se por analisar a divulgação relativa aos anos 2016, 2017 e 2018, não tendo sido considerado o ano 2019, cujos relatórios foram publicados em 2020, de forma a compreender o impacto inicial dos ODS na divulgação das empresas.

O período de análise considerado oferece, assim, a oportunidade de analisar a relação entre um conjunto de fatores explicativos e a abordagem aos ODS, num período caracterizado por alterações relevantes em termos do relato não financeiro.

A opção pelas empresas cotadas em bolsa justifica-se pelo facto de, para além de serem obrigadas a cumprir com um determinado número de requisitos, nomeadamente a legislação aplicável como o Decreto-Lei n.º 89/2017, estão ainda suscetíveis de adotar medidas recomendadas pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), que permitam transparecer toda a informação publicamente e com a qualidade desejada, quer para os acionistas, quer para todas as entidades reguladoras em Portugal. Além disso, o estudo de Rosati e Faria (2018) demonstrou que as organizações que abordaram os ODS eram sobretudo empresas com estas características, ou seja, de grande dimensão, com recursos adicionais e de reputação a proteger. Segundo Izzo *et al.* (2020a), estas são consideradas pioneiras no processo de divulgação dos ODS dada a sua dimensão e perfil internacional.

Por sua vez, apresenta-se o desenvolvimento do processo de investigação, o qual permitiu a estruturação do processo que se encontra sintetizado na seguinte figura.

**Figura 5. Desenho do processo de investigação**



Tal como exibido na figura 5, o desenvolvimento do processo de investigação encontra-se estruturado por um conjunto de etapas que permitem ter uma visão geral do processo. Inicialmente, o procedimento assentou na recolha dos relatórios para posterior análise documental e análise de conteúdo. Tal procedimento foi fundamental para elaborar a grelha de análise, a qual permitiu categorizar os dados recolhidos. De forma a responder às questões de investigação, optou-se por desenvolver dois estudos empíricos. Deste modo, a construção e agregação da informação permitiu, no que se refere ao Estudo 1, atender ao primeiro objetivo proposto, nomeadamente identificar quais as empresas que divulgam os ODS e os fatores que sustentam a sua divulgação. Relativamente ao Estudo 2, a análise forneceu dados relevantes para a verificação do nível de divulgação dos ODS, os quais estabeleceram os elementos fundamentais para atender ao segundo e terceiro objetivo proposto, designadamente sobre quais os fatores explicativos para um maior nível de divulgação dos ODS, bem como compreender como é divulgada a informação sobre os ODS.

Atendendo aos fatores que podem ter um real impacto na abordagem aos ODS, foi formulado um conjunto de hipóteses a testar e definidas as variáveis, sustentadas na conexão entre o referencial teórico do relato não financeiro e, que mais recentemente, tem sido utilizado no âmbito dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Estudos anteriores usando a teoria da legitimidade, a teoria dos *stakeholders* e a teoria institucional mostram que pode haver diferentes fatores a influenciar o relato não financeiro (Hahn & Kunhen, 2013; Dienes *et al.*, 2016; Rosati & Faria, 2018). Assim, o desenvolvimento das hipóteses (apresentado no capítulo 4) teve em conta, fatores ao nível da empresa, fatores ao nível do governo de sociedade e fatores ao nível do relato. Posteriormente, foram desenvolvidos modelos econométricos de forma a testar as hipóteses e para o tratamento estatístico dos dados recorreu-se ao *software* Stata.

Para uma maior compreensão, apresenta-se de seguida uma análise mais detalhada dos procedimentos efetuados, nomeadamente, ao nível dos relatórios utilizados, da análise documental, análise de conteúdo e do desenvolvimento da grelha de análise.

### 3.2.2. Relatórios utilizados

Como parte do processo de investigação, na fase inicial, o estudo utilizou como fonte para a recolha dos dados os relatórios não financeiros, conjuntamente com o relatório e contas e/ou o relatório integrado, de forma a garantir a recolha da divulgação mais completa sobre a contribuição efetiva das empresas relativamente aos ODS. A pertinência da análise destes documentos consistiu em: (i) Relatório e Contas, uma vez que, dada a sua regularidade de publicação, facilidade de acesso e utilidade para os diferentes *stakeholders*, tem sido utilizado no âmbito da divulgação dos ODS; (ii) Relatório não financeiro, que não só inclui indicadores não financeiros, como destaca os esforços e os recursos que a empresa tem voluntariamente dedicado a questões sociais e ambientais e que se consideram como impulsionadores da integração dos ODS nas estratégias seguidas pelas empresas (Izzo *et al.*, 2020b); (iii) Relatório integrado, visto que este relatório apresenta, por norma, as ações das empresas em temas como governo societário, objetivos estratégicos e desempenho financeiro e não financeiro. Além disso, o relatório integrado na sua relação com os ODS pode ser usado para demonstrar o impacto do processo de criação de valor de uma empresa para o desenvolvimento sustentável (Izzo *et al.*, 2020a).

Para a recolha dos documentos referidos anteriormente acedeu-se aos *websites* institucionais das empresas. Excepcionalmente, no caso de a informação pretendida não estar disponível nos seus sítios da internet das empresas da amostra, recorreu-se ao *website* da CMVM para a recolha de dados.

### 3.2.3. Análise Documental, Análise de Conteúdo e Grelha de Análise

Através de análise documental e recorrendo à técnica de análise de conteúdo, a pesquisa pretende verificar se e como os ODS são divulgados nos documentos publicados pelas empresas.

Segundo Krippendorff (2018, p. 24), “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação para fazer inferências replicáveis e válidas de textos (ou outro assunto importante) para os contextos de seu uso”. Com base na literatura, a técnica de análise de conteúdo tem sido regularmente utilizada na exploração de relatórios não financeiros (Amran *et al.*, 2014; Michelon *et al.*, 2015) e mais recentemente no âmbito da divulgação dos ODS

pelas empresas (Izzo *et al.*, 2020a, 2020b). Além disso, tem sido apontada como o método mais adequado para avaliar a divulgação dos ODS nos relatórios emitidos pelas empresas (Haywood & Boihang, 2020).

Seguindo este método, primeiramente foram recolhidas informações referentes às variáveis independentes, fundamentais para a sua definição. De seguida, a análise de conteúdo foi realizada utilizando os termos ‘desenvolvimento sustentável’, ‘ODS’ e ‘objetivos de desenvolvimento sustentável’ para identificar informações, categorizadas em duas etapas: (1) se a empresa mencionou os ODS em algum dos seus relatórios e, em caso afirmativo, (2) como e em que medida efetuou o relato nesses relatórios.

Para efetuar a triagem dos dados recolhidos foi construída uma grelha de análise assente nos 17 ODS (ver Tabela 2). O desenvolvimento de sistemas de medição, como grelhas de pontuação tem sido desenvolvida na literatura emergente, sobretudo como uma forma de medir e determinar o nível de desempenho e qualidade da divulgação dos ODS nos relatórios não financeiros (Haywood & Boihang, 2020; Izzo *et al.*, 2020b; Tsalis *et al.*, 2020).



**Tabela 2. Grelha de Análise**

Grelha de Análise   Empresa   Ano			
Objetivos de desenvolvimento sustentável	Etapa 1	Etapa 2	
	Divulgação	Levantamento de dados / Indicadores-chave / Localização	Nível de divulgação atribuído
ODS 1 – Erradicar a pobreza	0/1	Detalhe de indicadores / Exemplos relatados pela empresa para o objetivo específico / Documento e página em que o objetivo é divulgado	0/1/2/3
ODS 2 – Erradicar a fome	0/1		0/1/2/3
ODS 3 – Saúde de qualidade	0/1		0/1/2/3
ODS 4 – Educação de qualidade	0/1		0/1/2/3
ODS 5 – Igualdade de género	0/1		0/1/2/3
ODS 6 – Água potável e saneamento	0/1		0/1/2/3
ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis	0/1		0/1/2/3
ODS 8 – Emprego digno e crescimento económico	0/1		0/1/2/3
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestruturas	0/1		0/1/2/3
ODS 10 – Reduzir as desigualdades	0/1		0/1/2/3
ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	0/1		0/1/2/3
ODS 12 – Consumo e produção sustentáveis	0/1		0/1/2/3
ODS 13 – Combate às alterações climáticas	0/1		0/1/2/3
ODS 14 – Proteger a vida marinha	0/1		0/1/2/3
ODS 15 – Proteger a vida terrestre	0/1		0/1/2/3
ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	0/1		0/1/2/3
ODS 17 – Parcerias em prol dos objetivos	0/1		0/1/2/3

O desenvolvimento da primeira etapa (1) dá-se no âmbito do Estudo 1, de modo a verificar se as empresas divulgam (1) / não divulgam (0) os ODS e, conseqüentemente, identificar quais os ODS priorizados pelas empresas. Para isso, qualquer menção sobre os ODS foi considerada suficiente para existir por parte da empresa uma abordagem aos ODS.

Seguidamente, para ir ao encontro dos objetivos inerentes ao Estudo 2, desenvolveu-se a segunda etapa (2), onde se efetuou o levantamento de indicadores-chave referentes a cada um dos ODS, para cada empresa, em conjunto com a localização dessa informação. A

recolha destes elementos deveu-se a um procedimento de triagem que teve como objetivo obter a maior precisão e fiabilidade possível no processo de atribuição do nível de divulgação. Com base na informação recolhida identificou-se o que cada empresa divulga relativamente aos diferentes ODS e fundamentalmente a forma como as empresas os relatam nos seus relatórios. Estes procedimentos seguiram a metodologia aplicada no estudo da PwC (2018).

Para dar seguimento ao desenvolvimento da etapa (2), os indicadores recolhidos tiveram de atender a uma classificação, que foi determinada para cada objetivo abordado, em função de 3 níveis (escala 1 a 3) definidos:

- Nível 1: As empresas reconhecem o ODS, mas não relatam nenhuma ação para a implementação ou fornecem medidas de desempenho para contribuir para o objetivo e respetivas metas. Para atribuição desta pontuação (1), o reconhecimento acontece quando existe a simples menção aos ODS.
- Nível 2: Relativamente a este nível, os objetivos são mencionados de forma essencialmente qualitativa, isto é, existe uma abordagem qualitativa por parte da empresa (ou seja, uma redação narrativa sobre os planos da empresa para agir em relação a esse objetivo), mas nenhuma abordagem quantitativa. São enquadrados neste nível os objetivos sobre os quais as empresas divulgam o seu compromisso, discutindo o seu alinhamento com programas/prioridades existentes na empresa. Consequentemente, para aqueles objetivos que não se verifiquem indicadores-chave quantitativos, nem indicadores que salientem os impactos diretos e indiretos das empresas, através das cadeias de valor, resulta na atribuição da pontuação (2) à divulgação dos ODS.
- Nível 3: No nível 3 as empresas divulgam como os ODS são incorporados ao seu modelo de negócio, nas estratégias, na gestão e nos relatórios. Neste nível, os ODS são considerados como incorporados no modelo de negócio, nas estratégias, na gestão e nos relatórios, quando se verifiquem os seguintes elementos: identificação dos ODS mais relacionados com os temas materiais, bem como a identificação de indicadores-chave de desempenho para cada ODS relevante e, fundamentalmente, quando existe o estabelecimento de metas quantitativas para a concretização dos seus planos para a concretização de determinado objetivo. A verificação destes elementos é considerada como um elevado grau de

compromisso com os ODS e, portanto, nesses casos, é atribuída a pontuação (3) máxima.

A atribuição de uma pontuação para avaliar o nível de divulgação teve por base as recomendações da literatura, promovendo uma análise mais alargada sobre como, e não apenas se, as empresas divulgam sobre os ODS (PwC, 2018; Izzo *et al.*, 2020b; Haywood & Boihang, 2020).

Em particular, o estudo Haywood e Boihang (2020) estabeleceu critérios similares para atribuição de um nível. Contudo, os níveis foram atribuídos atendendo a uma avaliação geral às empresas. A diferença do estudo aqui desenvolvido em relação ao de Haywood e Boihang (2020) está no facto da atribuição do nível não generalizar todos os ODS, mas sim atender a cada um dos 17 ODS, como sugerido por PwC (2018).

### **3.3. Caracterização da amostra**

Como referido, as empresas objeto de estudo foram selecionadas tendo em consideração o facto de fazerem parte da lista do mercado regulamentado da *Euronext* Lisboa, no período compreendido entre 2016 e 2018.

A certificação da listagem das empresas referidas foi obtida a partir dos boletins de cotação da *Euronext* Lisboa, solicitado por *e-mail* à CMVM, nos quais foi possível obter a listagem de empresas nesse segmento de mercado à data de 31 de dezembro de cada ano analisado.

Consequentemente, foram excluídas as empresas:

- a) que não fizessem parte da lista de empresas cotadas na *Euronext* Lisboa durante os três anos em análise (de forma ininterrupta);
- b) sobre as quais não foi possível aceder a qualquer documento de prestação de contas e/ou relatório de informação não financeira no seu site ou em último recurso no site da CMVM; e
- c) sociedades anónimas desportivas, pelo facto de os seus relatórios não serem reportados, de acordo, com o ano civil, mas atendendo à época desportiva.

A Tabela 3 apresenta de forma sucinta o critério da seleção da amostra:

**Tabela 3. Seleção da Amostra**

<b>Critério de seleção</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
População de entidades cotadas na <i>Euronext</i> Lisboa	46	46	42
Entidades excluídas por não estarem cotadas num qualquer ano no período 2016-2018	5	5	1
Entidades excluídas por informação insuficiente	1	1	1
Entidades Sociedades Desportivas Anónimas	3	3	3
<b>Amostra final</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>37</b>

Assim, a amostra final é constituída por 37 entidades analisadas em cada ano, pertencentes a diversos setores de atividade que asseguram a heterogeneidade da amostra selecionada, conforme distribuição apresentada na tabela 4.

**Tabela 4. Classificação do setor de atividade das entidades incluídas na amostra**

<b>Setor de atividade</b>	<b>Número</b>	<b>Percentagem</b>
Tecnologia e Telecomunicações	10	27,03%
Industrial	8	21,62%
Outro	6	16,22%
Materiais Básicos	5	13,51%
Energia, Petróleo e Gás	4	10,81%
Bens de Consumo	2	8,11%
Financeiro	2	5,41%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,00%</b>

As empresas foram agrupadas em setores de atividade, de acordo com o sistema de classificação da *Industry Classification Benchmark* (ICB), adotado pela *Euronext* Lisboa. A ICB utiliza um sistema de 10 indústrias, dividido em 19 super setores, que por sua vez se dividem em 41 setores e 114 subsetores. Neste estudo, optou-se por categorizar as empresas em função da indústria e, para efeitos de segmentação da amostra, optou-se por agrupar determinados setores de atividade à semelhança de estudos anteriores (Manes-Rossi *et al.*,

2018; Sierra-García *et al.*, 2018). Conseqüentemente, para aquelas que não estavam enquadrados em qualquer indústria (consumidor discricionário) foram agrupados em Outro. Portanto, constata-se que o setor de atividade de tecnologia e telecomunicações é o mais representado dentro desta amostra.

A abordagem aos ODS e a sua divulgação podem ser analisadas considerando vários documentos. Nesta dissertação foram consideradas as informações constantes dos relatórios e contas anuais de 2016, 2017 e 2018, bem como dos relatórios integrados e dos relatórios não financeiros publicados de forma autónoma. Os relatórios não financeiros referem-se, sobretudo, a relatórios de sustentabilidade; todavia, foram considerados relatórios com outras nomenclaturas.

Como referido anteriormente, as fontes dos dados citados foram os sítios institucionais das empresas, resultando num total de 150 documentos recolhidos e analisados, referentes a um período temporal de três anos que se encontram distribuídos de acordo com a tabela 5.

**Tabela 5. Documentos recolhidos para observação**

Ano	Relatório e Contas	Relatório Integrado	Relatório não financeiro	%
2016	36	1	8	29,03%
2017	36	1	15	33,55%
2018	34	3	16	34,19%
Total	106	5	39	150

Importa sinalizar que os relatórios de sustentabilidade das empresas *The Navigator Company* e Corticeira Amorim são apresentados como um relatório referente a dois períodos (2016-2017). Em ambos os casos, no âmbito da recolha de dados, os relatórios foram considerados para o ano 2017, dado terem sido publicados em 2018. No relatório de sustentabilidade de 2017 da empresa Semapa os ODS são mencionados, porém, apenas como uma intenção a concretizar no ano seguinte, pelo que não foi considerada uma efetiva menção aos ODS.

De forma a que a amostragem não estivesse condicionada à informação disponibilizada nos *websites*, consultou-se o sítio da CMVM. Contudo, constatou-se que a grande maioria dos documentos recolhidos, encontravam-se no *website* das empresas, evidenciando ser meio de comunicação que se tem afirmado como prioritário para as empresas.

### **3.4. Em resumo**

O presente capítulo explicitou a abordagem metodológica usada. Assim, esta investigação, de carácter exploratório, encontra-se inserida no paradigma positivista, realizada com recurso ao método dedutivo e adota uma abordagem quantitativa.

Seguidamente, foram apresentadas e justificadas as opções metodológicas assumidas. Inicialmente, visou a descrição do design de investigação. Assim, foram considerados como documentos de análise: o relatório e contas, o relatório integrado e o relatório não financeiro. Como método de investigação, recorreu-se à análise documental, sendo usada a técnica de análise de conteúdo.

Seguidamente, a população e amostra utilizadas foram caracterizadas. Como tal, a amostra final é constituída por 37 entidades cotadas em bolsa na *Euronext* Lisboa, pertencentes a diversos setores de atividade. Por fim, como fonte de dados, no âmbito da recolha documental, constatou-se que os sítios institucionais das empresas funcionam como o meio de comunicação prioritário para a divulgação dos diversos tipos de relatórios.

Neste seguimento, o capítulo seguinte apresenta o estudo empírico desenvolvido.

## **4. ESTUDO EMPÍRICO**

Este capítulo é dedicado à investigação empírica. O trabalho está dividido em dois estudos, como referido anteriormente. O primeiro (doravante designado Estudo 1) pretende dar resposta à primeira questão de partida, enquanto o segundo (doravante designado Estudo 2) dará resposta às restantes duas questões.

No presente capítulo é apresentado o desenvolvimento de toda a investigação, seguindo a seguinte estrutura: inicialmente são definidas as hipóteses de investigação e definidas as variáveis utilizadas; posteriormente, efetua-se a análise e discussão dos resultados; por fim, apresenta-se um resumo sucinto dos principais resultados.

### **4.1. Definição das hipóteses**

As hipóteses definidas são similares tanto para o Estudo 1 como para o Estudo 2, de forma a obter resposta às questões levantadas nesta dissertação. Como referido, atende-se a três conjuntos de fatores, nomeadamente, ao nível da empresa, do governo das sociedades e do relato.

#### **4.1.1 Fatores ao nível da empresa**

Como fatores ao nível da empresa, designados para representar as características organizacionais, optou-se pelas hipóteses relativas ao tamanho da empresa e ao setor de atividade. A utilização destes determinantes no desenvolvimento deste estudo pressupõe a importância das empresas no cumprimento dos ODS (Pizzi *et al.*, 2020) e possibilita a identificação da relação entre determinadas características organizacionais e a abordagem efetuada pelas empresas aos ODS nos seus relatórios não financeiros (Rosatti & Faria, 2018).

#### **Tamanho da empresa**

A revisão de literatura de Hahn e Kühnen (2013) mostrou que o tamanho da empresa é um dos fatores mais utilizados para entender o comportamento de divulgação de informação não financeira por parte das empresas.

No mesmo sentido, a revisão sistemática de Dienes *et al.* (2016) sobre os determinantes dos relatórios de sustentabilidade apresenta diversos estudos que evidenciaram uma relação positiva entre o tamanho da empresa e o relato não financeiro. Essa relação pode ser explicada pelo facto de a dimensão das empresas poder estimular a sua disposição em relatar informação não financeira, já que as grandes empresas podem ser mais propensas a divulgar práticas ambientais do que as menores (Branco *et al.*, 2014). Isso acontece porque, cada vez mais, as grandes empresas têm maior visibilidade perante o público em geral e, portanto, são colocadas sob maior escrutínio e pressão diante das partes interessadas, precisando de fortalecer a sua própria legitimidade (Branco *et al.*, 2014).

Em função dessa maior visibilidade, as empresas maiores devem estar mais dispostas a considerar a divulgação de informação não financeira como uma forma de melhorar a sua reputação (Branco *et al.*, 2014). Além disso, possuem melhores estruturas organizacionais e mais recursos financeiros e técnicos, o que pode ser crucial para seguir o trajeto necessário para se comprometerem com os ODS (Rosati & Faria, 2018).

Recentemente, os estudos de Rosati e Faria (2018) e van der Waal e Thijssens (2020) demonstraram que existe uma relação positiva entre a divulgação dos ODS e o tamanho da empresa. Face a esses argumentos, optou-se por se formular as seguintes hipóteses:

**H1a:** As empresas maiores são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.

**H1b:** As empresas maiores são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.

### Setor de atividade

A relação entre o setor de atividade de uma empresa e a divulgação não financeira tem sido frequentemente observada na literatura (Hahn & Kühnen, 2013; Branco *et al.*, 2014; Dienes *et al.*, 2016). Na maioria dos estudos, verifica-se que os setores de atividade social ou ambientalmente sensíveis em que as empresas atuam são um fator determinante na divulgação de informação não financeira (Hahn & Kühnen, 2013; Sierra-Garcia *et al.*, 2018). É referido de forma consensual que essas empresas necessitam de demonstrar uma maior atenção a esses impactos para responderem à pressão e expectativas das partes interessadas e, conseqüentemente, legitimarem as suas práticas (Hahn & Kühnen, 2013). Isso deve-se, ao



facto, de essas empresas sentirem uma maior necessidade de gerir esses riscos e impactos, pelo que a divulgação de informação não financeira funciona como um mecanismo de gestão dos mesmos, para além de aumentar a confiança e a credibilidade (Kolk & Perego, 2010).

Adicionalmente, Haywood e Boihang (2020) constataram que são as empresas pertencentes aos setores da mineração, do gás e do petróleo as que se encontram mais envolvidas e comprometidas com os ODS.

Quanto ao setor financeiro existem resultados díspares. Se por um lado, o estudo de Pizzi *et al.* (2020) concluiu que as empresas não financeiras têm maior propensão a divulgar informações sobre desenvolvimento sustentável que as financeiras, devido ao seu diferente impacto na sociedade, por outro, os resultados de Haywood e Boihang (2020) apresentaram o setor financeiro como um setor envolvido com os ODS, ao verificaram uma elevada aderência, bem como um elevado grau de incorporação dos objetivos no modelo de negócios das empresas financeiras.

Assim, o enquadramento setorial das empresas pode ser importante para compreender determinados objetivos e estratégias relativamente às práticas de relato dos ODS. Nesse sentido, pretende-se testar as seguintes hipóteses:

**H2a:** As empresas que pertencem a um setor de atividade social e ambientalmente sensível ou ao setor financeiro são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.

**H2b:** As empresas que pertencem a um setor de atividade social e ambientalmente sensível ou ao setor financeiro são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.

#### 4.1.2 Fatores ao nível do governo de sociedade

Os fatores ao nível do governo societário são representados pelo tamanho do conselho de administração, pela proporção de mulheres na composição do conselho de administração e pela existência de um comité de sustentabilidade. A inclusão destes fatores reflete a probabilidade de os mecanismos de governo das sociedades influenciarem as empresas no seu compromisso com os ODS (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020).

### Dimensão do conselho de administração

O governo das sociedades pode abranger fatores externos, como as pressões do mercado e fatores internos, como o conselho de administração (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020). O conselho de administração, de acordo com os argumentos da teoria da legitimidade, é responsável por reconhecer a lacuna da legitimidade e implementar as práticas sustentáveis necessárias (Venturelli *et al.*, 2019). Dentro do processo de divulgação sustentável, os conselhos das empresas desempenham um papel muito importante, na medida em que passa exatamente por eles a tomada de decisão sobre a estratégia empresarial, incluindo políticas de sustentabilidade (Amran *et al.*, 2014).

Por sua vez, Jizi (2017) sugere que conselhos com elevado número de membros, com maior capacidade organizacional e mais experiência são mais eficientes no incentivo ao relato não financeiro. Por outro lado, Amran *et al.* (2014) e Pizzi *et al.* (2020) não encontraram associação significativa.

Seguindo a perspectiva da teoria da legitimidade, os administradores do conselho de administração precisam cada vez mais considerar a divulgação da responsabilidade social como uma ferramenta para melhorar a conduta social e ambiental, pois isso influencia a reputação da organização (Amran *et al.*, 2014).

Dessa forma, existe a possibilidade de uma grande influência por parte dos administradores no cumprimento dos ODS (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020). Assim, são colocadas as seguintes hipóteses:

**H3a:** As empresas com um maior número de membros no conselho de administração são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.

**H3b:** As empresas com um maior número de membros no conselho de administração são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.

### Proporção de mulheres no conselho de administração

As principais evidências sobre fatores ao nível do governo societário mostram que a composição do conselho de administração influencia positivamente o desempenho da sustentabilidade (Arayssi *et al.*, 2016; Jizi, 2017) e, conseqüentemente, desempenha um papel

relevante no cumprimento dos ODS (Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020). Arayssi *et al.* (2016) sugerem que uma maior percentagem de participação feminina em conselhos de administração pode aumentar a credibilidade e a qualidade do comportamento ético das empresas, bem como intensificar a capacidade de divulgação de informação não financeira. Por sua vez, o estudo *Gender Diversity Index* (EWOB, 2021), analisando a participação das mulheres na gestão empresarial das maiores empresas europeias, observou sinais promissores de melhoria na representatividade das mulheres na liderança empresarial, constatando, contudo, que a igualdade de género nos conselhos de administração ainda está longe dos objetivos pretendidos. Amran *et al.* (2014) analisaram a influência de características específicas da composição do conselho e o desempenho de sustentabilidade, e constataram que a diversidade do conselho de administração afeta de forma significativa o desempenho sustentável da empresa. Nesse contexto, a desigualdade de género dentro da organização pode ser considerada um fator negativo, levando a maiores conflitos, menos cooperação e uma menor frequência em compartilhar opiniões pela falta de um grupo mais homogêneo (Amran *et al.*, 2014).

Por outro lado, alguns estudos não evidenciaram relação estatisticamente significativa entre um conselho com mais mulheres e uma maior divulgação social, ambiental e de governo societário (Cucari *et al.*, 2018) ou uma maior abordagem aos ODS (Pizzi *et al.*, 2020). Com base nos argumentos anteriores, são desenvolvidas as seguintes hipóteses:

**H4a:** As empresas com uma maior proporção de mulheres no conselho de administração são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.

**H4b:** As empresas com uma maior proporção de mulheres no conselho de administração são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.

#### Comité de Sustentabilidade

Além do género, uma das características regularmente utilizada nos estudos, tendo em conta o governo de sociedades, é a existência de um comité de sustentabilidade (Amran *et al.*, 2014; Kiliç & Kuzey, 2017; Pizzi *et al.*, 2020). A introdução da Diretiva europeia, que colocou novas práticas na preparação e divulgação da informação não financeira, e a complexidade da identificação dos temas materiais acerca da sustentabilidade levaram à

implementação de comités (Pizzi *et al.*, 2020). Como tal, espera-se que a experiência e o conhecimento desse órgão desempenhem um papel importante para garantir que a qualidade da informação não financeira esteja aliada às estratégias de gestão e nas tomadas de decisão (Amran *et al.*, 2014).

É considerado que uma estrutura de um conselho que inclui um comité dedicado à sustentabilidade pode demonstrar a intenção de promover ações e iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável e influenciem positivamente a qualidade dos relatórios não financeiros (Amran *et al.*, 2014). Contudo, Dienes *et al.* (2016) argumentam que apesar da possível melhoria nos relatórios de sustentabilidade, o benefício da adoção do comité só acontece se houver um envolvimento efetivo entre o governo da sociedade e a preparação de informação não financeira.

Os estudos sobre este determinante tendem a observar uma tendência positiva sobre o impacto que a existência de um comité exerce sobre o relato não financeiro (Amran *et al.*, 2014), o que poderá indiciar uma maior propensão para as empresas abordarem os ODS nos seus relatórios (Pizzi *et al.*, 2020). Assim, levantam-se as seguintes hipóteses:

**H5a:** As empresas que implementaram um comité de sustentabilidade são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.

**H5b:** As empresas que implementaram um comité de sustentabilidade são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.

#### 4.1.3 Fatores ao nível do relato

Os fatores ao nível do relato têm em conta a influência da adoção do padrão da GRI e a da emissão de relatórios não financeiros autónomos como determinantes da divulgação dos ODS. A integração destes fatores resulta do reconhecimento na literatura do papel relevante que estes fatores podem assumir para a consecução dos ODS (Pizzi *et al.*, 2020).

#### Padrão GRI

A adoção do padrão GRI como fator explicativo tem sido analisado tanto no contexto do relato não financeiro (Michelon *et al.*, 2015; Venturelli *et al.*, 2019), como mais

recentemente na abordagem aos ODS (Rosati & Faria, 2018; Pizzi *et al.*, 2020; van der Waal & Thijssens, 2020). Consequentemente, a adesão a iniciativas e estruturas voluntárias, tais como o padrão da GRI ou do *framework* do IIRC são notadas, sobretudo, como uma escolha ética que depende da estratégia e visão da organização (Rosati & Faria, 2018). Por sua vez, a utilização das linhas orientadoras da GRI fomenta a abordagem aos ODS pelas empresas, através da publicação de documentos usados como guia de orientação para a inclusão dos ODS na sua informação não financeira (van der Waal & Thijssens, 2020).

Em termos empíricos, os estudos observados mostraram a existência de uma associação estatisticamente positiva com a divulgação dos ODS (Rosati e Faria, 2018; Venturelli *et al.*, 2019; Pizzi *et al.*, 2020; van der Waal & Thijssens, 2020). Esses resultados demonstram que o compromisso com iniciativas de divulgação relacionadas com a sustentabilidade pode ser um indicador de que as organizações já possuem a capacidade e a visão necessárias para abordar os ODS nos seus relatórios não financeiros (van der Waal & Thijssens, 2020). Nesse sentido, colocam-se as seguintes hipóteses:

**H6a:** As empresas que adotam o padrão da GRI são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.

**H6b:** As empresas que adotam o padrão da GRI são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.

#### Tipo de relato

A importância crescente do relato não financeiro tem estado alinhada com o aumento da solicitação por parte dos *stakeholders* de informação que vai para além das questões financeiras (PwC, 2018). Para atender a essas expectativas, muitas empresas procedem à divulgação de elementos não financeiros através dos seus relatórios não financeiros autónomos. Isso acontece porque, por norma, estes dedicam-se especificamente às questões de sustentabilidade das empresas, o que pressupõe que a discussão dos ODS se faça com mais frequência neste tipo de relatórios (Haywood & Boihang, 2020). Além disso, existe a evidência de que os relatórios autónomos, como o relatório de sustentabilidade, atuam como catalisadores para as práticas que levam em conta as questões sociais e

ambientais, e, portanto, fomentam o compromisso e a integração dos ODS nos relatórios publicados pelas empresas (Rosati & Faria, 2018).

Em particular, a literatura recente tem oferecido várias contribuições sobre a conexão entre a temática dos ODS e os relatórios não financeiros (Rosati & Faria, 2018; van der Waal & Thijssens, 2020; Pizzi *et al.*, 2020), pelo que desta forma as hipóteses propostas são:

**H7a:** As empresas que emitem um relatório não financeiro autónomo são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.

**H7b:** As empresas que emitem um relatório não financeiro autónomo são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.

Resumidamente, a tabela 6 seguinte sintetiza as hipóteses por estudo.

**Tabela 6. Hipóteses por estudo**

<b>Estudo 1</b>	<b>Estudo 2</b>
<b>H1a:</b> As empresas maiores são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.	<b>H1b:</b> As empresas maiores são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.
<b>H2a:</b> As empresas que pertencem a um setor de atividade social e ambientalmente sensível ou ao setor financeiro são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.	<b>H2b:</b> As empresas que pertencem a um setor de atividade social e ambientalmente sensível ou ao setor financeiro são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.
<b>H3a:</b> As empresas com um maior número de membros no conselho de administração são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.	<b>H3b:</b> As empresas com um maior número de membros no conselho de administração a um maior nível de divulgação dos ODS.
<b>H4a:</b> As empresas com uma maior proporção de mulheres no conselho de administração são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.	<b>H4b:</b> As empresas com uma maior proporção de mulheres no conselho de administração são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.
<b>H5a:</b> As empresas que implementaram um comité de sustentabilidade são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.	<b>H5b:</b> As empresas que implementaram um comité de sustentabilidade são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.
<b>H6a:</b> As empresas que adotam o padrão da GRI têm maior propensão para abordarem os ODS no seu relato.	<b>H6b:</b> As empresas que adotam o padrão da GRI têm maior propensão para um maior nível de divulgação dos ODS.
<b>H7a:</b> As empresas que emitem um relatório não financeiro autónomo são mais propensas a abordarem os ODS no seu relato.	<b>H7b:</b> As empresas que emitem um relatório não financeiro autónomo são mais propensas a um maior nível de divulgação dos ODS.

## **4.2. Definição das variáveis**

### **4.2.1 Variáveis dependentes**

A construção das variáveis dependentes foi suportada pela grelha de análise desenvolvida e apresentada anteriormente, subjacente à análise de conteúdo efetuada aos relatórios e contas, aos relatórios integrados e aos relatórios não financeiros autónomos. Dadas as questões de partida formuladas, foi construída uma variável dependente para o Estudo 1 e outra para o Estudo 2. O desenvolvimento das variáveis é apresentado seguidamente para cada estudo.

#### **Estudo 1 – Divulgação ODS**

Para dar resposta à primeira questão de investigação, foi construída a variável dependente Divulgação dos ODS (DODS). A construção desta variável dá-se através do processo desenvolvido na etapa 1 da grelha de análise e consistiu na deteção da presença (valor 1) ou da ausência (valor 0) de informação nos relatórios das empresas referente aos ODS, independentemente da diversidade de ODS e da extensão da informação divulgada. Desta forma, DODS é uma variável dicotómica que assume o valor 1 se uma empresa aborda os ODS no seu relato ou 0, no caso contrário, à semelhança dos estudos deste tipo (ver, por exemplo, Rosati & Faria, 2018; Rosati & Faria, 2019).

#### **Estudo 2 – Índice de Divulgação dos ODS**

Para o Estudo 2 foi construída a variável Índice de Divulgação dos ODS (IDODS). A construção desta variável surge na sequência da variável DODS e tem como objetivo aprofundar e medir a divulgação dos ODS e, assim, verificar de que forma as empresas estão efetivamente a contribuir para a consecução dos objetivos. O desenvolvimento da variável IDODS culminou da segunda etapa da grelha de análise desenvolvida. Para cada ODS mencionado, foi atribuída uma pontuação (de 1 a 3) que representa o nível de divulgação atribuído, tal como descrito no capítulo 3, na secção 3.2.3.

O IDODS para cada empresa/ano é calculado como se segue:

$$IDODS = \left( \sum_{i=1}^m X_i \right) / m$$

onde Xi pode assumir os valores:

- 0: se a empresa não divulga informação sobre os ODS;
- 1: se a empresa reconhece os ODS, mas não relata nenhuma ação para a implementação ou fornece medidas de desempenho para contribuir para o objetivo e respetivas metas;
- 2: se a empresa divulga o seu compromisso com o ODS discutindo o seu alinhamento com programas/prioridades existentes na empresa;
- 3: se a empresa divulga como os ODS são incorporados ao seu modelo de negócio, nas estratégias, na gestão e nos relatórios; e

m=número máximo que uma empresa pode obter na divulgação dos ODS, isto é, os 17 ODS multiplicados por 3, o que totaliza 51.

Consequentemente, IDODS pode assumir valores entre 0 e 1. Mais concretamente, valores que se aproximam de 0 indiciam um baixo grau de compromisso com a divulgação de informação sobre os ODS, em que estes não estão incorporados na sua estratégia de sustentabilidade, e valores próximos de 1 denotam um comprometimento elevado com a divulgação dos ODS, sinalizando o alinhamento das empresas com os ODS nas suas estratégias.

#### 4.2.2 Variáveis independentes

As variáveis independentes foram definidas atendendo aos fatores ao nível da empresa, de governo societário e do relato apresentados, nomeadamente:

- ao nível da empresa: Tamanho da empresa (T) e Setor de atividade (DS);
- ao nível do governo societário: Dimensão do Conselho de Administração (DCA), Proporção de Mulheres no Conselho de Administração (MCA) e Comité de Sustentabilidade (CS); e
- ao nível do relato: Estrutura GRI (EGRI) e Emissão de Relatório Autónomo (ERA).

Desta forma, definiram-se para cada um dos estudos (Estudo 1 e Estudo 2) sete variáveis independentes (quantitativas) para sustentarem os testes estatísticos das hipóteses de investigação.



A variável T é medida através do logaritmo natural do total do ativo. Esta opção teve em conta estudos anteriores sobre a adoção dos ODS (Rosati & Faria, 2018; Pizzi *et al.*, 2020) e segue a linha de investigação sobre a divulgação de relatórios não financeiros (Branco *et al.*, 2014; Michelon *et al.*, 2015; Dienes *et al.*, 2016). Note-se que a recolha de dados para a variável T fez-se atendendo à informação dos resultados consolidados dos relatórios e contas das empresas.

À semelhança de estudos anteriores (Branco *et al.*, 2014; Kuzey & Uyar, 2017; Sierra-García *et al.*, 2018), a variável DS é uma variável dicotómica, que assume o valor de 1 se a empresa pertencer a setores ambientalmente ou socialmente sensíveis ou setor financeiro, e o valor de 0, caso contrário. Tal como Sierra-García *et al.* (2018), foram considerados como setores ambiental e socialmente sensíveis as atividades com forte impacto ambiental, pertencentes aos setores de energia, petróleo e gás, materiais básicos e de indústria e construção.

A variável DCA atende à dimensão do conselho de administração e é medida pelo número de membros que o constituem, à semelhança de Amran *et al.* (2014) e Jizi (2017). A definição desta variável teve em conta a composição do conselho de administração a 31 de dezembro em cada ano analisado.

A variável MCA é definida pelo rácio entre o número de mulheres no conselho de administração e o total de membros do conselho de administração, sendo usado como *proxy* da diversidade de género no conselho, à semelhança de Rosati e Faria (2018) e Pizzi *et al.* (2020). Foi determinado que o envolvimento do género feminino nos processos ligados à sustentabilidade é uma meta exigida na Agenda 2030 para o cumprimento dos ODS e a percentagem de mulheres envolvidas nesses processos tem sido utilizada como uma possível variável relacionada aos ODS (Rosati & Faria, 2018; Pizzi *et al.*, 2020).

A implementação por parte das empresas de um comité de sustentabilidade é representada pela variável CS, que assume o valor 1 se uma empresa adotou um comité de sustentabilidade e 0, caso contrário, na linha dos estudos de Kiliç e Kuzey (2017) e Pizzi *et al.* (2020).

Do mesmo modo que Venturelli *et al.* (2019), Pizzi *et al.* (2020) e van der Waal e Thijssens (2020), a variável EGRI é uma variável dicotómica que assume o valor 1 se as

empresas seguem a estrutura da GRI nos seus relatórios e 0, no caso contrário. Por sua vez, a variável ERA consiste igualmente numa variável dicotómica que adota o valor 1 se a entidade emite um relatório não financeiro autónomo e, caso contrário, adota o valor 0, em linha com os estudos de Sierra-García *et al.* (2018), Venturelli *et al.* (2019) e Pizzi *et al.* (2020).

As variáveis independentes estão resumidas na tabela a seguir apresentada.

**Tabela 7. Variáveis independentes**

<b>Variável Independente</b>	<b>Descrição da variável (variáveis quantitativas)</b>
<b>Fatores ao nível da empresa</b>	
Tamanho da empresa (T)	Logaritmo do total do ativo.
Setor de atividade (DS)	Variável dicotómica: DS= 1 se a empresa pertencer a um setor de atividade ambiental e/ou socialmente sensível e financeiro e 0, caso contrário.
<b>Fatores ao nível do governo das sociedades</b>	
Dimensão do Conselho de Administração (DCA)	Número total dos membros do conselho de administração.
Proporção de Mulheres no Conselho de Administração (MCA)	Rácio entre o número de mulheres no conselho de administração e número total de membros do conselho de administração
Comité de Sustentabilidade (CS)	Variável dicotómica: CS= 1 se a empresa implementou um comité de sustentabilidade e 0, caso contrário.
<b>Fatores ao nível do relato</b>	
Estrutura GRI (EGRI)	Variável dicotómica: EGRI= 1 se a empresa divulga o relatório não financeiro de acordo com o padrão GRI e 0, caso contrário.
Emissão de Relatório Autónomo (ERA)	Variável dicotómica: ERA= 1 se a empresa aborda os ODS em relatório não financeiro autónomo e 0, caso contrário.

#### 4.2.3 Variáveis de controlo

A introdução de variáveis de controlo permite considerar outros potenciais fatores de influência e isolar a relação entre a variável dependente e as variáveis independentes. Atendendo a que o período de análise é de 3 anos (2016 a 2018), foi considerada para cada ano uma variável dicotómica para controlar o fator tempo.

### 4.3. Análise e discussão dos resultados

Nesta secção apresenta-se a análise e discussão dos resultados, encontrando-se organizada da seguinte forma: exibição de informação relevante sobre os ODS e como eles são divulgados, análise e discussão das estatísticas descritivas e, por fim, são elencados e analisados os resultados dos modelos propostos para o Estudo 1 e para o Estudo 2.

#### 4.3.1 Informação sobre os ODS: como é divulgada?

Esta secção pretende fornecer uma análise dos resultados preliminares do estudo no sentido compreender de que forma a divulgação de informação sobre os ODS está a ser realizada. Importa notar que, nesta secção, a análise atenderá a um universo de 13 empresas, que representam o número de entidades que divulgaram os ODS nos seus relatórios.

Tendo em consideração que os ODS foram estabelecidos em 2015, considera-se pertinente analisar o posicionamento das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa atendendo ao momento da divulgação dos mesmos. Note-se que o ano de 2016 representa os relatórios de 2016, não obstante a sua divulgação ser em 2017, e assim sucessivamente.

A tabela 8 mostra os dados quantitativos observados.

**Tabela 8. Número de empresas que fazem menção aos ODS por ano**

Ano	Número	%
2016	4	30,77%
2017	6	46,15%
2018	3	23,08%
Total	13	100,00%

Pode-se verificar pelos dados expostos na tabela 8 que, no ano 2016, apenas 4 (31%) das empresas divulgaram informações sobre os ODS. Essa constatação é esperada, pois qualquer inovação ou novo requisito requer tempo para ser processado e incluído nos processos de divulgação (Izzo *et al.*, 2020a). Por sua vez, é nos relatórios relativos ao ano de 2017, dois anos após o estabelecimento dos objetivos da Agenda 2030, que o maior número de empresas (46%) faz menção aos ODS pela primeira vez. Relativamente ao ano 2018, observa-se que somente 3 (23%) empresas iniciaram o relato dos ODS; porém, é neste ano

que o maior número de empresas (13) o faz em simultâneo. Importa referir, que todas as empresas que mencionaram os ODS pela primeira vez mantiveram essa prática nos anos seguintes.

Nesse sentido, a análise longitudinal permitiu verificar que a divulgação dos objetivos cresceu gradualmente ao longo do período em análise, isto é, o número de empresas a divulgarem informação sobre os ODS é sempre mais elevado quando comparado com o ano anterior.

À luz da teoria institucional, estes resultados podem sugerir que estamos perante comportamentos miméticos. Em particular, a divulgação dos ODS pelas empresas cotadas em bolsa pode funcionar como um movimento indutor ao aparecimento de isomorfismo, ao verificar-se uma tendência à similaridade de procedimentos. A adesão aos ODS pelas diversas empresas reflete a homogeneização na estrutura organizacional mencionada por DiMaggio & Powell (2005), na medida em que as empresas procuram legitimar as suas práticas, atuando como organizações desejáveis, adequadas e apropriadas. Além disso, essa mudança ocorrida em várias empresas simultaneamente, está alinhada à abordagem institucionalizada desenvolvida pelos autores, no sentido em que as organizações tendem a tomar como modelo outras organizações que elas percebiam, por meio da divulgação sobre os ODS, como mais legítimas e bem-sucedidas.

A tabela 9 apresenta o tipo de relatório institucional que as empresas usaram para fazer menção aos ODS no período de 2016-2018.

**Tabela 9. Relatórios usados para menção aos ODS**

<b>Relatório institucional</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2016-2018 (%)</b>
Relatório anual	1	2	2	18,52%
Relatório anual + Relatório não financeiro	0	3	3	22,22%
Relatório não financeiro	2	4	6	44,44%
Relatório integrado	0	0	1	3,70%
Relatório integrado + Relatório não financeiro	1	1	1	11,11%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>13</b>	<b>100,00%</b>

Considerando os relatórios institucionais nos quais são divulgados informação sobre os ODS, verifica-se na tabela 9 que cerca de 19% da menção aos ODS foi efetuada somente no

relatório anual, enquanto que cerca de 22% dos casos foi efetuada no relatório anual em simultâneo com o relatório não financeiro. Porém, de forma predominante, foi utilizado em exclusivo o relatório não financeiro para se abordarem os ODS, ao observar-se que cerca de 44% das abordagens foi efetuada no relatório não financeiro autónomo, maioritariamente no relatório intitulado de sustentabilidade. Por outro lado, constata-se que cerca de 4%, ou seja, em apenas um caso, os ODS foram mencionados somente no relatório integrado, ao passo que em cerca de 11% dos casos a menção foi efetuada no relatório integrado em simultâneo com o relatório não financeiro.

As evidências obtidas estão alinhadas com Izzo *et al.* (2020a), na medida em que a grande parte das empresas usou o relatório de sustentabilidade para divulgar informações sobre o seu compromisso com os ODS e apenas uma pequena parte usou o relatório integrado. Estes dados são igualmente partilhados por Haywood e Boihang (2020), que mesmo perante o contexto das empresas cotadas da África do Sul, em que existe a obrigatoriedade do relato integrado, os ODS foram divulgados na sua maioria em relatórios de sustentabilidade autónomos.

Portanto, constata-se que em termos de divulgação dos ODS, as empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, que fazem parte do universo da amostra, privilegiam os relatórios de sustentabilidade autónomos, em detrimento do relatório anual e do relatório integrado, como meio de divulgação das suas políticas sobre o tema. No entanto, este fenómeno está ainda a dar os seus primeiros passos.

A análise decorrente do estudo permitiu identificar quais os ODS prioritários, conforme refletido na tabela seguinte.

**Tabela 10. Objetivos de desenvolvimento sustentável priorizados**

Objetivos de desenvolvimento sustentável	Número empresas			2016
	2016	2017	2018	-2018 (%)
ODS 1 – Erradicar a pobreza	3	6	7	59,26%
ODS 2 – Erradicar a fome	2	5	6	48,15%
ODS 3 – Saúde de qualidade	4	9	10	85,19%
ODS 4 – Educação de qualidade	4	8	10	81,48%
ODS 5 – Igualdade de género	4	8	10	81,48%
ODS 6 – Água potável e saneamento	1	6	8	55,56%
ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis	4	10	11	92,59%
ODS 8 – Emprego digno e crescimento económico	4	10	13	100,00%
ODS 9 – Indústria, inovação e infraestruturas	3	7	11	77,78%
ODS 10 – Reduzir as desigualdades	4	6	7	62,96%
ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis	1	5	9	55,56%
ODS 12 – Consumo e produção sustentáveis	3	9	12	88,89%
ODS 13 – Combate às alterações climáticas	4	10	13	100,00%
ODS 14 – Proteger a vida marinha	1	5	5	40,74%
ODS 15 – Proteger a vida terrestre	3	8	10	77,78%
ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes	3	6	6	55,56%
ODS 17 – Parcerias em prol dos objetivos	1	5	8	51,85%

Para melhor compreensão dos dados expostos, note-se, mais uma vez, que estes dados devem ser lidos atendendo apenas às empresas que divulgaram os ODS. Consequentemente, o número de vezes que cada objetivo é mencionado está diretamente relacionado com o número de empresas que efetuaram a sua menção, ou seja, cada objetivo poderia ser mencionado no máximo 4 vezes em 2016, 10 em 2017 e 13 em 2018.

Posto isto, a priorização dos 17 ODS pelas empresas da amostra que abordam os ODS é, por ordem decrescente de divulgação: ODS 8 (emprego digno e crescimento económico) com 100%; ODS 13 (combate às alterações climáticas) com 100%; ODS 7 (energias renováveis e acessíveis) com 92,59%; ODS 12 (produção e consumo sustentáveis); ODS 3 (saúde de qualidade) com 85,19%; ODS 4 (educação de qualidade) com 81,48%; ODS 5 (igualdade de género) com 81,48%; ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas) com 77,78%; ODS 15 (proteger a vida terrestre) com 77,78%; ODS 10 (reduzir as desigualdades) com 62,96%. ODS 1 (erradicar a pobreza) com 59,26%; ODS 6 (água potável e saneamento) com 55,56%; ODS 11

(cidades e comunidades sustentáveis) com 55,56%; ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) com 55,56%; ODS 17 (parcerias em prol dos objetivos) com 51,85%; ODS 2 (erradicar a fome) com 48,15%; e, por último, ODS 14 (Vida debaixo de água) com 40,74%.

Assim, constata-se que o ODS 8 (emprego digno e crescimento económico) e ODS 13 (combate às alterações climáticas) foram sempre mencionados (100%), enquanto que o ODS 7 (energias renováveis e acessíveis) e o ODS 12 (produção e consumo sustentáveis) registaram igualmente uma elevada priorização por parte das empresas (92,59% e 88,89%, respetivamente).

Por outro lado, o ODS 2 (erradicar a fome), o ODS 14 (proteger a vida marinha) e o ODS 17 (parceiras em prol dos objetivos) são os objetivos frequentemente menos mencionados pelas empresas (48,15%, 40,74% e 51,85%, respetivamente). A baixa consideração do ODS 2 (erradicar a fome) pode ser sequência do facto de a gestão de muitas empresas considerar esse objetivo como uma prioridade das instituições públicas ao invés do setor empresarial (Ionaşcu *et al.*, 2020).

Estes resultados são, na sua generalidade, bastante similares com as evidências do estudo da PwC (2018), que constatou que os objetivos mais frequentemente selecionados pelas empresas foram o ODS 8 (emprego digno e crescimento económico), ODS 12 (produção e consumo sustentáveis), ODS 13 (combate às alterações climáticas) e o ODS 7 (energias renováveis e acessíveis). Nos ODS menos priorizados pelas empresas obteve resultados similares sobre o ODS 2 (erradicar a fome) e ODS 14 (proteger a vida marinha), apenas com exceção ao ODS 17 (parcerias em prol dos objetivos). Contudo, contrastam com os resultados do estudo realizado por Haywood e Boihang (2020), que no contexto das empresas sul africanas, destacou os ODS 3 (saúde de qualidade), ODS 4 (educação de qualidade) e o ODS 6 (água potável e saneamento). Este contraste pode ser analisado atendendo ao estudo de Rosati e Faria (2019), no qual concluíram que a abordagem aos ODS pode ser influenciada pelo contexto institucional e pelos impactos socio económicos de um país.

A priorização pelas empresas do ODS 8 (emprego digno e crescimento económico) e do ODS 12 (produção e consumo sustentáveis) não é surpreendente, em virtude de serem áreas onde têm naturalmente impacto significativo. Isso foi também observado por Izzo *et al.* (2020a), que justificaram a evidência baseados na crença de que o crescimento económico é

o principal motor do desenvolvimento sustentável e é diretamente influenciado pelas atividades empresariais. A maior anuência no que respeita ao emprego digno e crescimento económico, que compreende áreas dos direitos humanos, incluindo os direitos fundamentais dos trabalhadores, deve-se possivelmente porque a própria legislação portuguesa vem regulando estas matérias ao longo dos tempos, como o Decreto-Lei n.º 89/2017, que veio favorecer a existência de políticas nesse sentido. No entanto, tal como referenciado pela PwC (2018, p. 16), podem ser considerados como uma “vitória fácil”, ou seja, existem indicações claras de que alguns ODS apenas são considerados prioritários em empresas que estejam de certa forma a relançar os seus programas de sustentabilidade já existentes e, portanto, as organizações estariam já a tomar medidas acerca desses objetivos. Essas foram considerações similares à análise de Silva (2021), que aponta que as empresas podem não estar a efetuar uma mudança organizacional em direção aos ODS, mas que somente mapearam as suas atividades já existentes para beneficiarem dos seus relatórios já estabelecidos para se conectarem aos ODS.

O ODS 13 (combate às alterações climáticas) é um exemplo dessa situação, pois espera-se que muitas empresas já tenham mecanismos internos para medir as suas emissões de gases com efeito estufa, devido a compromissos de divulgação sobre os seus impactos ambientais, como por exemplo, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), pelas imposições das normas de relato da GRI, ou na implementação de medidas regulamentares recentes, tais como a Diretiva 2014/95/UE e o Decreto-Lei n.º 89/2017, acerca do relato não financeiro. Além disso, com um processo de relato das emissões já estabelecido e com dados pré-existentes aos quais possam recorrer, onde se incluem, entre outros, a redução da emissão de gases com efeito estufa, a redução de resíduos e a eficiência energética, o ODS 13 (combate às alterações climáticas) torna-se necessariamente um dos objetivos mais priorizado. Além disso, o facto de todas as empresas divulgarem informação sobre este objetivo pode indiciar que as empresas acreditam que as alterações climáticas são as questões de sustentabilidade mais significativas da atualidade.

Como verificado anteriormente, as empresas utilizam diferentes tipos de relatórios para divulgarem os ODS. Nesse sentido, a investigação estabelece o vínculo entre a escolha de determinados tipos de relatórios e a disposição das empresas em divulgar os ODS. Consequentemente, em termos de outra informação complementar, e de forma a sinalizar os



procedimentos das empresas no âmbito do relato dos ODS, é de vital importância destacar de que forma e em que circunstâncias as empresas colocam os ODS nos seus relatórios institucionais.

Num primeiro plano, urge notar que os relatórios analisados diferem em função do tipo, estrutura e dimensão, pois cada entidade apresenta as suas informações, nas quais se incluem os ODS, de forma particular e distinta, de acordo com o seu modelo de negócio, o que condiciona a comparabilidade das informações.

Assim, a menção aos ODS nos diversos relatórios é realizada, essencialmente:

- através da carta do presidente ou de mensagem do conselho de administração. Faz parte, por norma, da fase inicial dos relatórios institucionais dirigidos às partes interessadas, no qual se apresenta, na generalidade, uma descrição sobre o seu compromisso com os ODS.
- através de uma secção dedicada aos ODS ou incorporados numa secção específica do relatório. Nesta fase a abordagem aos ODS passa pela demonstração em como as empresas contribuem efetivamente para os ODS e em que medida estes fazem parte da sua estratégia. Em simultâneo com a apresentação da informação anteriormente referida, genericamente, importa notar que as empresas recorriam aos ícones que representam cada um dos objetivos (ver figura 1) para divulgarem informações sobre o tema.
- através da tabela de indicadores promovida pela GRI. A divulgação dos ODS foi também efetuada através da sua incorporação na estrutura desenvolvida pela GRI.

Numa análise mais específica, verificou-se que algumas empresas forneceram elementos relevantes na sua divulgação sobre os ODS, nomeadamente a identificação dos ODS prioritários, definição de indicadores-chave de desempenho associados aos impactos dos ODS e identificação dos objetivos que podem contribuir para promover os impactos positivos ou minimizar/evitar impactos negativos, alocando-os a cada fase da cadeia de valor, tendo em conta os riscos e oportunidades. Por outro lado, algumas empresas divulgavam os ODS apenas com uma simples menção, apresentados somente por uma breve descrição.

Em termos de outra informação complementar, a análise permitiu reunir uma série de indicadores-chave utilizados pelas empresas para se conectarem aos ODS e,

consequentemente, compreender qual o nível de divulgação de cada um dos 17 objetivos. Apresenta-se de forma pormenorizada, no Apêndice A, um caso ilustrativo (uma entidade exemplo), tendo-se optado pela *The Navigator Company* (doravante *Navigator*). A opção pela *Navigator* assenta na apreciação de que a entidade apresenta boas práticas no âmbito da divulgação dos ODS. Como tal, no Apêndice A é evidenciado um conjunto de indicadores-chave que a empresa utilizou no âmbito da sua atuação nas questões sociais, ambientais e de governo societário como forma de vinculação ao preconizado pelas ambições que sustentam os ODS. Desta forma, através do exemplo fornecido, verifica-se que, por um lado, nem todos os ODS foram mencionados; por outro lado, para todos os ODS divulgados foi-lhe atribuído na análise o nível de divulgação 3. A juntar aos indicadores descritos, isso deveu-se também aos seguintes elementos: identificação dos seus tópicos materiais e qual a sua resposta aos ODS; identificação de quais os seus ODS prioritários, ou seja, aqueles onde a empresa exerce uma maior influência, para além de identificar outros ODS para os quais a *Navigator* também contribui; e ainda, identificação das principais linhas de ação, descrição dos seus resultados e estabelecimento das metas a atingir (quantitativas e qualitativas).

Por fim, constatou-se que existe uma certa arbitrariedade na forma como as empresas divulgam os ODS, isto é, nota-se pouca consistência na forma e no conteúdo do relato das informações referentes aos ODS, que pode ser motivada pela falta de uma estrutura oficial de relato dos ODS. Além disso, essa inconsistência é coerente com a literatura corrente, que aponta um alto grau de complexidade na sua implementação (Scheyvens *et al.* 2016; Izzo *et al.*, 2020a). Adicionalmente, essa inconsciência ao nível do seu relato pode representar uma dificuldade acrescida na comparabilidade das informações.

#### 4.3.2 Estatísticas descritivas

A tabela 11 (Painéis A, B, C e D) apresenta as estatísticas descritivas das variáveis dependentes e independentes.

## Tabela 11. Estatísticas descritivas

### Painel A: Variável dependente do Estudo 1 (DODS)

DODS	Freq.	Percent	Cum.
0	84	75.68	75.68
1	27	24.32	100.00
Total	111	100.00	

DODS: Divulgação dos ODS

### Painel B: Variável dependente do Estudo 2 (IDODS)

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
IDODS	111	.1164108	.2236949	0	.8235

IDODS: Índice de Divulgação dos ODS

### Painel C: Variáveis Contínuas

Variable	Obs	Mean	Std. Dev.	Min	Max
A	111	4996269	1.36e+07	15069	7.59e+07
T	111	13.50417	1.92838	9.620395	18.14523
DCA	111	8.72973	4.383743	3	21
MCA	111	.0014594	.0013167	0	.0042857

A: Ativo; T: Tamanho; DCA: Dimensão do Conselho de Administração; MCA: Mulheres no Conselho de Administração.

### Painel D: Variáveis dicotômicas

DS	Freq.	Percent	Cum.
0	54	48.65	48.65
1	57	51.35	100.00
Total	111	100.00	

DS: Setor de atividade

CS	Freq.	Percent	Cum.
0	97	87.39	87.39
1	14	12.61	100.00
Total	111	100.00	

CS: Comitê de sustentabilidade

ERA	Freq.	Percent	Cum.
0	70	63.06	63.06
1	41	36.94	100.00
Total	111	100.00	

ERA: Emissão de Relatório Autônomo

EGRI	Freq.	Percent	Cum.
0	69	62.16	62.16
1	42	37.84	100.00
Total	111	100.00	

EGRI: Estrutura GRI

Segundo a tabela 11 – Painel A, pelas frequências da variável DODS, verifica-se que ODS foram abordados no relato das empresas da amostra no período de 2016 a 2018, em apenas 27 das 111 observações (24%). Estes resultados não são de todo inesperados já que estudos anteriores mostram que o envolvimento das empresas na realização dos ODS ainda é limitado (van der Waal & Thijssens, 2020).

Exibe-se no Painel B os resultados obtidos da análise dos parâmetros estatísticos descritivos que caracterizam a variável IDODS. Os resultados evidenciam que para uma amostra de 37 entidades, o índice de divulgação dos DODS varia entre mínimo de 0 e um valor máximo 0,8235. Ou seja, se, por um lado, o *score* 0 assinala que uma empresa não faz qualquer menção aos ODS, o *score* máximo de 0.8235 sinaliza o maior nível de divulgação observado. Adicionalmente, o valor médio de IDODS é igual a 0,11641, bastante baixo na escala considerada entre 0 e 1, demonstrativo da abordagem simbólica aos ODS, que confirma o baixo grau de compromisso com a Agenda 2030, como constatado por outros estudos (Haywood & Boihang, 2020; Pizzi *et al.* 2020).

Por sua vez, IDODS apresenta um desvio padrão de 0,2236, indiciando uma elevada dispersão e inconsistência entre as empresas na sua abordagem aos ODS, o que vai ao encontro às evidências de Haywood e Boihang (2020).

Relativamente às estatísticas descritivas das variáveis contínuas, apresentadas na Tabela 11 – Painel C, a variável T tem em média aproximadamente 14 em termos do logaritmo do ativo total das empresas, entre o valor mínimo de aproximadamente 9 e um máximo de 18. A variável DCA apresenta em média de 8,72 membros, sendo que o menor conselho

integra 3 e o maior integra 21 membros. Esta média de membros no conselho de administração das empresas pertencentes à amostra é inferior à média de 11 membros observados por Amran *et al.* (2014), na maioria das empresas da região do sudeste pacífico, mas é similar ao verificado por Jizi *et al.* (2017) nas empresas cotadas no *Financial Times Stock Exchange 350 Index* do Reino Unido.

Durante o período em análise a percentagem de mulheres no conselho de administração (MCA) foi em média de 14,59%. Observa-se, ainda, que há empresas sem qualquer elemento feminino no conselho; por outro lado, a proporção máxima atinge os 42,85%. Estes valores refletem a pouca representatividade das mulheres nos conselhos de administração das empresas da amostra e demonstram o desalinhamento existente na proporção entre homens e mulheres nomeados para estes cargos. Esta constatação corrobora o estudo *Gender Diversity Index* (EWOB, 2021), que analisou a representatividade de género nos conselhos de administração e nos cargos executivos das maiores empresas europeias, incluindo das empresas portuguesas, e sobre as quais evidenciou uma sub-representação das mulheres. No caso específico português, foram observadas pontuações abaixo da média europeia (EWOB, 2021). Contudo, esse percentual tenderá a crescer nos próximos anos fruto das regras e exigências das instâncias europeias para apoiar esse processo, como é o caso da Diretiva 2014/95/UE. A UE fruto dessa regulamentação procura alcançar uma representação mais equilibrada de homens e mulheres entre os administradores das empresas cotadas, em que o elemento fundamental consiste em atingir o objetivo de 40% de mulheres entre os administradores não executivos das empresas cotadas em bolsa (UE, 2014). Por sua vez, atendendo ao contexto nacional, o Decreto-Lei n.º 89/2017 fomenta igualmente a diversidade no conselho de administração, ao instituir que as empresas devem ainda apresentar uma descrição da política de diversidade que aplicam relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais.

Além disso, o envolvimento das mulheres nos processos de gestão e uma maior integração nos conselhos de administração é também uma exigência da Agenda 2030, através do ODS 5 (igualdade de género), especificamente, através da meta 5.c que incita a adoção e o fortalecimento de políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género.

Relativamente ao Painel D da tabela 11, apresentam-se os valores assumidos pelas quatro variáveis dicotómicas independentes. No geral, essas variáveis mostram uma distribuição equilibrada pelos valores 0 e 1, com exceção da variável CS. Verifica-se que para a variável DS, cerca de metade das observações (52%) dizem respeito a empresas pertencentes a setores de atividade ambientalmente sensíveis e ao setor financeiro. A variável ERA indica que para 63% das observações não se verifica a emissão do relatório não financeiro autónomo, verificando-se somente para 37%. Quanto à variável CS, a existência de um comité de sustentabilidade verifica-se em apenas 13% das observações. Por fim, a análise de frequência à variável EGRI evidencia a predominância (62% das observações) da emissão de informação não financeira de acordo com as linhas orientadoras da GRI, confirmando que é o padrão dominante das empresas da amostra, conforme verificado no estudo de Gomes *et al.* (2015) e da PwC (2018), que analisaram também o contexto empresarial português.

#### 4.3.3 Estudo 1 – Análise do Modelo Logit

De forma a testar as hipóteses H1a, H2a, H3a, H4a, H5a, H6a e H7a, foi utilizado um modelo de probabilidade binário (*logit*), considerando a natureza dicotómica da variável dependente DODS, como ferramenta analítica para executar as regressões. A adoção deste modelo estatístico, segue a abordagem de estudos anteriores (Kiliç & Kuzey, 2017; Kuzey & Uyar, 2017; Martínez-Ferrero & García-Meca, 2020; Rosati & Faria, 2018; Rosati & Faria, 2019; van der Waal & Thijssens, 2020).

A tabela 12 apresenta os resultados da regressão, considerando como: variável dependente DODS; variáveis independentes T, DS, DCA, MCA, CS, ERA e EGRI; e variável de controlo cada ano no período 2016-2018.



relativos à divulgação e, conseqüentemente, divulgam mais. Esta consideração é consistente com a teoria da legitimidade e sugere que as empresas cotadas em bolsa se envolvem primeiramente em práticas emergentes que promovam o desenvolvimento sustentável. Este resultado corresponde às expectativas preconizadas pelos ODS, em particular pela meta 12.6 dos ODS, que convida sobretudo as grandes empresas e empresas transnacionais a adotar práticas sustentáveis. Como tal, as empresas consideradas de maior dimensão têm maior propensão para abordarem os ODS, confirmando-se a hipótese H1a.

Os resultados obtidos relativos às variáveis DS, DCA, MCA, ERA e EGRI, que não se mostraram estatisticamente significativas para explicar DODS, evidenciam que a pertença a um setor ambiental e socialmente sensível e setor financeiro, a dimensão do conselho de administração, uma maior proporção de mulheres no conselho, a emissão do relatório autónomo não financeiro e a adoção da estrutura GRI parecem não influenciar a opção das empresas da amostra de mencionar os ODS no seu relato no período analisado. Conseqüentemente, os resultados indicam a rejeição das hipóteses H2a, H3a, H4a, H6a e H7a.

Em relação à hipótese H5a, os resultados confirmam que as empresas com um comité de sustentabilidade são mais propensas em mencionar os ODS, verificando-se H5a. O resultado é consistente com o estudo de Amran *et al.* (2014), que constatou uma relação estatisticamente significativa entre a existência de um comité e a qualidade e credibilidade dos relatórios não financeiros, e com o estudo de Pizzi *et al.* (2020), que verificou que um comité influencia positivamente a divulgação dos ODS. Assim, a implementação de um comité especializado na gestão estratégica com foco no desenvolvimento sustentável, pelo seu carácter voluntário, pode atuar como um determinante no acompanhamento e liderança do processo de transformação dos processos internos em procedimentos mais sustentáveis (Pizzi *et al.*, 2020), bem como, à luz da teoria dos *stakeholders*, posicionar-se como um fator diferenciador perante as diversas partes interessadas (Amran *et al.*, 2014).

Face ao exposto na tabela 12, os resultados indicam que o ano de 2018 está associado a uma maior propensão para a divulgação dos ODS. Tendo em consideração que os ODS são um tema recente e que ano de 2018 corresponde ao ano mais recente entre o período analisado, este resultado não é inesperado e confirma os argumentos de Izzo *et al.* (2020b) de que a implementação de qualquer nova iniciativa precisa de tempo para ser adotada.



A análise dos resultados obtidos através da regressão *robust*, apresentados na tabela 13 apresentam as mesmas significâncias estatísticas e sinais dos resultados da regressão *logit* apresentados na tabela 12, validando-os.

**Tabela 13. Resultados do Modelo Logit (Regressão *robust*) para o Estudo 1**

```
Iteration 0: log pseudolikelihood = -61.581646
Iteration 1: log pseudolikelihood = -29.781871
Iteration 2: log pseudolikelihood = -23.481449
Iteration 3: log pseudolikelihood = -21.889032
Iteration 4: log pseudolikelihood = -21.790793
Iteration 5: log pseudolikelihood = -21.790276
Iteration 6: log pseudolikelihood = -21.790276

Logistic regression                                Number of obs   =      111
                                                    Wald chi2(9)    =      27.67
                                                    Prob > chi2     =      0.0011
Log pseudolikelihood = -21.790276                Pseudo R2      =      0.6462
```

DODS	Robust		z	P> z	[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.				
T	1.271262	.353026	3.60	0.000	.5793436	1.96318
DS	-.424403	.9520275	-0.45	0.656	-2.290343	1.441536
DCA	-.0270156	.112245	-0.24	0.810	-.2470117	.1929805
MCA	874.5485	633.0064	1.38	0.167	-366.1211	2115.218
CS	3.598251	1.601368	2.25	0.025	.4596275	6.736875
ERA	-.5421928	1.062174	-0.51	0.610	-2.624015	1.539629
EGRI	2.628839	2.1366	1.23	0.219	-1.558819	6.816498
_IAno_2017	1.399992	.8753355	1.60	0.110	-.3156341	3.115618
_IAno_2018	2.229701	.9417443	2.37	0.018	.3839159	4.075486
_cons	-23.99086	6.447282	-3.72	0.000	-36.6273	-11.35441

Variável dependente (dicotômica): DODS: Divulgação dos ODS.

Variáveis independentes: T: Tamanho da empresa; DS: Setor de atividade; DCA: Dimensão do conselho de administração; MCA: Mulheres no Conselho de Administração; CS: Comitê de Sustentabilidade; ERA: Emissão de Relatório Autônomo; EGRI: Estrutura GRI.

Variável de controle: Ano.

Em suma, para o Estudo 1, o modelo de estimação proposto, baseado no modelo de regressão logística binário, para determinar os fatores explicativos da divulgação dos ODS (variável DODS), considerou sete variáveis independentes (T e DS ao nível da empresa; DCA, MCA e CS ao nível do governo da sociedade; e, por último, EGRI e ERA ao nível do relato), de forma a testar sete hipóteses. Os resultados apurados evidenciaram a existência relações positivas estatisticamente significativas somente em duas variáveis independentes, T e CS, com DODS, confirmando-se H1a e H5a.

#### 4.3.4 Estudo 2 – Análise do Modelo de Regressão Linear Múltipla

Em linha com estudos anteriores (Branco *et al.*, 2014; Amran *et al.*, 2014; Venturelli *et al.*, 2019; Pizzi *et al.*, 2020; van der Waal & Thijssens, 2020), utilizou-se o modelo de regressão linear múltipla, de modo a testar as hipóteses H1b, H2b, H3b, H4b, H5b, H6b e H7b.

A tabela 14 apresenta os resultados do modelo de regressão linear para a variável dependente IDODS.

**Tabela 14. Resultados do Modelo de Regressão Linear Múltipla para o Estudo 2**

Source	SS	df	MS	Number of obs	=	111
Model	3.04615425	9	.338461583	F(9, 101)	=	13.91
Residual	2.45818134	101	.024338429	Prob > F	=	0.0000
				R-squared	=	0.5534
				Adj R-squared	=	0.5136
Total	5.50433559	110	.050039414	Root MSE	=	.15601

IDODS	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
T	.0241972	.0122947	1.97	0.052	-.0001922	.0485867
DS	-.034046	.0348201	-0.98	0.331	-.1031197	.0350277
DCA	.002558	.0046562	0.55	0.584	-.0066786	.0117946
MCA	9.332233	12.02038	0.78	0.439	-14.51297	33.17744
CS	.2450121	.0535004	4.58	0.000	.1388817	.3511426
ERA	-.0586368	.0467179	-1.26	0.212	-.1513126	.034039
EGRI	.1787891	.0521865	3.43	0.001	.0752651	.282313
_IAno_2017	.0553662	.0368214	1.50	0.136	-.0176776	.12841
_IAno_2018	.0937457	.0377419	2.48	0.015	.0188758	.1686156
_cons	-.3554177	.1455436	-2.44	0.016	-.644137	-.0666984

Variável dependente: IDODS: Índice de Divulgação dos ODS.

Variáveis independentes: T: Tamanho da empresa; DS: Setor de atividade; DCA: Dimensão do conselho de administração; MCA: Mulheres no Conselho de Administração; CS: Comité de Sustentabilidade; ERA: Emissão de Relatório Autónomo; EGRI: Estrutura GRI.

Variável de controlo: Ano.

Exibe-se na tabela anterior, na parte direita da listagem da regressão as seguintes informações: o número de observações utilizadas na estimativa (111), o valor da estatística F que é utilizada no teste de significância simultânea dos parâmetros da regressão (exceto o termo de intercepto), o *p-value* correspondente a este valor, o valor do coeficiente de determinação, o valor do coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$ ) e a raiz quadrada do *MSE* (*mean square error*).

O coeficiente de determinação  $R^2$  ajustado é de 0,5136, significando que cerca de 51% da variável dependente é explicada pelo modelo, já ajustados pelo número de observações e de variáveis (sem ajustamento, a variância explicada é 55%, correspondente ao

$R^2$ ). O modelo apresenta um  $p$ -value de 0,0000, que indicia que o nível de confiança das variáveis independentes para explicar a variável dependente é estatisticamente significativo ( $p$ -value<0,01), ou seja, o modelo é globalmente estatisticamente significativo. Todos estes indicadores de ajustamento ( $R^2$  ajustado,  $p$ -value e  $root$  MSE) sugerem que o modelo apresenta uma significativa capacidade de explicação da variável dependente IDODS.

Os resultados exibidos na tabela 14 evidenciam que as variáveis T, CS e EGRI apresentam uma relação positiva e estatisticamente significativa com a variável IDODS para um nível de significância de 5% para a variável T e 1% para as variáveis CS e EGRI, respetivamente. O ano de 2018 apresenta-se também estatisticamente significativo.

Importa referir que a aplicação do modelo de regressão teve como pressuposto fundamental a verificação da não existência de problemas graves de multicolinearidade. Um dos pressupostos dos modelos de regressão linear múltipla é de que as variáveis independentes não são perfeitamente multicolineares, ou seja, uma regressão não deve ser uma função linear de outra. Assim sendo, efetuou-se o teste *Variance Inflation Factor* (VIF) às variáveis independentes e de controlo do modelo para identificação de potenciais problemas de multicolinearidade.

**Tabela 15. Variable Inflation Factor (VIF)**

Variable	VIF	1/VIF
EGRI	2.92	0.342296
T	2.54	0.393619
ERA	2.32	0.431287
DCA	1.88	0.531067
_IAno_2018	1.44	0.692681
CS	1.44	0.695026
DS	1.38	0.723914
_IAno_2017	1.37	0.727747
MCA	1.13	0.883279
Mean VIF	1.83	

Variáveis independentes: T: Tamanho da empresa; DS: Setor de atividade; DCA: Dimensão do conselho de administração; MCA: Mulheres no Conselho de Administração; CS: Comité de Sustentabilidade; ERA: Emissão de Relatório Autónomo; EGRI: Estrutura GRI.

Variável de controlo: Ano.

O teste VIF estabelece o grau em que cada variável independente é explicada pelas restantes variáveis independentes. Valores elevados do VIF indicam colinearidade elevada, pelo que a multicolinearidade é significativa para VIF superiores a 10. No teste efetuado, o VIF médio com o valor de 1,83 apresenta-se muito abaixo do valor máximo indicativo de

multicolinariade. Como tal, nenhuma das variáveis independentes ultrapassa individualmente o referido valor máximo, sugerindo que a multicolinariade não constitui uma limitação para este modelo de regressão. Dessa forma, os resultados evidenciados na tabela 15 sugerem que não existe multicolinariade significativa entre as variáveis independentes definidas para o modelo, permitindo, assim, que os resultados da análise de regressão possam ser interpretados com um elevado grau de confiança.

Por sua vez, um conjunto de dados pode conter algumas observações (*outliers* ou valores extremos) que apresentam um grande afastamento das restante ou são inconsistentes (Fávero & Belfiore, 2017). Assim, uma vez que não se excluiu a existência valores extremos ou observações influentes, que podem implicar a obtenção de resultados diferentes a partir do modelo, pelo impacto ao nível dos estimadores, utilizou-se adicionalmente a regressão *robust* (comando *rreg* no Stata). Esta regressão é uma alternativa à regressão dos mínimos quadrados quando a informação inclui valores extremos, funcionando como uma regressão onde são eliminadas as observações influentes e ponderadas outras.

A tabela 16 apresenta os resultados do modelo 4 de regressão *robust*.

**Tabela 16. Resultados do Modelo de Regressão linear múltipla (Regressão *robust*) para o Estudo 2**

```
Linear regression                               Number of obs   =      111
                                                F(9, 101)      =      12.14
                                                Prob > F       =      0.0000
                                                R-squared     =      0.5534
                                                Root MSE     =      .15601
```

IDODS	Coef.	Robust Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
T	.0241972	.0113066	2.14	0.035	.001768	.0466264
DS	-.034046	.0312037	-1.09	0.278	-.0959457	.0278537
DCA	.002558	.0051098	0.50	0.618	-.0075785	.0126945
MCA	9.332233	11.37649	0.82	0.414	-13.23565	31.90012
CS	.2450121	.0759148	3.23	0.002	.0944175	.3956067
ERA	-.0586368	.0515524	-1.14	0.258	-.1609029	.0436293
EGRI	.1787891	.0611623	2.92	0.004	.0574596	.3001185
_IAno_2017	.0553662	.0279537	1.98	0.050	-.0000865	.1108189
_IAno_2018	.0937457	.0353294	2.65	0.009	.0236617	.1638297
_cons	-.3554177	.1243078	-2.86	0.005	-.6020109	-.1088245

Variável dependente: IDODS: Índice de Divulgação dos ODS.

Variáveis independentes: T: Tamanho da empresa; DS: Setor de atividade; DCA: Dimensão do conselho de administração; MCA: Mulheres no Conselho de Administração; CS: Comitê de Sustentabilidade; ERA: Emissão de Relatório Autónomo; EGRI: Estrutura GRI.

Variável de controlo: Ano.

Os resultados obtidos evidenciados na tabela anterior para a regressão *robust* apresentam as mesmas significâncias estatísticas e sinais dos resultados do modelo apresentado na tabela 14, que dessa forma valida os resultados obtidos, motivo pelo qual se passa para a análise dos resultados da regressão linear da tabela 16.

Os resultados indicam que o tamanho da empresa (T) exibe um efeito positivo no índice divulgação dos ODS, com significância estatística de 5% (coeficiente = 0,113066;  $p = 0,035$ ). Portanto, a hipótese H1b é aceita. De forma análoga à maioria dos estudos anteriores (Pizzi *et al.*, 2020; van der Waal & Thijssens, 2020), as evidências mostram uma influência positiva do tamanho da empresa sobre o nível de divulgação dos ODS por parte das empresas, que podem ser observadas atendendo às premissas da teoria da legitimidade e da teoria dos *stakeholders*. Isto é, o resultado sugere que as grandes empresas estão mais visíveis no mercado e na sociedade, recebendo por isso benefícios de mercado pela divulgação de informações não financeiras, maior cobertura dos analistas e apresentam maior sensibilidade à sua imagem pública (Pizzi *et al.*, 2020). Isso aumenta o número de potenciais utilizadores dessas informações, o que acaba por gerar uma maior necessidade por novas informações, levando a que as empresas sejam pressionadas para a sua divulgação.

A presença de um comité de sustentabilidade, representada pela variável independente CS, apresenta uma relação positiva e estatisticamente significativa para um nível de significância estatística a 1% com IDODS. A evidência é consistente com os resultados obtidos por Amran *et al.* (2014), Kiliç e Kuzey (2017) e Pizzi *et al.* (2020) nos seus estudos empíricos, o que indica que a constituição de uma comissão especializada para lidar, exclusivamente, com os assuntos relacionados à sustentabilidade atua como fator determinante para um maior grau de divulgação dos ODS. Assim, a hipótese H6b é confirmada.

Por sua vez, a adoção da estrutura da GRI (EGRI) apresenta-se positiva e estatisticamente significativa, com significância estatística a 1%, para explicar IDODS. A divulgação do relatório não financeiro de acordo com a GRI pode indiciar uma possível presença do isomorfismo normativo, isto é, determinados documentos normativos de referência geral e específicos que favorecem um comportamento, tais como, por exemplo, as várias normas publicadas pela GRI para o desenvolvimento de relatórios não financeiros. Além

disso, a elevada utilização do referencial da GRI pelas empresas da amostra corrobora as conclusões de estudos anteriores sobre a preponderância da GRI como a estrutura mais utilizada pelas empresas (PwC, 2018). Nesse sentido, o grau de comprometimento das empresas com os ODS pode ser influenciado pela adoção das orientações promovidas pela GRI na elaboração dos seus relatórios não financeiros, pelo que a hipótese H7b é aceite.

As restantes variáveis independentes, isto é, DS (setor de atividade), DCA (dimensão do conselho de administração), MCA (mulheres no conselho de administração) e ERA (emissão de relatório autónomo) não contribuíram de forma estatisticamente significativa para explicar a variável IDODS no modelo proposto.

No que diz respeito à variável MCA, a evidência obtida é concordante com os resultados de Pizzi *et al.* (2020), nos quais a representação em proporção de mulheres no conselho de administração não demonstrou estar associada a um maior nível de divulgação dos ODS. A inexistência de uma relação estatisticamente positiva pode demonstrar que a condição da presença de mulheres nos conselhos impulsionada por regulação, ao invés da consideração de qualificações e experiência necessárias, pode não ser suficiente para influenciar o nível de divulgação dos ODS.

Por fim, o ano de 2018 apresenta-se positivo e estatisticamente significativo, com significância estatística a 1%, para explicar IDODS. A relação entre o ano de 2018 e um maior nível de divulgação dos ODS, sustenta as conclusões de Izzo *et al.* (2020a), que argumentam que as empresas precisam de tempo na fase inicial de implementação de novas práticas, tal como a incorporação dos ODS nos seus processos estratégicos.

Em suma, para o Estudo 2, o modelo de estimação proposto, baseado no modelo de regressão linear múltipla, para avaliar os fatores explicativos do índice de divulgação dos ODS (IDODS) construído, de forma a testar sete hipóteses, considerou sete variáveis independentes (T e DS ao nível da empresa; DCA, MCA e CS ao nível do governo da sociedade; e, por último, EGRI e ERA ao nível do relatório). Contudo, os resultados apurados evidenciam a existência relações positivas e estatisticamente significativas somente em três variáveis independentes: T, CS e EGRI, permitindo validar H1b, H6b e H7b.

#### 4.4. Em resumo

Neste capítulo foram definidas sete hipóteses de investigação e as variáveis dependentes e independentes com o intuito de sustentarem o teste estatístico aplicados às hipóteses, subjacentes a dois estudos.

Na análise e discussão dos resultados, em primeiro lugar, é analisado o como é divulgada a informação sobre os ODS, com o intuito de, numa primeira fase, caracterizar de que forma as empresas estão efetivamente a contribuir, na forma e no conteúdo, para os ODS. Esta análise, prévia ao Estudo 2, permitiu identificar qual a evolução da abordagem aos ODS no período em estudo, quais os relatórios utilizados para o seu relato, quais os ODS que têm sido mais priorizados pelas empresas, em que fase do relatório são apresentados e, por fim, quais os elementos e principais indicadores utilizados para as empresas para se contactarem aos ODS.

Posteriormente, efetuou-se a análise e discussão das estatísticas descritivas e dos resultados do modelo *logit* e do modelo de regressão linear múltipla. Para o Estudo 1, o modelo estatístico proposto mostrou evidência estatística significativa que indicia aceitar duas hipóteses de investigação (H1a e H5a) e rejeitar as restantes cinco hipóteses de investigação (H2a, H3a, H4a, H6a e H7a). Relativamente ao Estudo 2, o modelo estatístico proposto mostrou evidência significativa que sugere a confirmação de três hipóteses de investigação (H1b, H5b e H6b), enquanto as restantes 4 hipóteses de investigação foram rejeitadas (H2b, H3b, H4b e H7b). Estes resultados são esquematicamente evidenciados na tabela 17.

**Tabela 17. Resultados estatísticos obtidos por teste às hipóteses de investigação**

<b>Estudo 1 - Hipóteses de investigação testadas com o modelo <i>logit</i></b>						
<b>H1a</b>	<b>H2a</b>	<b>H3a</b>	<b>H4a</b>	<b>H5a</b>	<b>H6a</b>	<b>H7a</b>
Aceite	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Aceite	Rejeitada	Rejeitada

<b>Estudo 2 - Hipóteses de investigação testadas com o modelo de regressão linear múltipla</b>						
<b>H1b</b>	<b>H2b</b>	<b>H3b</b>	<b>H4b</b>	<b>H5b</b>	<b>H6b</b>	<b>H7b</b>
Aceite	Rejeitada	Rejeitada	Rejeitada	Aceite	Aceite	Rejeitada

## 5. CONCLUSÃO

Este capítulo apresenta as principais conclusões deste estudo, respondendo às três questões de investigação que foram expostas na introdução. Além disso, indica as contribuições trazidas por esta dissertação, as limitações e sugestões para investigação futura.

### 5.1. Principais Conclusões

Os ODS refletem os grandes desafios que a comunidade global enfrenta na tentativa de integrar as ambições do desenvolvimento sustentável, para garantir o bem-estar económico, a qualidade ambiental, a coesão social e a prosperidade para as gerações futuras. Como forma de promover o desenvolvimento sustentável, diversos compromissos e acordos, nacionais e internacionais, foram reforçando o compromisso das empresas acerca do tema, como, entre outros, a GRI, o relato integrado e os ODS. Em particular, com o estabelecimento dos ODS e da Agenda 2030, o papel das empresas no desenvolvimento económico, social e ambiental tornou-se inquestionável.

Esta dissertação pretendeu identificar os fatores que justificam a opção das empresas cotadas na *Euronext* Lisboa de abordar os ODS no relato empresarial e os fatores que influenciam o nível de divulgação de informação acerca dos ODS, bem como compreender como é que essas empresas estão a relatá-los.

Do ponto de vista teórico, as motivações são enquadradas tendo em conta as perspetivas da teoria da legitimidade, da teoria dos *stakeholders* e da teoria institucional, a partir do pressuposto de que o processo de divulgação dos ODS e os fatores envolvidos nessa prática podem ser compreendidos combinando as referidas perspetivas teóricas.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho efetuado insere-se no âmbito do paradigma de investigação positivista, caracterizando-se por ser um trabalho exploratório e explicativo de natureza quantitativa. Foi usada uma amostra de 37 empresas cotadas na *Euronext* Lisboa, no período de 2016 a 2018, tendo-se considerado como documentos de análise: o relatório e contas, o relatório integrado e o relatório não financeiro. Como métodos de recolha de dados, o estudo recorreu à análise documental e aplicou a técnica de análise de conteúdo; posteriormente, os dados foram tratados com recurso ao software estatístico Stata.



No âmbito do estudo empírico, foi formulado um conjunto de hipóteses a testar e definidas as variáveis, sustentadas na conexão entre o quadro teórico do relato de informação não financeira e, que mais recentemente, tem sido utilizado no estudo sobre o relato dos ODS. Consequentemente, o desenvolvimento das hipóteses atendeu a fatores ao nível da empresa, fatores ao nível do governo de sociedade e fatores ao nível do relato, considerando a realização de dois estudos, de modo a satisfazer as duas primeiras questões de partida. Por fim, foram desenvolvidos modelos econométricos de forma a testar as hipóteses definidas.

De seguida, são apresentadas as respostas às questões de investigação formuladas:

- Quais os fatores que explicam a abordagem aos ODS no relato empresarial?
- Quais os fatores que influenciam o nível de relato voluntário acerca dos ODS?
- Como é que as empresas estão a relatar a informação relativa aos ODS?

No período de 2016-2018, usando uma amostra de 37 entidades que fazem parte da *Euronext* Lisboa, tendo por base a análise do modelo logit, os resultados do Estudo 1 permitiram determinar os fatores explicativos para a divulgação dos ODS. Desta forma, conclui-se que os fatores com maior propensão para motivarem as empresas a abordarem os ODS são o tamanho da empresa e a existência de um comité de sustentabilidade nas suas estruturas organizacionais. Portanto, através da análise estruturada aos fatores indicados, conclui-se que no caso das empresas enquadradas no principal mercado regulamentado português, a dimensão da empresa pode estar vinculada, por um lado, a maiores pressões por parte dos diversos *stakeholders* no envolvimento para a sustentabilidade como sustentado nos pressupostos da teoria dos *stakeholders*. Por outro, na implicação de que grandes empresas, geralmente, enfrentam uma elevada exposição social e ambiental e para promover uma boa imagem perante a sociedade onde atuam, estão mais propensas a promover ações e a divulgar mais informações, procurando legitimidade das suas ações, como sustentado pela perspectiva da teoria da legitimidade. Porém, os resultados ficam aquém do esperado, na medida em que, não obstante se constatar um crescimento de informação sobre os ODS, o contributo das empresas ainda é limitado.

Relativamente aos resultados do Estudo 2, usando a análise do modelo de regressão linear múltipla, as evidências permitiram determinar que o tamanho da empresa, a existência de um comité de sustentabilidade e a adoção da estrutura da GRI são fatores que tendem a

influenciar o nível de relato voluntário dos ODS, ou seja, que atuam como determinantes para a incorporação dos objetivos no modelo de negócio, na gestão e nas estratégias das organizações e sua comunicação.

No caso das entidades que recorrem às orientações da GRI para divulgar a sua informação não financeira, conclui-se que estamos perante uma possível presença do isomorfismo normativo, isto é, determinados documentos normativos globalmente aceites que favorecem um comportamento, nomeadamente, através das normas publicadas pela GRI para o desenvolvimento de relatórios não financeiros e para a integração dos ODS nos processos de divulgação.

Por conseguinte, a análise permitiu igualmente compreender não apenas se, mas também como, as empresas divulgam os ODS. Nesse sentido, conclui-se que as empresas privilegiam o relatório não financeiro como meio de divulgação de informação sobre os ODS, ao verificar-se que 46% das abordagens são efetuadas nesse documento. Por sua vez, assente nos argumentos da teoria dos *stakeholders*, os relatórios encontram-se disponíveis no *website* institucional das empresas, funcionando como o meio privilegiado para a comunicação com as partes interessadas, numa perspetiva de agilização do processo de comunicação com as mesmas. Por outro lado, conclui-se que o relatório integrado é o relatório institucional usado com menor frequência em termos de divulgação dos ODS. Porém, tudo indica que esta situação se deve ao relatório integrado ser um documento institucional ainda muito recente, quando comparado com os restantes.

Para além da utilização de diferentes relatórios institucionais para a abordagem aos ODS, as empresas demonstraram efetuar o seu relato de forma inconsistente, que pode ser justificada pela falta de uma estrutura formal de relato dos ODS e resultado da complexidade da sua implementação (Scheyvens *et al.* 2016; Izzo *et al.*, 2020a). Ou seja, a divulgação dos ODS está ainda a dar os seus primeiros passos.

Por sua vez, em termos de análise ao horizonte temporal da divulgação dos objetivos, conclui-se que o ano de 2018 é o mais representativo entre os três anos analisados (2016-2018) ao verificar-se nesse ano o total de 13 (35%) de empresas a publicarem uma referência sobre os seus contributos em prol dos ODS. Por sua vez, em termos percentuais, a divulgação dos ODS no período em análise, é de apenas 24%. Consequentemente, os três objetivos frequentemente mais divulgados, por ordem de decrescente, são: o ODS 8 (emprego digno e

crescimento económico), o ODS 13 (combate às alterações climáticas) e o ODS 7 (energias renováveis e acessíveis). Pelo contrário, o ODS 2 (erradicar a fome), o ODS 14 (proteger a vida marinha) e o ODS 17 (parceiras em prol dos objetivos) são os três objetivos frequentemente menos referidos pelas empresas.

## **5.2. Contributos**

Esta dissertação contribui para a literatura teórica e empírica acerca do relato de informação não financeira, com realce para os ODS, aprofundando o nível de conhecimento específico no contexto do mercado regulamentado português.

Este trabalho investiga em particular a relação existente entre os fatores ao nível da empresa, do governo societário e do relato e a divulgação dos ODS, que, segundo é do nosso conhecimento, ainda foi pouco explorado no contexto português, contribuindo assim para o aumento de estudos acerca da temática relacionada aos ODS.

A investigação de fatores ao nível do governo das sociedades preenche as limitações identificadas por Izzo *et al.* (2020a) e Martínez-Ferrero e García-Meca (2020), que sugeriram que estudos futuros avaliassem o papel de outros fatores ligados ao governo societário na divulgação dos ODS, bem como a sugestão de Rosati e Faria (2019), de que estudos futuros considerassem fatores organizacionais internos como fatores explicativos na abordagem aos ODS pelas empresas.

O quadro teórico do estudo apresentado, sob a perspetiva da teoria da legitimidade, dos *stakeholders* e institucional contribui para uma melhor compreensão das motivações das empresas na divulgação dos ODS.

Empiricamente, o estudo oferece evidências sobre potenciais fatores explicativos para as empresas adotarem e implementarem a divulgação dos ODS como parte do seu relato não financeiro, contribuindo para uma maior compreensão do papel que o setor empresarial pode desempenhar para a concretização da Agenda 2030.

Finalmente, esta dissertação contribui para o debate académico acerca da temática dos ODS, como sugerido por Bebbington e Unerman (2018), que o veem como fundamental, na promoção do desenvolvimento sustentável.

### **5.3. Limitações**

Não obstante o índice de divulgação ser determinado por critérios definidos, o seu desenvolvimento tem associado uma subjetividade inerente relacionada com a identificação dos elementos que estabeleceram a atribuição do nível de divulgação.

Por sua vez, a amostra selecionada no estudo reúne, apenas, as empresas cotadas no mercado regulamentado da Euronext Lisboa, motivo pelo qual não se devem generalizar as evidências obtidas para todo o contexto empresarial português.

Por fim, uma das limitações do estudo prende-se com a não inclusão de outros fatores organizacionais, que podem eventualmente ter impacto na divulgação das empresas.

### **5.4. Sugestão de investigação futura**

Como investigação futura sugere-se a inclusão na amostra de empresas que não estejam cotadas em bolsa, de forma a comparar resultados entre empresas com diferente perfil e obter uma maior caracterização do contexto empresarial português no âmbito da sua contribuição para a concretização dos ODS. A investigação pode igualmente ser estendida a outros países, proporcionando assim, a comparação entre países.

De forma a complementar este estudo, podem ser incluídos outros fatores adicionais ao nível da empresa (como desempenho económico), ao nível do governo das sociedades (como a independência do conselho de administração e a dualidade do CEO) e ao nível do relato (como o número de páginas dos relatórios). Por outro lado, podem ser considerados outros possíveis determinantes acerca do relato dos ODS, como fatores institucionais, que tenham em conta, por exemplo, a legislação, política, economia, cultura e educação de cada país.

Por fim, embora o estudo seja sustentado pelas teorias da legitimidade, *stakeholders* e institucional, outras perspetivas teóricas podem ser aplicadas para analisar os dados. Portanto, pesquisas futuras podem beneficiar da análise das contribuições das empresas para os ODS a partir de outras perspetivas teóricas (Hahn & Kühnen, 2013; Rosati & Faria, 2018).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Accenture (2019). The Decade To Deliver [data de consulta: 01-12-2020. Endereço: [https://www.accenture.com/\\_acnmedia/pdf-109/accenture-ungc-ceo-study.pdf](https://www.accenture.com/_acnmedia/pdf-109/accenture-ungc-ceo-study.pdf)]
- Adams, C. A. (2015). The international integrated reporting council: a call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 23-28.
- Adams, C. A. (2017). The Sustainable Development Goals, integrated thinking and the integrated report. *Published by the IIRC and ICAS*.
- Allen, C., Metternicht, G., & Wiedmann, T. (2018). Initial progress in implementing the Sustainable Development Goals (SDGs): a review of evidence from countries. *Sustainability Science*, 13(5), 1453-1467.
- Amran, A., Lee, S. P., & Devi, S. S. (2014). The influence of governance structure and strategic corporate social responsibility toward sustainability reporting quality. *Business Strategy and the Environment*, 23(4), 217-235.
- Arayssi, M., Dah, M., & Jizi, M. (2016). Women on boards, sustainability reporting and firm performance. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*.
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2018). Achieving the United Nations Sustainable Development Goals: an enabling role for accounting research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(1), 2-24.
- Brooks, C., & Oikonomou, I. (2018). The effects of environmental, social and governance disclosures and performance on firm value: A review of the literature in accounting and finance. *The British Accounting Review*, 50(1), 1-15.
- Cabaço, L., Brás, H., & Motta, G. (2017). Relatório Nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável Portugal. [data de consulta: 2020-10-24. Endereço: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017\\_PT\\_REV\\_FINAL\\_28\\_06\\_2017.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf)]
- Castelo Branco, M., Delgado, C., Ferreira Gomes, S., & Cristina Pereira Eugénio, T. (2014). Factors influencing the assurance of sustainability reports in the context of the economic crisis in Portugal. *Managerial Auditing Journal*, 29(3), 237-252.
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, organizations and society*, 32(7-8), 639-647.
- Christofi, A., Christofi, P., & Sisaye, S. (2012). Corporate sustainability: historical development and reporting practices. *Management Research Review*, 35(2), 157-172.
- Cucari, N., Esposito de Falco, S., & Orlando, B. (2018). Diversity of board of directors and environmental social governance: Evidence from Italian listed companies. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(3), 250-266.
- Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de novembro. Diário da República n.º 226/2008, Série I de 2008-11-20.
- Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Diário da República n.º 106/2015, Série I de 2015-06-02.

Decreto Lei nº 89/2017 de 28 de julho. Diário da República n.º 145/2017, Série I de 2017-07-28.

Deegan, C. (2002). The legitimising effect of social and environmental disclosures—a theoretical foundation. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282-311.

De Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated Reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1042-1067.

De Villiers, C., Venter, E. R., & Hsiao, P. C. K. (2017). Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research. *Accounting & Finance*, 57(4), 937-959.

del Mar Alonso-Almeida, M., Llach, J., & Marimon, F. (2014). A closer look at the 'Global Reporting Initiative'sustainability reporting as a tool to implement environmental and social policies: A worldwide sector analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 21(6), 318-335.

Dienes, D., Sassen, R., & Fischer, J. (2016). What are the drivers of sustainability? *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 7, 154-189.

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American sociological review*, 147-160.

DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (2005). A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 45(2), 74-89.

Diouf, D., & Boiral, O. (2017). The quality of sustainability reports and impression management. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*.

Erkens, M., Paugam, L., & Stolowy, H. (2015). Non-financial information: State of the art and research perspectives based on a bibliometric study. *Comptabilité-Contrôle-Audit*, 21(3), 15-92.

European Women On Boards (EWOB) (2021). European Women on Boards Gender Diversity Index 2020 [data de consulta: 20-12-2020. Endereço: <https://europeanwomenonboards.eu/wp-content/uploads/2021/01/Gender-Equality-Index-Final-report-2020-210120.pdf>]

Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Elsevier Brasil.

Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2014). Effect of stakeholders' pressure on transparency of sustainability reports within the GRI framework. *Journal of business ethics*, 122(1), 53-63.

Fernando, S., & Lawrence, S. (2014). A theoretical framework for CSR practices: Integrating legitimacy theory, stakeholder theory and institutional theory. *Journal of Theoretical Accounting Research*, 10(1), 149-178.

Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1-17.

García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Ariza, L., Aibar-Guzmán, B., & Aibar-Guzmán, C. (2020). Do institutional investors drive corporate transparency regarding business contribution to the sustainable development goals?. *Business Strategy and the Environment*, 29(5), 2019-2036.

Gimenez, C., Sierra, V., & Rodon, J. (2012). Sustainable operations: Their impact on the triple bottom line. *International Journal of Production Economics*, 140(1), 149-159.

Global Reporting Initiative (GRI) (2015). [data de consulta: 01-12-2020. Endereço: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3368600/mod\\_resource/content/1/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3368600/mod_resource/content/1/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf)]

Global Reporting Initiative (GRI) (2019). Em Foco: As Necessidades Dos Investidores [data de consulta 01-12-2020. Endereço: <https://www.globalreporting.org/public-policy-partnerships/sustainable-development/integrating-sdgs-into-sustainability-reporting>]

Global Reporting Initiative (GRI) (2020). GRI: Fundamentos 2016 [data de consulta: 01-12-2020. Endereço: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>]

Global Reporting Initiative, United Nations Global Compact & World Business Council for Sustainable Development (GRI, UNGC & WBCSD) (2015). SDG Compass. The guide for business action on the SDGs. [data da consulta: 01-12-2020. Endereço: [https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2016/04/SDG\\_Compass\\_Portuguese.pdf](https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2016/04/SDG_Compass_Portuguese.pdf)]

Global Reporting Initiative. (GRI) (2000). Global Reporting Initiative: Sustainability Reporting Guidelines on Economic, Environmental, and Social Performance. Global Reporting Initiative.

Gomes, S. F., Eugénio, T. C., & Branco, M. C. (2015). Sustainability reporting and assurance in Portugal. *Corporate Governance*, 15, 281-292.

Hąbek, P., & Wolniak, R. (2016). Assessing the quality of corporate social responsibility reports: the case of reporting practices in selected European Union member states. *Quality & quantity*, 50(1), 399-420.

Hahn, R., & Kühnen, M. (2013). Determinants of sustainability reporting: a review of results, trends, theory, and opportunities in an expanding field of research. *Journal of cleaner production*, 59, 5-21.

Hahn, R., & Lülfes, R. (2014). Legitimizing negative aspects in GRI-oriented sustainability reporting: A qualitative analysis of corporate disclosure strategies. *Journal of business ethics*, 123(3), 401-420.

Haywood, L. K., & Boihang, M. (2020). Business and the SDGs: Examining the early disclosure of the SDGs in annual reports. *Development Southern Africa*, 1-14.

Imperatives, S. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our common future. *Accessed Feb*, 10.

International Integrated Reporting Council (IIRC) (2013). A Estrutura Internacional para Relato Integrado [data de consulta: 01-10-2020. Endereço:

<https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>

Ike, M., Donovan, J. D., Topple, C., & Masli, E. K. (2019). The process of selecting and prioritising corporate sustainability issues: Insights for achieving the Sustainable Development Goals. *Journal of Cleaner Production*, 236, 117661.

Ionaşcu, E., Mironiuc, M., Anghel, I., & Huian, M. C. (2020). The Involvement of Real Estate Companies in Sustainable Development—An Analysis from the SDGs Reporting Perspective. *Sustainability*, 12(3), 798.

Ioannou, I., & Serafeim, G. (2017). The consequences of mandatory corporate sustainability reporting. *Harvard Business School research working paper*, (11-100).

Izzo, M. F., Ciaburri, M., & Tiscini, R. (2020a). The Challenge of Sustainable Development Goal Reporting: The First Evidence from Italian Listed Companies. *Sustainability*, 12(8), 3494.

Izzo, M. F., Dello Strologo, A., & Granà, F. (2020b). Learning from the Best: New Challenges and Trends in IR Reporters' Disclosure and the Role of SDGs. *Sustainability*, 12(14), 5545.

Jizi, M. (2017). The influence of board composition on sustainable development disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 26(5), 640-655.

Kolk, A. (2010). Trajectories of sustainability reporting by MNCs. *Journal of world business*, 45(4), 367-374.

Kolk, A., & Perego, P. (2010). Determinants of the adoption of sustainability assurance statements: An international investigation. *Business strategy and the environment*, 19(3), 182-198.

Kiliç, M., & Kuzey, C. (2017). Factors influencing sustainability reporting: Evidence from Turkey. *Accounting Finance and Auditing*.

Krippendorff, K. (2018). Content analysis: An introduction to its methodology. Sage publications.

Kuzey, C., & Uyar, A. (2017). Determinants of sustainability reporting and its impact on firm value: Evidence from the emerging market of Turkey. *Journal of cleaner production*, 143, 27-39.

Lock, I., & Seele, P. (2016). The credibility of CSR (corporate social responsibility) reports in Europe. Evidence from a quantitative content analysis in 11 countries. *Journal of Cleaner Production*, 122, 186-200.

Malhotra, N., & Birks, D. (2007). Marketing Research: an applied approach: 3rd European Edition. Pearson education.

Manes-Rossi, F., Tiron-Tudor, A., Nicolò, G., & Zanellato, G. (2018). Ensuring more sustainable reporting in Europe using non-financial disclosure—De facto and de jure evidence. *Sustainability*, 10(4), 1162.

Martínez-Ferrero, J., & García-Meca, E. (2020). Internal corporate governance strength as a mechanism for achieving sustainable development goals. *Sustainable Development*.



- Michelon, G., Pilonato, S., & Ricceri, F. (2015). CSR reporting practices and the quality of disclosure: An empirical analysis. *Critical perspectives on accounting*, 33, 59-78.
- Mio, C., Panfilo, S., & Blundo, B. (2020). Sustainable development goals and the strategic role of business: A systematic literature review. *Business Strategy and the Environment*, 29(8), 3220-3245.
- Muserra, A. L., Papa, M., & Grimaldi, F. (2020). Sustainable development and the European Union Policy on non-financial information: An Italian empirical analysis. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(1), 22-31.
- Needles Jr, B. E., Powers, M., Frigo, M. L., & Shigaev, A. (2018). Integrated Reporting and Sustainability Reporting: A Global Assessment. In *Performance Measurement and Management Control: The Relevance of Performance Measurement and Management Control Research* (pp. 93-120). Emerald Publishing Limited.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2016). Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development [data de consulta: 01-12-2020. Endereço: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>]
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2020). [data de consulta: 05-10-2020. Endereço: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel>]
- Perego, P., & Kolk, A. (2012). Multinationals' accountability on sustainability: The evolution of third-party assurance of sustainability reports. *Journal of Business Ethics*, 110(2), 173-190.
- Perez-Batres, L. A., Miller, V. V., & Pisani, M. J. (2011). Institutionalizing sustainability: an empirical study of corporate registration and commitment to the United Nations global compact guidelines. *Journal of Cleaner Production*, 19(8), 843-851.
- Pizzi, S., Rosati, F., & Venturelli, A. (2020). The determinants of business contribution to the 2030 Agenda: Introducing the SDG Reporting Score. *Business Strategy and the Environment*
- PricewaterhouseCoopers* (PwC) (2018). Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017 [data de consulta: 01-12-2020. Endereço: <https://www.pwc.pt/pt/servicos/auditoria/servicos-sustentabilidade/objetivos-desenvolvimento-sustentavel.html>]
- PricewaterhouseCoopers* (PwC) (2019). SDG Challenge 2019: Creating a Strategy for a Better World, December, PwC, London.
- Rosati, F., & Faria, L. G. D. (2018). Business contribution to the Sustainable Development Agenda: Organizational factors related to early adoption of SDG reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*.
- Rosati, F., & Faria, L. G. (2019). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312-1326.
- Scheyvens, R., Banks, G., & Hughes, E. (2016). The private sector and the SDGs: The need to move beyond 'business as usual'. *Sustainable Development*, 24(6), 371-382.

- Schramade, W. (2017). Investing in the UN sustainable development goals: opportunities for companies and investors. *Journal of Applied Corporate Finance*, 29(2), 87-99.
- Sierra-García, L., Zorio-Grima, A., & García-Benau, M. A. (2015). Stakeholder engagement, corporate social responsibility and integrated reporting: An exploratory study. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 22(5), 286-304.
- Sierra-García, L., Garcia-Benau, M. A., & Bollas-Araya, H. M. (2018). Empirical analysis of non-financial reporting by Spanish companies. *Administrative Sciences*, 8(3), 29.
- Silva, S. (2021). Corporate contributions to the Sustainable Development Goals: An empirical analysis informed by legitimacy theory. *Journal of Cleaner Production*, 292, 125962.
- Stolowy, H., & Paugam, L. (2018). The expansion of non-financial reporting: an exploratory study. *Accounting and Business Research*, 48, 525-548.
- Toppo, C., Donovan, J. D., Masli, E. K., & Borgert, T. (2017). Corporate Sustainability Assessments: MNE engagement with sustainable development and the SDGs. *Transnational Corporations*, 24(3), 61-71.
- Tsalis, T. A., Malamateniou, K. E., Koulouriotis, D., & Nikolaou, I. E. (2020). New challenges for corporate sustainability reporting: United Nations' 2030 Agenda for sustainable development and the sustainable development goals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*.
- União Europeia (UE) (2014). Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2014 [data de consulta: 01-12-2020. Endereço: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0095&from=EN>]
- van der Waal, J. W., & Thijssens, T. (2020). Corporate involvement in Sustainable Development Goals: Exploring the territory. *Journal of Cleaner Production*, 252, 119625.
- Venturelli, A., Caputo, F., Leopizzi, R., & Pizzi, S. (2019). The state of art of corporate social disclosure before the introduction of non-financial reporting directive: A cross country analysis. *Social responsibility journal*.
- Vigneau, L., Humphreys, M., & Moon, J. (2015). How do firms comply with international sustainability standards? Processes and consequences of adopting the global reporting initiative. *Journal of Business Ethics*, 131(2), 469-486.
- Vukić, N. M., Vuković, R., & Calace, D. (2018). Non-financial reporting as a new trend in sustainability accounting. *Journal of Accounting and Management*, 13-26.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Exemplo de divulgação dos ODS

THE NAVIGATOR COMPANY			
ODS	Divulgado (1) / Não divulgado (0)	Nível de Divulgação	Indicadores-chave relacionados com o nível de divulgação/Localização
ODS 1	1	3	“O Programa de Desenvolvimento Social é o principal pilar de intervenção na área socioeconómica da Companhia nas províncias de Manica e da Zambézia em Moçambique.” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 88)
ODS 2	1	3	“Apoios e Donativos – Programa para promover o relacionamento com as comunidades, a nível local e nacional, potenciando a reputação da Navigator, designadamente em temas de sustentabilidade. Visa apoiar iniciativas que se debruçam sobre temas relevantes para a estratégia de negócio da Companhia, tais como a economia circular, a bioeconomia, o <i>offsetting</i> de CO2 e o uso do papel como alternativa ao plástico” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 86)
ODS 3	1	3	“Programa Saúde Ocupacional - Eixos fisioterapia/psicologia/nutrição; Meta 2018: 30% de Colaboradores com AFL em 2018; Resultados 2018: 1 485 Colaboradores com AFL em 2018 (acrécimo de 194% face a 2017); Meta 2020-2025: 50% até 2020” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 14)
ODS 4	1	3	“Assegurar uma bolsa interna de formadores para as áreas críticas; Meta 2020-2025: 75% das áreas críticas abrangidas por monitores internos até 2022.” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 13)
ODS 5	1	3	“% de Colaboradores com análise de desempenho.” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 65)
ODS 6	1	3	“A The Navigator Company tem como meta a redução substancial do consumo de água nas fábricas até 2025. Para cumprir o objetivo, as intervenções necessárias variam entre a otimização de equipamentos e processos existentes (com impacto direto na diminuição da utilização de água), o aumento da recuperação e reutilização de correntes, as alterações processuais e o tratamento avançado de efluentes. O projeto iniciado nos complexos de Setúbal e Aveiro irá, em 2019, estender-se às unidades da Figueira da Foz e de Vila Velha de Ródão.” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 60)
ODS 7	1	3	“Investimento em equipamentos que utilizam energias renováveis. 68% de energia renovável no consumo total de energia. 85% de energia de fontes renováveis até 2035” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 13)
ODS 8	1	3	“Tópico material: Saúde e Segurança; A saúde e a segurança dos nossos Colaboradores e da nossa cadeia de fornecedores continuam a ser uma prioridade-chave para a Companhia. A Navigator possui uma forte política de segurança no trabalho que tem a ambiciosa meta de “Zero Acidentes”.” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 40)
ODS 9	1	3	“Programa de Excelência Operacional (M2+Lean): iniciativas sustentadas de redução de custos e aumento do desempenho operacional; Meta 2020-2025: Aumentar 10-20% nos resultados no período 2017-2021” (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 15).
ODS 10	0	0	N.a.

<b>ODS 11</b>	0	0	N.a.
<b>ODS 12</b>	1	3	"Projetos de redução de partículas nas caldeiras de biomassa da Navigator: Redução de 90% das emissões de partículas até 2020". (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 13)
<b>ODS 13</b>	1	3	"Este ODS está diretamente relacionado com o facto de a Navigator gerir mais de 110 000 hectares de área florestal, que representam um sumidouro de carbono ( <i>stock</i> de carbono estimado em 2018 correspondeu a mais de 5 milhões de toneladas - CO2 e). A Empresa quer contribuir diretamente para o alcance das metas globais definidas em matéria de alterações climáticas comprometendo-se a ser uma <i>Carbon Neutral Company</i> até 2035." (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 41)
<b>ODS 14</b>	1	3	"O Projeto PO3 posicionou o Complexo Industrial da Figueira da Foz num novo patamar de desempenho ambiental com reduções significativas de carga emitida nos seus efluentes líquidos." (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 61)
<b>ODS 15</b>	1	3	"PROGRAMA DE FOMENTO DA PRODUTIVIDADE E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL: Este programa visa incrementar significativamente a oferta de madeira com certificação de gestão florestal para que, até 2020, a The Navigator Company possa adquirir madeira certificada no mercado nacional e toda a madeira de eucalipto seja proveniente de parceiros certificados." (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 48)
<b>ODS 16</b>	0	0	N.a.
<b>ODS 17</b>	1	3	"Reforçar a interação entre a Companhia e a comunidade, intensificando a implementação das iniciativas NVG Tour, #MYPLANET, "Dá a Mão à Floresta" e Comissões de Acompanhamento Ambiental" (Relatório de sustentabilidade 2018, p. 15)